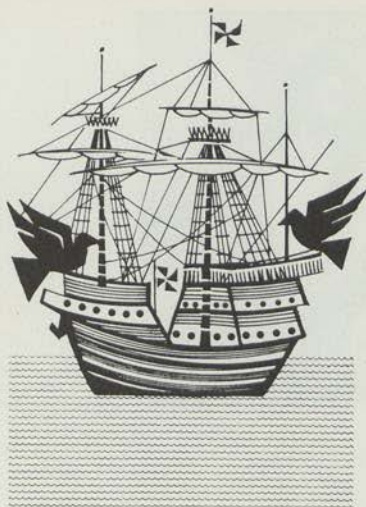


31/18
952

LISBOA

revista municipal





LISBOA

revista municipal

ANO XLIII — 2.ª SÉRIE — 1982 — NÚMERO AVULSO: 100\$00

DIRECTOR: ORLANDO
MARTINS CAPITÃO
SUBDIRECTOR: FERNANDO
CASTELO - BRANCO
ASSISTENTE TÉCNICO
ALFREDO THEODORO

sumário

À LAIA DE PRÉAMBULO • NOTA EXPLICATIVA
• VEREADORES ELEITOS PARA A CÂMARA
MUNICIPAL DE LISBOA NO TRIÉNIO 1980/82 •
EM TORNO DA TRADIÇÃO CAMONIANA EM
FACE DE INSURGÊNCIAS E RESSURGÊNCIAS
NA CULTURA, EM GERAL, E NA LUSOTROPICAL,
EM PARTICULAR • CAMINHADAS LISBOETAS
DE CAMÕES • A HISTÓRIA DE LISBOA EM OS
LUSÍADAS • BIBLIOTECA MUNICIPAL DE
CAMÕES — A PRIMEIRA BIBLIOTECA PÚBLICA
PARA CEGOS, EM PORTUGAL • O TRICENTENÁRIO
DE CAMÕES EM LISBOA NUMA EXPOSIÇÃO
COMEMORATIVA DO QUARTO CENTENÁRIO DA
MORTE DO POETA • UMA PRECIOSA COLECÇÃO
CAMONIANA ADQUIRIDA PELO MUNICÍPIO EM
1980 • MEDALHA COMEMORATIVA DO QUARTO
CENTENÁRIO DA MORTE DE CAMÕES •
COMEMORAÇÕES DO ANO CAMONIANO DE 1980
NO ÂMBITO MUSICAL • EVOCAR CAMÕES

EDIÇÃO DA C. M. L. — D. S. C. C. — REPARTIÇÃO DE ACÇÃO CULTURAL
PALÁCIO DOS CORUCHÉUS — RUA ALBERTO DE OLIVEIRA — LISBOA — TELEFONE 76 62 68

Execução gráfica E. P. N. C. — Oficinas Gráficas — R. Rodrigues Faria, 103 — Lisboa



NA CAPA:
CAMÕES
Quadro de António Soares
Colecção: Câmara Municipal de Lisboa

À LAIA DE PREÂMBULO

Mais um número da Revista Municipal, renascida em Dezembro de 1979, aparece agora a lume.

Maior do que desejávamos foi o espaço que medeou entre o número anterior e o presente e fácil seria encontrar razões e desculpas, de entre as quais sobressairia a necessidade de substituir o Vereador do Pelouro Cultural, após a chamada do Dr. António Gomes de Pinho ao desempenho das funções de Secretário de Estado da Cultura. É porém mais exacto dizer que a publicação regular de uma revista como esta, que se quer com um rico conteúdo cultural, exige uma rodagem dos Serviços que não é fácil de conseguir após longos anos de suspensão da sua publicação. Há que refazer toda uma estrutura, que reencontrar colaboradores, que despertar novos interesses, que montar toda uma organização capaz de reagir por si própria, independentemente da partida e chegada de novos gestores autárquicos. É que a Revista, sendo um reflexo da actividade cultural do Município e da Cidade, não pode viver ao ritmo das alternâncias democráticas do poder, antes tem que encontrar vigor em si própria e por si própria se impor como um órgão valorativo e indispensável da vida cultural de Lisboa.

É pois nesta perspectiva que agora lhe damos um novo impulso, este talvez mais seguro pois, para lá do que hoje se publica, já contamos com material para preencher os próximos números.

Dedicamos este número a Luís de Camões. Tendo ocorrido no passado ano o Quarto Centenário do Poeta, era natural e desejável que assim fosse.

Permita-se-nos que destaquemos, de entre os trabalhos que enriquecem a Revista, uma especial referência à conferência proferida, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, por Gilberto Freyre. Suponho que o encantamento dessa noite involvidável em que o ouvimos, mais conversando do que proferindo uma conferência, estará bem presente na memória de quem o escutou. É dessa noite, que enobreceu esta Câmara Municipal, que encontrareis o reflexo nas páginas brilhantes de «Em torno da tradição camoniana».

Março de 1982



NOTA EXPLICATIVA

Lisboa é, por excelência, uma revista que deve traduzir, na medida do possível, a actividade do Município de Lisboa no campo cultural.

O grande período de tempo que medeou entre o número anterior e aquele que está agora nas mãos do leitor poderia levar a crer que pouco ou nada se realizou.

Que não é assim, sabem-no os leitores mais atentos à intensa e diversificada actividade da Câmara Municipal de Lisboa. Também um pouco a isso se deve tal atraso.

Não iremos a toda a pressa dar a público novos números de **Lisboa** tentando recuperar o atraso. Mas não deixaremos de diligenciar para que o próximo número saia tão rapidamente quanto possível.

Lisboa é uma revista com o elevado prestígio que lhe têm emprestado os seus colaboradores e que preenche um vazio que só a ela compete preencher.

O respeito pelos colaboradores e pelos seus leitores é, só por si, bastante para que **Lisboa** volte a sair a público com regularidade.

Assim nos propomos.

Paços do Concelho de Lisboa, aos 13 de Julho de 1982.

JOÃO MARTINS VIEIRA
Vereador do Pelouro da Cultura da
Câmara Municipal de Lisboa

VEREADORES ELEITOS
PARA A
CÂMARA MUNICIPAL
DE LISBOA
NO TRIÉNIO 1980/82

ALIANÇA DEMOCRÁTICA

Nuno Krus Abecasis (presidente)
Maria Luiz Nunes Gameiro Salinas Dias Monteiro
Pedro José Del-Negro Feist
Rui Filipe Ribeiro de Mendonça
José Eduardo Vilar Queiroz (substituído por Maria Clotilde Guedes da Silva a partir de 20/4/81)
José Fernando Andrade Vasconcelos Abreu
Maria Teresa Pinho Xara Brasil Côrte-Real
Alberto Seguro Dias
António José Tomás Gomes de Pinho (substituído por João Martins Vieira a partir de 8/9/81)

PARTIDO SOCIALISTA

Aquillino Ribeiro Machado
Francisco Luís Murteira Nabo (substituído por Maria do Céu Fernandes de Oliveira Esteves a partir de 18/1/82)
Manuel Cabeçadas Atayde Ferreira
Joaquim Albino Antunes da Cunha

ALIANÇA POVO UNIDO

António José de Almeida Silva Graça
António Anselmo Aníbal
João Avelino da Rocha Cunha Serra
Fernando Ferreira Torres



EM TORNO DA TRADIÇÃO CAMONIANA
EM FACE DE INSURGÊNCIAS
E RESSURGÊNCIAS
NA CULTURA, EM GERAL,
E NA LUSOTROPICAL, EM PARTICULAR

Conferência proferida por GILBERTO FREYRE
na Câmara Municipal de Lisboa a 17 de Junho de 1980

É a Câmara Municipal de Lisboa, de tão ilustres tradições, que desta vez me traz a Portugal. Convoça-me para esta incumbência extraordinariamente honrosa: a de participar, como escritor brasileiro, das comemorações, deste ano, do Dia de Camões. Iniciativa de Sua Excelência, o Presidente da Câmara: o ainda jovem e já eminente homem público, tão homem de ação como de espírito, que é o Eng.º Nuno Krus Abecasis.

Para um escritor brasileiro falar de Camões é falar de grandeza humana tão do Brasil quanto de Portugal. Sua projeção sobre a cultura de expressão portuguesa não é formal porém vital: seu verbo é mais do que literário porque é a vida irradiante. Continua a irradiar lusitanidade da mais criativa. Da mais efectiva. Da mais criadora de sentimentos e ânimos comuns entre quantos falam e escrevem a língua portuguesa. Entre quantos se sentem não só portugueses da Europa como continuadores e ampliadores de esforços portugueses em espaços extra-europeus. Espaços vistos, sentidos, experimentados pelo próprio autor de **Os Lusíadas**. Vistos pelos seus próprios olhos e tocados por suas próprias mãos.

Com o que eu não contava era com o esplendor que que, para o desempenho de tarefa tão honrosa, recebe-me nesta noite, para mim deslumbrante, a Câmara Municipal de Lisboa. Com as palavras superiormente expressivas do seu Presidente. Com a saudação tão lúcida quanto generosa do escritor António Alçada Baptista, no qual iniciou-me esse meu, há anos, iniciador em valores intelectuais portugueses que é Mestre Luiz Forjaz Trigueiros. Iniciando-me Luiz Forjaz Trigueiros nas letras e no pensamento admiráveis de outro mestre, foi como se me pusesse em contacto com um jovem equivalente, em língua portuguesa, do pensador literário tão do meu apreço que a França infelizmente acaba de perder: o Roland Barthes a quem devo as palavras magistrais mais generosamente acolhedoras com que um intelectual europeu já distinguiu um escritor brasileiro.

Em Camões exprimi-se, decerto, a tendência para a atitude experiencial característica da participação portuguesa nos grandes feitos dos descobrimentos e das primeiras ocupações lusitanas de espaços estranhos. No autor de **Os Lusíadas** essa atitude foi abrangente: viu, experimentando; amou, experimentando; conheceu, experimentando; aprendeu, experimentando. Mas a essa tendência, não faltou o apreço aos conhecimentos, aos mitos clássicos e à crença cristã: apreço que lhe anima o ânimo poético e liga esse ânimo ao experiencial. Uma ligação, nele, constante.

Daí o que se pode considerar um exemplo: seu duplo culto a Maria. A Maria, Mãe de Deus da mística cristã — culto, que al-

guns admitem ter sido nele, Camões, colorido por certa sensibilidade a mística pagã e a mística judaica consagradoras da mulher-mãria. E culto às maríadas mulheres, carnaís, concretas como as morenas ou de cor que conheceria, em espaços não-europeus, através de experiências tão líricas quanto sensuais. No que seu saber de experiência feito foi simbólico do que seria, junto com o culto místico à Maria Mãe de Deus e Mãe dos homens, toda uma experiência colectiva dos demais portugueses em contactos colonizadores com populações não-europeias: sobretudo com as morenadas tropicais, para alguns deles, mours encantadas de um novo tipo.

Impossível desprezar-se a ligação de Camões mais-que-poeta com essa experiência colectiva dos portugueses transeuropeus: sua «mariolatria» de sentido religioso ou místico ou místico estendida a expressões carnaís de amor a maríadas morenas de vários graus de morenidade. Mães, desde o século XVI, essas maríadas, de numerosos mestiços filhos de portugueses. De lusotropicalis nos sangues e nas culturas. Mistos. Mistos e criativos sem deixarem de prezar tradições valorizadas pelo tempo. Por vezes fazendo-as ressurgir: ressurgências tão enriquecedoras de culturas. Inclusive das modernas do Ocidente.

Quando se reconhece hoje o crescente amorenamento das populações humanas e se vê, nesse mestiçamento biológico completado pelo cultural, fenómeno biossocial positivo, é forçoso admitir-se ter sido o português um antecipador máximo de processo de resultados tão valiosos. Pois aos Gobineau, aos Le Bon, aos Ingenieros, temerosos desses resultados, sobrepõem-se os biólogos, os antropólogos, os sociólogos modernos que admitem suas vantagens. Em sua viagem ao Brasil, o insigne Arnold Toynbee honrou-me excepcionalmente com sua visita. Consideramos o assunto. Lamentei não ter Toynbee concedido maior importância à figura do Infante Dom Henrique e ao começo dos casamentos mistos na Índia marcada pela presença portuguesa no século XIX. É notável que na primeira entrevista a revista estrangeira em que o famoso historiador sociólogo resumiu suas impressões da visita ao Brasil, nenhum dos brasileiroismos por ele observados parece o ter impressionado mais — e mais favoravelmente — que a miscigenação: a criativa mistura de sangues e a interpenetração de culturas. O fenómeno observado na América de formação portuguesa permitiu-lhe ver no Brasil o futuro, nesse sector biossocial, para o qual o Mundo caminha. A morenidade — pode-se acrescentar a Toynbee — triunfante sobre purismos raciais e sobre purismos culturais. Dissolvente da concepção rígida das fronteiras entre classes. Dissolventes de teorias racistas e de segregação de dogmatismos

marxistas quanto a lutas de classe. Uma vitória em que não deixa de estar presente o que se pode considerar a «mariolatria» lírica e sensual presente tanto nos devotos da Virgem Maria — por vezes ela própria morena — como nos portugueses que souberam eles próprios, em pessoa, se transeuropeizar em lusotropicalis. Presente, como «poesia social» aplicada; a famosa expressão de Georges Sorel para incluir o valor de mitos nas culturas.

De Camões se pode dizer que n'**Os Lusíadas** traçou uma vasta autobiografia do tipo definido por sociólogo alemão como «colectiva» da gente portuguesa ou do Homem representativamente português: o próprio autor de **Os Lusíadas**, parte vital dessa autobiografia. Não abstracto narrador literário de feitos reais ou fantasiados. É sim um misto de intérprete e de profeta desses feitos considerados num conjunto monumental, através tanto de passados já vividos como de tempos a serem vividos. Através de insurgências, quer do próprio autor de **Os Lusíadas**, quer de gentes portuguesas. E através de ressurgências como seria a renovação da energia lusitana sob desaios vindos de espaços não-europeus: daquelas novas circunstâncias que orteguiamente completam um eu pessoal e — pode-se acrescentar a Ortega — um nós nacional e até um nós cósmico.

A crescente tendência para as várias partes da sociedade humana constituírem, sob vários aspectos, um todo universal, vêm colocando o Homem moderno, cada vez mais, na situação de um ser rodeado, na sua cultura, de insurgências e de ressurgências, algumas das quais, revalorizando, como ressurgências, experiências já vividas, corrigem excessos de insurgências modernizantes. O assunto não deixou de ser considerado por Camões ao fazer do Velho de Restelo uma voz de prudência a advertir os portugueses mais auidazes do século XVI contra excessos inovadores. Um misto de prudência e de aventura é que daria aos grandes feitos portugueses a sua significação nacional e a sua expressão universal, com a aventura ultrapassando a rotina.

Vive, nestes nossos dias, o Homem moderno, como homem ocidental, até há pouco, certo da validade absoluta dos progressos científicos, tecnocráticos, lógicos, racionais, uma crise que importa em crise profunda: a do «mito do progresso», caracterizado sociologicamente por Georges Sorel, em face de outros mitos que lhe desafiam a validade. Serão um tanto, esses outros mitos, da concepção soreliana de mitos, bases de ressurgências, em novas dimensões: novos «velhos de Restelo» da concepção camoniana. Só um tanto. Pois a época actual — experiência tão nova para o Homem — é a época da história humana em que mais se estão cruzando insurgências e ressurgên-



Infante D. Henrique
Pormenor dos Painéis de S. Vicente

cias, com algumas ressurgências revalorizando — acentue-se — experiências já vividas e algumas superadas, de modo por vezes excessivo, por avassaladores avanços tecnocráticos, científicos, racionais. Avanços que, no Ocidente, assumiram primados absolutos sobre outras orientações, interpretações e idealizações de formas de vivência e de convivência humanas, com resultados cuja validade absoluta está sendo actualmente impugnada por orientações e idealizações não só não-ocidentais como, no Ocidente, antes místicas do que lógicas ou racionais. Em face desse conflito entre ocidentalismos e orientalismos, entre cientificismos e não-cientificismos, o camoniano «saber de experiência feito» tende a favorecer reavaliações de valores, admitindo que alguns, tidos por arcaicos por modernistas absolutos, ressurjam como correctivos a insatisfações modernas.

Nunca é demais insistir-se neste paradoxo característico da presença portuguesa no mundo extra-europeu, tão marcante a partir do século XVI e ainda hoje notável no que, na grandeza brasileira, é impacto lusitano: o paradoxo da permanência desse impacto ao lado da capacidade do europeu saído da «ocidental praia» europeia ter-se revelado um assimilador de influências e valores não-europeus, até ele próprio ter-se constituído neste tipo singularmente plural: o de um transeuropeu cristão crescentemente enriquecido por transeuropeísmos sem nunca ter deixado de ser essencialmente português, lusitano e lusitanizante, além de cristianizante.

Do livro de minha autoria, **Um Brasileiro em Terras Portuguesas**, escrito de 1951 a 1952 e publicado em 1953, ao lado de **Aventura e Rotina** — este a ser republicado breve no Rio e em Lisboa — constam observações provocadas, naqueles dias, num observador brasileiro, por contactos com Orientais e Áfricas: inclusive com Orientais e Áfricas marcadas pela presença de Camões. Orientais e Áfricas em que madrugavam, com modernas insurgências antieuropeias, ressurgências de valores e mitos não-ocidentais. A essas observações de brasileiro, juntou-se a de ter o português, como europeu em expansão desde o século XVI, em Orientais, em Áfricas e no Brasil, assimilado, como nenhum outro europeu, não poucos valores e, ao mesmo tempo, técnicas, de não-europeus. De afronegros. De outros africanos. De ameríndios. De orientais. Inclusive de gentes islâmicas. O que teria assegurado, a esse singular luso-europeu, desde velhos dias a transeuropeizar-se e em contacto com trópicos, a compreender, viver, amar os trópicos, mais que outros europeus, vantagens sobre esses outros europeus, colonizadores daqueles mesmos espaços com um sentido de todo não só etnocentricamente europeu, como racio-

nalizante e tecnocrata de vida, de cultura, de relação do homem com ambientes. Enquanto o sentido do português incluía o mágico, juntava o mágico ao pragmático, o criativamente poético — mesmo através da sabedoria folclórica — àquela espiritualidade que indo além do culto de Maria Mãe de Deus vai — acentue-se sempre — à romantização de simples maríadas amadas por homens simplesmente líricos.

Entre tais vantagens do português, a da sua sensibilidade já notável na Europa portuguesa ou ibérica, anterior aos descobrimentos, a valores míticos e místicos e que lhe permitiria, ao transeuropeizar-se, ou tropicalizar-se, competir com maometanos no esforço civilizador, sem deixar de ser religioso, de gentes afronegras de culturas das chamadas primitivas. Inclusive como valorizadores tais de místicas, de mitos, de espiritualidades, que tal atitude ganharia, para eles, portugueses, um julgamento superior, da parte de não-europeus, ao concedido a outros europeus. Exemplo: livro publicado nos nossos dias, pelo historiador-sociólogo indiano ou oriental Panikkar. O indianíssimo Panikkar.

Que escreve paradoxalmente Panikkar, como crítico de comportamentos imperialistas de europeus, a esse respeito? Que a própria Inquisição estabelecida no século XVI pelos cristãos, isto é, católicos, portugueses, em plena Goa tropical, significou valorizarem eles, portugueses, mais que quaisquer outros europeus — holandeses, ingleses, franceses, espanhóis — as pessoas, os espíritos, as almas, e não apenas as energias para o trabalho em benefício de conquistadores, de orientais e de africanos. Daí o empenho dos portugueses de salvarem esses não-europeus do que para um católico-romano da época era perdição. Atitude, essa valorização do não-civilizado pelo civilizador, de algum modo coincidente com a competitiva — no século XVI — islâmica. Com a competitiva maometana. Com a atitude desses outros civilizadores de gentes orientais e africanos de culturas menos desenvolvidas que a islâmica. Atitude em que se extremou, do lado português, o Infante Dom Henrique, com relação aos primeiros afronegrinhos trazidos da África para Portugal. Um Infante Dom Henrique para o qual, em conversa com o insigne Arnold Toynbee, quando o sábio inglês deu, há quatro anos, a este conferencista no Brasil, aquela honra de uma visita de todo pessoal, reclamei dele uma atenção pelo menos igual à concedida pelo mesmo Toynbee a Vasco da Gama. Pois o Infante talvez teria ido além de Vasco da Gama no seu humanismo cristão com relação a orientais ou africanos ou gentes tropicais. A propósito do que, talvez, seja oportuno reproduzir-se aqui pronunciamento do conferencista de hoje, nesta histórica Câmara de Lisboa, e nesta pan-lusitaníssima, solenidade, em 1952, no livro **Um Brasileiro**

em Terras Portuguesas — aquele de que emerge um luso-tropicalismo como que novo ovo de Colombo — tendo sob os olhos gentes e ambientes orientais, africanos, tropicais, vistos sob perspectivas brasileiras e, por isto mesmo, retrospectivamente portuguesas em alguns pontos, e em outros pontos, futurologias. Prospectivas. Pronunciamento — esse começo não só de tropicalismo como de uma agora crescente sistematização de ciência luso-tropicalógica, como tal reconhecida pelo sábio mestre da Sorbonne, Roger Bastide, no seu **Anthropologie Appliquée** — no qual, em 1952, destacavam-se no português, assimilações, além de sangues árabes ou mouros, judeus, orientais e negro-africanos, de valores, de inspirações, de exemplos, de modelos, de práticas extra-europeias que, enriquecendo Portugal, estariam à base da própria formação brasileira. Inclusive na espiritualidade, na mística, na religiosidade que, em vários pontos, se junta contraditória ou paradoxalmente, ao que foi — ou vem sendo — na mesma formação, além de sabedoria pragmática, sensualidade, sexualidade, tanta dela líricamente amorosa, embora por vezes vista por alguns como crua e simples luxúria. Espiritualidade, pragmaticidade e sensualidade, presentes ou constantes nessa ainda inacabada ou incompleta formação — a brasileira — através de combinações até de contrários os mais antagonísticos. Característicos do desenvolvimento, no Brasil, de uma civilização de base principalmente portuguesa e cristã, carregada de ânimo mítico ao lado do pragmático.

Dom Sebastião, no século XVI, é possível que deva ser considerado sob perspectiva portuguesa e em termos psicossociais, excesso ou extremo e até desvario de mística jovem, que reclamesse a prudência, o realismo, o, até certo ponto, bom senso, representados, noutro extremo, pelo «velho de Restelo» da simbologia camoniana. Mas não é de supor que só com a razão, o bom senso, a prudência, a racionalidade representados pelo caturra velho de Restelo tivesse se afirmado, mesmo palidamente, o Portugal magnificamente criativo cantado em **Os Lusíadas**. E que, através tanto de mitos como de esforços pragmáticos, seria continuado pelo Brasil: outra criação portuguesa, tão épica quanto lírica, que o brasileiro vem ampliando, enriquecendo, tropicalizando. Expressões — **Os Lusíadas** e o Brasil — de criatividade máxima que não se explicam dentro de uma pura racionalidade; e que só parece estarem vingando, supra-racionalmente. Mais: através de um contraditório complexo mito-realidade que ilustre mestre francês, George Burdeau, acaba de considerar em conferência proferida em Lisboa, a propósito do «Estado, mito e realidade» e produto daquele imaginário colectivo que outro sábio francês moderno, meu amigo Jean Duvignaud, vem analisando

de modo lúcido; animadas por místicas e por mitos úteis em tanto à maneira dos mitos sociologicamente reinterpretados por Georges Sorel e das místicas que a sabedoria da Igreja Católica além de consagrar teologicamente de modo muito seu, como que considera válida sob outros aspectos mais sociais que teológicos.

Marcante, do ponto de vista psicossocial, a presença cristã na formação de Portugal e, através de Portugal, na do Brasil. Constante, essa presença, nessas formações sem de todo impedir sobre elas outras influências como a maometana, a israelita, a negro anísta, todas elas aporuguesadas. Adaptou o português, ao tornar-se transeuropeu, a uma permanência de valores para ele essenciais, inovações de alimentação, trajo, modos de viver, sob estímulos novos. Isto, sem faltarlhe a capacidade de tolerar, desde a Europa, crenças populares sob a forma de expressões eruditas de teologia, de mística e de ética do cristianismo ortodoxo. Muito ibericamente, muito cervantinhamente, muito camonianamente, absorvendo mitos populares ou pré-cristãos. Juntando ao erudito o plebeu e ao cristão o pré-cristão. Ao classicamente latino, orientaisismos, africanismos, americano-indianismos. Admitindo até ressurgências, algumas pagãs, em termos populares e quase sempre míticos. Ressurgências ao lado de inovações. Corrigindo-as de eruditismos e de racionalismos, pela aceitação até de rompanes ilógicos e mágicos vindos de fontes as mais humildes, as mais telúricas, as mais rústicas, as mais extra-europeias, sob formas as mais tortas, as mais tronchas, as mais curvas, as mais marcadas pela resistência a avalanches modernizadoras. Correções de excessos racionais tiranicamente modernizantes, que estão neste momento a ocorrer, de modo tão surpreendente e em espaços os mais diferentes dos ibericos, ou dos luso-católicos, como recuperações de equilíbrios entre lógicas e intuições, entre modernidades e tradições.

É o caso de uma espantosa ressurgência que acabo de surpreender — imagine-se onde! — na Grã-Bretanha: a de uma culinária castiçamente, teluricamente, genuinamente inglesa ou britânica, sem deixar de ser parenta da ainda tão viva em Portugal, que, para os seus atuais restauradores ingleses, teria sido valorizada pelo impacto, sobre a cultura britânica, da pan-racionalizante e pan-tecnocrata Revolução Industrial, cujos benefícios específicos ninguém nega ou rejeita. A culinária castiçamente britânica teria sido, durante anos, como que artesanal — tanto como a portuguesa, nos seus começos, à brasa e ao lume de lenha — e, com o fogão a gás, sucedido pelo eléctrico, teria sido tecnocrata, racionalizado e calvinizado numa cozinha, no seu modo de ser progressista, insípida. Despoetizada. Desespiritualizada. Despersonalizada.

Desenraizada de suas raízes populares, regionais e mágicas. Inclusive — pode-se acrescentar esta observação — sob o impacto muito racional de um «time is money» capitalista, inimigo de vagues culinários, que parece não terem nunca faltado a Portugal em sector tão importante de uma cultura: a arte culinária. A restauração ou reabilitação em começo, na Inglaterra, de uma cozinha pré-tecnocrática e pré-racional, não estaria se processando como idealização pura de um puro arcaísmo obsoleto e apenas pitoresco; e sim, através de uma pós-modernização desse arcaísmo por meio dos próprios recursos de fontes as mais modernas de energia eléctrica que possam ser postas a serviço da desejada reabilitação. Bem sucedida essa reabilitação — para a qual é evidente que concorre um imaginário colectivo do estudado até nos sonhos do homem moderno voltado para o não-moderno, por Jean Duvignaud — a Grã-Bretanha pode surpreendentemente vir a competir com a cozinha francesa, com a italiana, com a polonesa, com a espanhola, com a portuguesa, desfazendo-se a fama de incompetência inata da gente inglesa ou britânica para a arte culinária. Má fama que teria resultado de um episódio socioeconómico no desenvolvimento britânico, com algumas de suas tradições pré-tecnocráticas — a nada insignificante, da culinária entre elas — sacrificadas a um progressismo como que sociológica e economicamente de todo tecnocrata e nacionalizante e, de certo modo, calvinizante, à revelia de valores que, nos próprios Estados Unidos, procura-se hoje reabilitar da sua condenação sumária e simplista como arcaicos.

Recorde-se, a esse respeito, ter sido o actual movimento britânico de reabilitação, através das modernizações de supostos arcaísmos culinários, precedido, há meio século, por movimento brasileiro no mesmo sentido: o partido do Recife, na década 20, por parte dos chamados Regionalistas, Tradicionalistas e, a seu modo, Modernistas, brasileiros. Ou pós-modernistas como se procura especificar no livro **Além do Apenas Moderno**, há pouco aparecido na Espanha com magistral prefácio do Professor Julian Marias e intitulado **Alla de lo moderno**. Pode-se dizer desse movimento brasileiro que a sua expressão mais ostensiva foi precisamente esta: o afã de reabilitação de um conjunto de tradições regionais de culinária em crise aguda, dada a substituição, que vinha se operando rápida e avassaladoramente, de quitutes e doces regionais do Nordeste brasileiro — e, nos seus começos, Nova Lusitânia, colonizada por bons portugueses do Norte de Portugal — por norte-europeismos e até ianquismos, desde **patés a wafes** e **hot-dogs**, com descaracterização, em tão importante particular sociocultural, de um Brasil, em culinária como noutros sectores

de cultura, de tradições portuguesas já enriquecidas de arabismos, africanismos e indianismos tanto da Índia oriental — a canja, por exemplo — como da ameríndia: o cuscuz — de origem árabe, como forma — de mandioca, a tapioca, o doce de caju. Reabilitação empreendida pelo Nordeste, de culinária regional e tradicional, que daí comunicou-se, com ímpetos ressurgentes, a outras regiões e a outros sectores de cultura.

Ressurgência significativa, a de uma culinária britânica pré-tecnocrática, como ressurgência, em escala maior, é o novo poder islâmico; ressurgência, a moderna glorificação de atletas apolíneos como encarnações, tão dos gregos, de beleza e vigor físicos; ressurgências, as formas dionisíacas de arte, com alguma coisa daquele primitivismo africano presente na pintura de Picasso; ressurgência, as artes orientais afrodisíacas como correctivos a declínios, no Ocidente, de potências sexuais, causadas, dizia-me há pouco notável médico europeu especializado no assunto, por excessos de permissividade sexual favorecidos por noções a seu modo racionalmente modernas de higiene sexual; ressurgência, o Catolicismo místico de um João Paulo II continuador de João Paulo I; ressurgência, o reemprego do arcaico carvão como combustível; ressurgência, a navegação a vela; ressurgência, o uso da energia solar e da energia pelo vento com acréscimos pós-modernizantes; ressurgência, a homeopatia ao lado da valorização de práticas orientais e do ioga indiano; ressurgências, os regionalismos e os municipalismos como correcção a excessos de centralismos e metropolitanismos tidos como poderes administrativos racionalmente ideais. Ressurgências usadas ao lado de osadíssimas insurgências. Ressurgências tão revolucionariamente vigorosas no Mundo actual como as revolucionaríssimas inovações que vêm, como insurgências, alterando formas humanas de vivência e de convivência: inclusive as próprias formas de contacto social do corpo humano. As sensoriais alterações de aparências de sexo, de idade, de raça. Alterações através de cirurgias capazes de fazer bonitos, de feios, simpáticos, de antipáticos, inteligentes, de broncos. Assuntos para romances e dramas de teatro em que um personagem torna-se, em sua aparência, ou na sua inteligência ou no seu temperamento, sucessivamente dois ou três, podendo um só indivíduo contradizer-se ou exprimir-se de várias maneiras.

Várias, nesse sentido, as possibilidades até tragicamente negativas: a moderna genética revela possíveis poderes demóniacos. Insurgências negativas. Algumas capazes de provocar, como vêm provocando, ressurgências mágicas. Nada, porém, futurologicamente impróprio é admitir-se que venham superar insurgências negativas, insurgências positivas e ressurgências também positivas,



Estátua de Camões
por Simões de Almeida

que tornem possíveis, além de renovações em letras e artes, e de concepções filosóficas, de legislações políticas e jurídicas ou de interpretações religiosas com harmonizações de contrários violentos entre os homens sem a eliminação de diferenças criativas. Artes e literaturas, legislações e políticas, filosofias e as próprias ciências, não buscam uniformidades ideais que seriam indesejáveis. Daí o bom de orientalismos e até de primitivismos que moderem, num universo interdependente, ocidentalismos racionalizantes e tecnocráticos com tendências a absorverem de não-ocidentalismos através do que, no Ocidente, vinha tendendo a ser intolerantemente racional, lógico, tecnocrático, pan-económico. Sem ânimo conciliante do mágico com o lógico, Conciliação a que Portugal quase que só deixou de inclinar-se na sua expansão, dando, sob guias menos portuguesas que lamentáveis imitadores de norte-europeus.

Dentro de um sentido de tempo tribu — concepção brasileira de tempo social aceita por filósofos idóneos da Europa — possíveis futuros são parte do que, em experiências humanas — a portuguesa, segundo a sugestão camoniana, salientemente uma delas — são presente e passado já experimentados a serem completados por tempos ainda por ser vividos mas já pressentidos e até vividos em passados e presentes. O pré-brasileiro da época chamada colonial — a do Brasil ainda português e por força de ecologia não-europeia, transeuropeu, sem de todo modo deixar de ser português — já continha o germen do brasileiro integral, agora a tornar-se, sob alguns aspectos, homem ajustado a novos tempos. Daí antecipações em sua literatura e em seu teatro — numa e noutro, no genial Nelson Rodrigues — em suas várias artes, em sua ética, em sua ciência, em sua filosofia, em sua religião. Desse ultrabrasileiro não estão ausentes nem o brasileiro de hoje nem o pré-brasileiro ainda português e já extra-europeu de dias decisivos: o tempo tribu os reúne, inclusive através de expressões literárias. Capitu — a suprema criação de Machado de Assis — é triba. É expressão de um tipo de mulher brasileira comum a vários tempos.

O Brasil, quando mais intuitivo do que racional parece ser capaz de harmonizar contradições várias e como Whitman dizia conter no seu eu colectivo, múltiplas, dentro da tradição camoniana da contradição criativa, equilibrada antagonismos. O Brasil improvável do espanto do grande Aldous Huxley ao dizer-me, na visita com que me honrou em dia inesquecível: «O Brasil me impressiona como improvável mas é um improvável que funciona». O que talvez Huxley pudesse ter dito do Portugal que viu às pressas, segundo o roteiro que solicitou de mim.

Das possibilidades ou explosões de insur-

gências, ao lado de ressurgências, no Mundo actual, nenhuma parece vir a comprometer na sua essência a constância mística que no Homem, em geral, no brasileiro, em particular e decerto no português — pai sociológico do brasileiro do qual a mãe sociológica seria, em termos é claro que simbólicos, a mulher africana ou ameríndia — talvez seja uma característica em profundidade e nas suas profundezas, resistente a racionalizações absolutas. Uma característica em termos unanimes existências ao mesmo tempo que essenciais. Do ponto de vista sociológico — e não teológico — é uma mística, a do brasileiro, predominantemente cristã: capaz de parecer a alguns paradoxalmente não-cristã e até anticristã. Mas sempre resistente a racionalismos absolutos. Sempre por vezes contraditória em unir místicas afronegras ou ameríndias às católicas.

Ao dizer de Deus que é Mãe e não somente Pai, João Paulo I — místico mais do que teólogo racional: místico com alguma coisa de antropólogo supra-racional — deu uma reinterpretação do conceito de Deus que corresponde à perspectiva de cientistas modernos do que seja, além da criação de Deus em termos humanos — o Verbo a fazer-se Carne — a própria natureza em suas bases biológicas do Homem: um ser que tende a ser bissexual com tende a ser metarracional. Capaz de fundir, nessa metarracionalidade, heranças étnico-culturais a se dissolverem em novas expressões sócio-culturais.

Sugerindo, como venho sugerindo, ter sido mais significativa do que vem parecendo a alguns estudiosos, a presença árabe na formação ibérica, em geral — que o diga Ramon Lulio como traço de união entre aspectos da mística islâmica e a mística cristã — e na portuguesa, em particular, e a partir daí, na brasileira, venho lançando uma sugestão à qual talvez se possa associar possível pendor de brasileiros e, talvez, também de portugueses, para compreenderem insurgências não-europeias e também intra-europeias contra primados lógicos, racionais, tecnocráticos, económicos, entre os homens. E, ao lado dessas insurgências, ressurgências de espiritualidades por vezes aparentemente tolerantes das chamadas feitiçarias: atitude, no século XIX, do grande Michelet, depois de ter sido a de Shakespeare, a de Cervantes, a do próprio Camões, este, ao valorizar poeticamente mitos clássicos, ligando-os à epopeia portuguesa. E nos nossos dias, a atitude do extraordinariamente lúcido intérprete de Michelet em que se constitui Roland Barthes: um Barthes que, talvez venha a ser breve considerado, pela sua autenticidade, quer como escritor, quer como pensador, figura maior, ao lado de André Malraux, de Jean d'Ormesson e de Jean Duvignaud, de intelectual francês dos nossos dias, do que J. P. Sartre. Franceses, esses

aqui evocados, Barthes, Malraux, d'Ormesson, Duvignaud, dos quais me aventure a considerar parente português, António Alçada Baptista, em cuja obra admirável de ensaísta e de pensador jovem, repetido que tive o gosto de ser iniciado, antes de vir experimentar a alegria de conhecê-lo pessoalmente, nesta, para mim inesquecível, solenidade, pelo meu sempre brilhante — e já recordado — orientador ou iniciador em actualidades literárias de Portugal, que tem sido Luiz Forjaz Trigueiros. O mesmo arguto crítico literário e de ideias a quem devo este outro precioso contacto com actualidade literária portuguesa: com o notável livro **O Novíssimo Príncipe**, do por mim, já antes desse recente contacto, admirado e estimado Adriano Moreira, que conheci jovem colaborador do grande lusotropical Sarmento Rodrigues. Bom que ao Portugal de hoje não faltem inteligências e saberes ainda jovens — o já melhor outono intelectual, identificados com as mais autênticas constantes portuguesas tanto de acção como de pensamento. As actuais ressurgências portuguesas — sem prejuízo de avanços como o que, em ciência, já conquistou para Portugal um Prémio Nobel — precisam deles em comandos de várias espécies: desde os literários aos políticos. Desde os filosóficos aos artísticos. Desde os religiosos aos jornalísticos. Líderes que respiritualizem orientações eurousitanas sem deixarem de ser pragmáticos em dias de tantos riscos para os capitães que não cuidam.

Em memorável reunião de carácter sociologicamente futurológico da Academia de Artes e Ciências de Boston — Academia, nesses dois sectores, da mais alta representatividade mundial, da qual venho tendo a honra de fazer parte, por aclamação de seus fundadores, ao lado de outro brasileiro, o arquitecto Oscar Niemeyer — realizada no Outono de 1967 — e confirmada, este ano de 80, por outra reunião do mesmo carácter — o então Professor de Sociologia da Universidade de Columbia, Daniel Bell, sempre mestre de mestres no assunto, admitiu, em análise magistral, de mudanças estruturais na moderna civilização ocidental, «related shifts in values», isto é, «alterações correlacionadas de valores» que, a seu ver, estariam condicionando reinterpretações da natureza da sociedade humana. Isto considerando-se, pode-se acrescentar a Bell, nessas mudanças, insurgências ou ressurgências orientais em projecções sobre valores exclusivamente ocidentais.

Para o Professor Bell, no seu «The Post-Industrial Society: the Crisis of Rationality», resumido em Boletim da referida Academia de Artes e Ciências de Boston de Novembro de 1967 e hoje pronunciamento clássico sobre o assunto, esboça-se há anos, no Ocidente ou no Mundo, uma crise aguda de racionalidade: crise por ele diagnosticada

como «the great divide of our time». O não-racional a defrontar-se, como igual perante igual, com o racional. Já seriam notáveis, no Ocidente, para Bell, tensões internas entre os modos racionalmente tecnocráticos e os por vezes não-racionalmente políticos de decisão: tensão de que foram começos, em termos violentos, fascismos e nazismos e agora evidentes em sociedades totalitárias. São tensões que vêm comprometendo noções e tendências de democracia convencionalmente liberal: grave aspecto da crise de racionalidade. Da racionalidade consagrada pelo Ocidente como um dos seus valores máximos. O problema de participação democrática no poder político de decisão tornou-se, assim, no Ocidente, problema difícilíssimo, a reclamar conciliação de métodos convencionalmente democráticos e liberais de decisão com circunstâncias que exigem extrema agilidade ou ritmos aceleradíssimos de acção política à revelia daquela participação em termos convencionais. Agilidade e ritmos exigidos por circunstâncias internacionais como as caracterizadas por dramáticas situações actuais com Afeganistão invadidos de repente por totalitários tão tecnocráticos quanto os europeus racionalmente democráticos. Ao mesmo tempo, em face dessas situações, «direitismos» e «esquerdismos» convencionalmente ideológicos, vêm perdendo sentidos racionais e sendo forçados a vir a enfrentarem circunstâncias internacionais e até intranacionais com métodos contrários às convenções liberais e democráticas. Um dos aspectos da crise de racionalidade ocidental.

Suponho haver tradições portuguesas, prolongadas em brasileiras, de supra-racionalidade com rasgos intuitivos, no trato de tais assuntos, tanto na área política como na económica, tanto na das ciências do Homem como das artes, que, no momento, podem vir a exprimir-se em renovações criativas. Sempre foi característico da gente lusitana, conviver com contradições através de conciliações. O próprio Camões soube, e com isto constituiu uma tradição, ser na sua época, um moderno, um renovador e até um inovador, ao mesmo tempo que um predisposto ao neoclássico. Um racional e até um científico, por um lado, e, por outro, sensível ao transracional. Sensível às espiritualidades. Religioso. Fiel à fé da sua gente. Mas também sensual. Erótico. Europeu ocidental aberto a sugestões não-ocidentais. Cioso de tradições portuguesas tanto quanto atento a futuros universalmente humanos.

Com os contrários dessa espécie dentro de si, e que conciliou, quem mais actual do que Camões? Quem mais supra-racional? Quem mais existencialmente da sua gente? Quem mais ecológico? Quem mais orteguiamente «eu sou eu e minhas circunstâncias»? Quem mais digno de ser lido e relido tanto lúdica como conscienciosamente tanto por portugueses da Europa como por conti-

nuaudores extra-europeus de portugueses e co-senhores extra-europeus da por ele engrandecida língua portuguesa, hoje tão em vigor em espaços não-europeus como no luso-europeu?

Quem, se ressuscitado, visitando hoje Brasília, melhor compreenderia que Camões o genial arquitecto modernista Oscar Niemeyer, que, tendo seguido pouco ecologicamente o racional e tecnocrático Le Corbusier na construção de edifícios públicos monumentais, quando levantou casa para sua residência — sua e de sua brasileiríssima família — recorreu contraditoriamente ao modelo tradicional da casa-grande brasileira do século XVI, criação portuguesa à base de experiências portuguesas no Oriente adaptadas ao trópico do Brasil, e aperfeiçoada, essa criação, na sua ecologia e no seu modo de ser existencial, pelo já autocolonizador brasileiro? Antecipou-se Niemeyer assim, sem o saber, e quase por acidente, ao mexicano Luis Barragán, em recriar, para o mundo de hoje ou para o trópico de sempre, uma casa de residência de muita parede e pouco vidro, ecológica, mítica, lírica. Uma muito pessoal

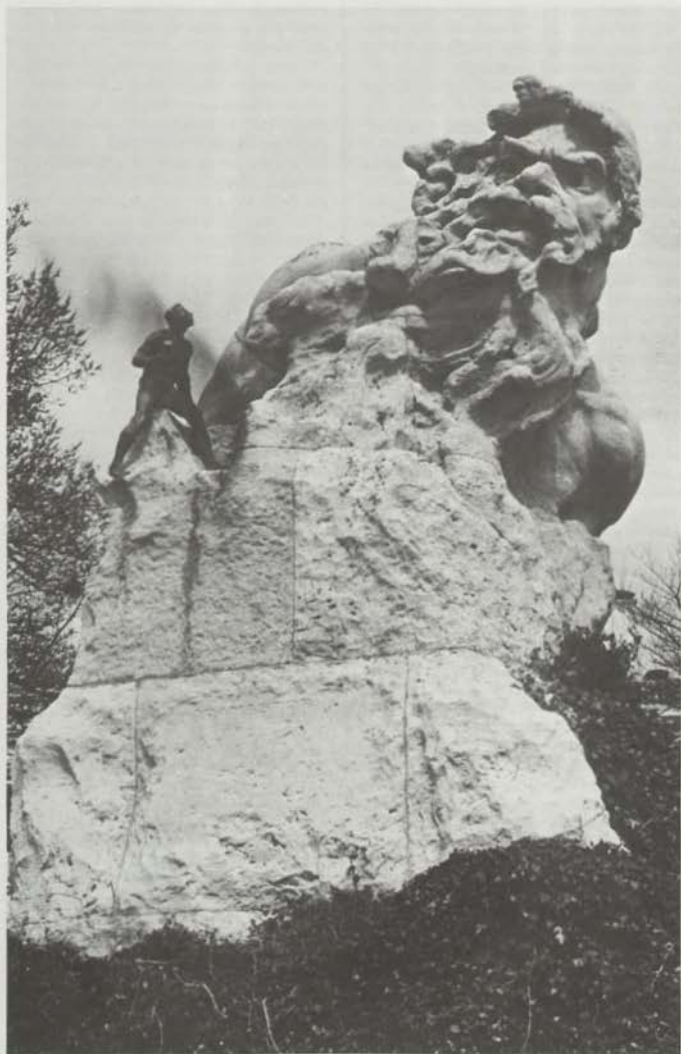
«a minha casa, a minha casinha, não há casa como a minha!» A casa luso-tropical de residência em que Camões estimaria viver num trópico a que tão lusitanamente, existencialmente e amorosamente afeiçoou-se e cujas neo-Giocondas morenas, Sónias Bragas, irmãs e primas de Sónias Bragas, parece que saberiam amar tanto quanto as na verdade lindas louras da Lisboa de seu tempo e dos tempos actuais.

Não saberia concluir esta palestra sem procurar dizer à ilustre Câmara Municipal de Lisboa, a Lisboa, a Portugal — apenas procurar: certo de que não conseguirei exprimir parte sequer de minha emoção — quanto me surpreende e me sensibiliza o esplendor com que a Câmara, Lisboa, Portugal — com a presença de tantos portugueses inclusive representantes das mais altas autoridades do País, de provetcos ao lado de jovens — entre os quais o meu ilustre companheiro de geração Azeredo Perdigão — me receberam nesta solenidade magnificamente portuguesa. Mais que generosa. Além de tudo que eu poderia esperar. Transracional. Mítica. Mítica.



Busto de Camões existente no Jardim de São Pedro de Alcântara em Lisboa

Estátua do Adamastor no Alto de Santa Catarina da autoria de Júlio Vaz Júnior.



CAMINHADAS LISBOETAS DE CAMÕES

1. É do conhecimento **geral**, (isto é, do conhecimento daqueles a quem correntemente designamos por **grande público**) que existiu no século XVI um português de nome Luis Vaz de Camões, poeta genial, inspirado por Calíope, Erato e Tália, que levou a vida pelo mundo em pedaços repartida, simbolizando a caminhada secular do seu próprio povo, para encontrar a novidade ou a riqueza,

o alimento da saudade ou ânsia de aventura: até se disse que ele próprio, numa desesperada visão do futuro, a profetizara morta com a Pátria.

Tão poucas palavras acabámos de escrever e, todavia, sintetizam a biografia camoniana no que se nos apresenta de essencial; e a leitura da sua obra, na qual aos críticos literários se deparam constantes notas pes-

soais — como se normalmente o Poeta pensasse em si apenas, isolado na multidão — fornecerá um tesouro de informações sobre as esperanças, as desilusões, as tristezas, as alegrias, as certezas, os desânimos, os amores frustrados e os amores conseguidos; as simpatias e os ódios; e o chorrinho de fraquezas tão caracteristicamente humanas: as dúvidas, as ilusões, aslouvaminhas, as lisonjas, a humilhação dos pedidos, as bazófilias de despeitado, as graças amáveis ou o remoço amargo. Tudo isto lá vem, pois que se entende ser a lírica uma autobiografia autêntica; e até nas obras aparentemente objectivas — a epopeia e as comédias — os críticos, os historiadores, os filólogos, os psicólogos vão encontrar achegas para complemento da narrativa duma existência, de que, por fim, quase nada se sabe! A verdade está, contudo, em que os documentos escritos referentes à personagem aliciante, e de cuja autenticidade não se duvida, são apenas 14: três do embarque para a Índia (1550 e 1553); quatro sobre o conflito no Rossio (incluindo a referência na **Carta III**); um sobre a estada na Índia e em Moçambique (Diogo do Couto); dois acerca da publicação de **Os Lusíadas**, e quatro que dizem respeito à tença. Além daqui, temos relatos incompletos ou obscurecidos, por admissíveis reticências, por biógrafos do meio século seguinte à morte do Poeta; e ainda o que ele concretamente diz da sua passagem pela terra: o naufrágio de que se salvou e ao Poema (**Os Lusíadas**); o apontamento sobre «Manuel Serrão, que, **sicut et nos**, manqueja de um olho» (**Carta IV**), idas sem histórias às vendas do **Malcozinhado (Carta II)** ou subentendidas madrugadas na Alfama (**Carta III** ou **Anfitriões**); também a assistência à passagem da procissão do Corpus Christi, no Rossio, no malfadado dia 16 de Junho de 1552 — e de tão profundas consequências. Outros casos haverá, mas poucos mais há-de ser.

Somadas estas fontes, aí temos a imaginação dos romancistas, mais a dos historiadores, mais a dos investigadores, mais a dos comentadores, mais a de todos quantos têm numa mão a pena e com outra seguram o papel. Assim nasceu a **quase vida diária** de Camões, tão «exacta» e tão «pormenorizada», como poucas haverá aquém e além-mar, nas cinco partes do Mundo. E como era ele de aspecto exterior? Também se sabe: uma referência no documento da partida para o Oriente; uma descrição feita a distância (em 1624) a Manuel Severim de Faria por gente que conhecera o Poeta; outra descrição (em 1581) por amigos, em Goa, e que proporcionou o célebre retrato, guardado no Palácio da Anunciada, em Lisboa, o retrato de 1570, de Ferrão Gomes, e ainda outros dois, descobertos há anos — têm proporcionado os traços dominantes de uma fisionomia que se nos fixou na retina e

permite que qualquer desenhista ou pintor ao evocar Camões facilmente no-lo sugira.

E deste modo, em corpo e alma, nós conhecemos o autor de **Os Lusíadas** perfeitamente — e, não obstante, muito pouco sabemos dele; e onde nasceu, quando e onde morreu, quando e como estudou, quem era sua mãe... e tantas perguntas e tantos mistérios: Que? O quê? Porquê? Quanto? Quem?

2. Não se trata de preocupação de originalidade na busca de um tema camoniano. As caminhadas lisboetas de Camões não são de tão menor importância, que de ninharias se considerem. São pequena história local (já de si circunscrita), mas que trazem melhor informação para a biografia (desta vez autêntica, não imaginada) do Poeta, para os estudos olissipográficos, para satisfação da curiosidade frequentemente despertada pela força de uma interrogação, para a homenagem a quem deixou de si um rasto de luz, que aclara a inteligência, o sentimento, a experiência ou o saber. (1).

Já o autor se preocupou com o assunto (e outros que se integram na mesma corrente de pesquisas (2)), em dois trabalhos reproduzidos no boletim do Grupo Amigos de Lisboa **Ollisipo: Camões em Lisboa** (1972) e **Romagem Camoniana em Lisboa** (1980), idênticos no conteúdo, mas diversos na forma. De igual modo, surge agora este escrito, com alguma nova informação e remodelando por completo a orgânica dos anteriores. A tal circunstância nos conduz invariavelmente uma tarefa de rebusca sobre questão suposta esgotada em todas as feições: acabamos por verificar que algo ficou por dizer e que outras incertezas surgirão mais tarde...

Vamos, pois, enlistar em primeira fase os locais de Lisboa, onde Camões se encontra, neste momento, honrado publicamente. Procuraremos também os locais que o Poeta visitou (partindo do princípio de que tal se deu, quando a eles se refere) e aqueles em que possamos considerar justificável a sua presença, indicados por via erudita. Deste modo, não citaremos os lugares «indocumentados», seus coevos, que decerto frequentou, como a Sé e a Misericórdia (Conceição Velha).

3. Nada nos prova que a fama de Camões, enquanto viveu, tenha alcançado o espírito popular, para lá do respeito que a idade exagerada pela velhice precoce e certa piedade pelo lento caminhar de semi-invalído pudessem inspirar a quem o sabia pessoa famosa pelo saber e pela inteligência. Mas entenderiam o nome da grande obra (cujo significado ainda hoje é geralmente desconhecido) e vagamente o designariam poeta — mais interessados quantos o viam passar no lendário envolvente da sua existência do que na

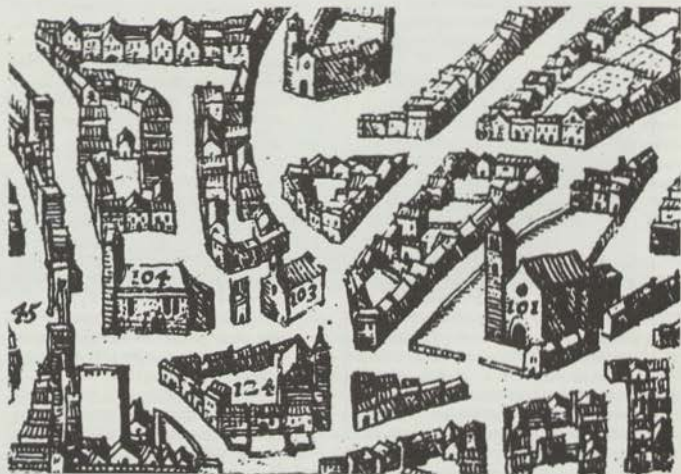
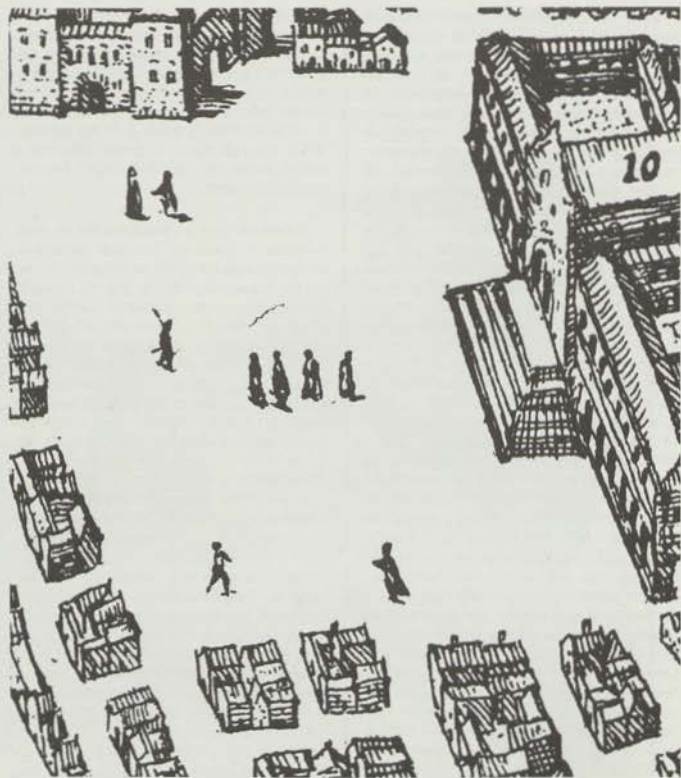
produção genial do seu trabalho literário. É decerto encomiástica a frase de Faria e Sousa (apud José Hermano Saraiva, **Vida Ignorada de Camões**, p. 326) ao escrever que «en (Camões) aparecendo por alguma calle todos lou que iban por ella paraban hasta que desaparecia (...)» — tal como séculos depois se dizia por Lisboa, também, «É o Herculano!», vendo o historiador seguir com o seu passo lento: admiração «transmitida» de este para aquele, muitos deles que jamais o haviam ouvido ou lido. E veja-se que não decorreram muitas primaveras, e já mal se sabia qual a sua campá —, como hoje em dia já se olvidaram os locais em que repousam Gago Coutinho ou António Botto, tão famosos em vida e tão geralmente conhecidos, admitindo-se, contudo, para estes uma compreensão mais exacta das suas obras, uma científica, outra poética. A morte do Poeta entrou na obscuridade da memória popular, mais dada a fixar o pitoresco e a narrativa sentimental, que de fonte erudita se transmitiu a todas as camadas sociais: a cegueira de Camões (duvidou-se de qual olho); a historietta quase infantil do seu escravo Jau, que pedia de noite para o alimentar de dia (seria a caridade nocturna mais compassiva do que a diurna?); os amores mal sucedidos ou bem sucedidos, conforme o gosto do narrador; o feito brigão, motivo de alcunha de **Trinca-Fortes**; o caso da troca que o Duque de Aveiro (de supor, D. José de Lencastre, o primeiro do título, que viveu de 1501 a 1571, mas admissível o segundo, D. Jorge, falecido em 1578), fez de lhe enviar «vaca por galinha»...

O culto pelo épico, expresso mais frequentemente, acompanha as lembranças de Camões durante os séculos XVII e XVIII, e Boccage bem chamava a atenção para o lírico, afirmando que certo soneto valia «metade de **Os Lusíadas**. Três escritores setecentistas tentam trazer a dimensões menores o valor da epopeia: Verney, Voltair e José

(1) Não há perigo de cair na bem-humorada crítica do Arquitecto Martins Barata (**Diário de Lisboa**, 22 de Janeiro de 1981, «A Barca sem os corvos, Olissipografia». Referindo-se à historiografia citadina, encontra três vias, uma das quais «(...) convencional, com rendimento decrescente, pois cada vez mais se circunscreve a factos ou factíveis menos significativos (do estilo «interessante descoberta das contas da lavadeira da tia de Ricardo Covões» ou «Foi realmente o carpinteiro João Lopes que fez as janelas do prédio n.º 36 da Avenida Miguel Bombarda?»). (...)

(2) **D. Nuno em Lisboa: Caminhadas Lisboetas de Gil Vicente: Biografia Lisboeta de Boccage, Boccage e o Homem da Rua**; publicados em **Ollisipo**, boletim do Grupo Amigos de Lisboa, e também duas palestras: no Externato de Cleonardo (**Biografia Lisboeta de Camões**) e na Escola Comercial do Ateneu Comercial de Lisboa (**Sítios Camonianos de Lisboa**), que conjugadas aparecem no boletim do Ateneu Comercial de Lisboa.

O Rossio nos finais do
séc. XVI. À direita (n.º 10)
o Hospital de Todos-os-Santos
e ao alto o Paço dos Estaus.



Alfama nos finais do séc. XVI,
desde a desaparecida porta de S. Pedro
ou de Alfama, na actual Rua de S. João
da Praça até à Igreja de Santo Estêvão.

Agostinho de Macedo, este último convencionado, pelo menos na aparência, da superioridade da sua própria inspiração e preparo intelectual. Ainda que vasta nestas centúrias, a bibliografia aumenta espantosamente no século XIX, e toma elevado sentido histórico e crítico com os trabalhos do Visconde de Jurumenha (1821), e a partir de então muita tolice se tem tido pela boca e pela pena, mas muitas coisas certas e profundas. Tudo, de qualquer forma, foi naturalmente benéfico para a vulgarização de quanto respeita ao Poeta. Poucos anos depois (1825), a alta compreensão de Garrett, aliada ao talento e ao trato dos homens, produz um poema, onde aproveita a verdade e a fantasia dos sofrimentos de Camões para a implantação deste nome na vida intelectual do País.

António Feliciano de Castilho dá novo impulso aos assuntos camonianos. «Em criança, imitava-lhe os sonetos e as canções. Logo os seus primeiros versos impressos denunciavam o culto camonian. (...) Depois, um poemeto devaneado em 1831, no alto das Chagas, intitula-se em homenagem ao vate: **O sacrifício a Camões.**» São palavras de Júlio de Castilho (**Memórias de Castilho**, tomo III (1834-1840), 2.ª edição, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1929, p. 128).

Seguem-se múltiplas referências a esta ligação intelectual de António Feliciano e Luís de Camões. O autor das **Memórias** ocupa vários capítulos (até à p. 158) com exposição exaustiva do tema da ossada, a recolher no então arruinado Mosteiro de Sant'Ana para depósito consagratório no túmulo dos Jerónimos: «este cego vidente quebrou em 1836 lanças pelo seu e nosso Luís de Camões»; na Sociedade dos Amigos das Letras, propôs a fundação de um cemitério especial de grandes beneméritos, inaugurado pelo autor de **Os Lusíadas**, «se os ossos aparecessem».

Não vamos mais longe. Nesta obra, acabada de citar, e também **Na Comemoração do Quarto Centenário de «Os Lusíadas» recordam-se as Cinzas de Camões**, de Francisco de Assis de Oliveira Martins, Lisboa, MCMLXXII (Separata de «Arqueologia e História», 9.ª Série das publicações, volume IV), os leitores encontram satisfação para as suas curiosidades e interesses.

4. Chegámos a um ponto notável nesta narrativa. **Inicia-se** a mais de quatro décadas de distância a preparação das cerimónias, de tão profundos resultados, de 1880: o seu fulcro com a entrada dos «ossos prováveis» (António Nobre) ou dos «supostos ossos» (D. Thomaz de Mello Breynier) do Poeta no Mosteiro dos Jerónimos, desde esse ano, em 8 de Junho, considerado panteão nacional (até 1966). É com certeza por aqui que devemos começar o enlistamento das homenagens públicas ao Cantor dos feitos portu-

gueses, muito embora estas sejam de carácter nacional, ultrapassando largamente os limites da Capital. O túmulo foi construído, em estilo manuelino, anos mais tarde, quase no final do século, pelo escultor Costa Mota, tio. Circunstância esta muito certa: o nosso compatriota mais universalizado repousa no edifício português de feição mais internacional.

Ora em 1867, acontecera a inauguração da estátua do Poeta (concebida pelo escultor Vitor Bastos, colocando-o sobre um plinto, rodeado de alguns escritores ilustres dele contemporâneos — inspiração que João de Deus teve no seu conhecido e belo sonetinho «Camões comparado / Aos mais escritores / Nem entre os maiores / Foi sempre igualado...»; na Praça de Camões, na sua maior parte aproveitada no espaço dos casebres do Loreto, testemunhas degradadas do terramoto de 1755, restos do Palácio dos Marialvas, e que em 1859 foram arrasados, para em 1863 se fazer o Largo, preparação da próxima evocação camonian. Remetemos o leitor para dois estudos esclarecedores destas matérias: **Evocação da Cerimónia Inaugural do Monumento a Camões. Reportagem Retrospectiva**, de Hugo Raposo (**Olisipo**, n.º 120, p. 149, ano de 1967); e **Lisboa Antiga. O Bairro Alto**, de Júlio de Castilho, 3.ª edição, Lisboa, 1955, vol. II, cap. IX, p. 76.

No **Dicionário Bibliográfico**, Inocêncio fez uma obra impressionante, esmagadora de recolha de quanto se escreveu e realizou durante as comemorações de 1880.

Foram então várias as instituições que tomaram o Poeta como seu patrono, e neste lugar recordamos, pelas restantes, o Ateneu Comercial de Lisboa, que no dia 10 de Junho fez a festa da sua fundação, e apresentou no cortejo uma estátua da **Fama**. Esta figura foi depois colocada no átrio, quando do estabelecimento da agremiação na Rua das Portas de Santo Antão, palácio dos Condes de Povolido, e aí se manteve sob um arco, enobrecendo o lugar, até 1950 ou 1951, quando uma direcção entendeu retirá-la (desfz-se com a deslocação), a fim de ser substituída primeiro por um busto de Camões e depois por uma estátua de pequenas dimensões e sem valor artístico.

No dia 9 de Junho de 1880, foi inaugurado o Bairro Camões por iniciativa do banqueiro Burnay, nas terras incultas de Santa Marta, que foram arranjadas para nelas se realizarem festejos populares, os quais decorreram com animação. Mário Costa, cronista da Baixa Lisboaeta, afastou-se um tanto da «sua área» e publicou em Abril de 1960, no n.º 90 do **Olisipo** (pp. 74-77) um pequeno estudo — «O Bairro Camões». Conta que se localizava em terrenos anexos do Palácio do Conde de Redondo, que eram pertença dos marqueses de Borba e Condes de Redondo. «Do lado poente ia até à Bemposta e para o Norte chegava a S. Sebastião da Pedreira.»

O futuro conde de Burnay actuou como D. Dinis: fez tudo quanto quis. O bairro cresceu lentamente, mas veio a ocupar ampla área, pelo que urbanizou uma parte substancial da «Cidade nova». Mas o facto mais bizarro foi o esquecimento do seu título oficial, a ponto tal que hoje em dia a maior parte das pessoas não sabe onde fica e muitas não lhe dão pelo nome...

E, no entanto, há cinquenta anos era bem da intimidade da boémia lisboense, de que está hoje, felizmente, liberto. Num ou noutro roteiro o Bairro Camões aparece crismado em Freguesia de Camões.

Outra homenagem pública ao Poeta foi prestada pela Câmara Municipal de Lisboa, que rasgou em terras pertencentes ao Palácio do Conde de Sabugosa, a Santo Amaro, a Rua Luís de Camões, que Norberto de Araújo (**Peregrinações em Lisboa**, Livro 9, p. 43) intitulou «essa grande artéria do fim do século — Avenida de Santo Amaro», a qual cruzou com a Rua dos Lusíadas e, em seguida, subindo, dá origem à Rua Jau. Não são artérias famosas e, decerto, o Poeta mereceria melhor, mas, se pecam por modéstia, não lhes falta encanto. A «dos Lusíadas» abriu-se em 1887 (segundo Norberto de Araújo, ob. cit., p. 46); contudo, pelas informações de João Paulo Freire (**Alcântara. Apointamentos para uma Monografia**, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1929), as nossas contas conduzem-nos à conclusão de que por 1885 estava delineada no terreno e já tinha moradores. Foi construída sobre parte do cemitério da freguesia, que rodeava a igreja de S. Pedro Apóstolo ou S. Pedro em Alcântara (vid. pp. 104, 155-158 e 248, para um entendimento mais íntimo deste local). A «Jau» (Norberto de Araújo, ob. cit., p. 47) assenta em terras compradas por um argenteiro, que D. Carlos fez Marquês de Val Flor, o qual ali construiu a primeira casa do arruamento futuro (1904-1905). Observe-se como a mesquinha condição de um pobre e vaguíssimo escravo (teria existido?) não lhe deslustrou a memória, tendo sido acompanhado pela fama há quatro séculos: imortalizou-se nos versos de Garrett, num belo quadro de Francisco Metrass (falecido em 1861), do Museu de Arte Contemporânea, em Lisboa e ainda nas esquinas de uma rua — não deixando de se citar a recordação dele na lembrança popular, talvez a que mais sensibilizou as gerações de tudo o que se liga ao poeta.

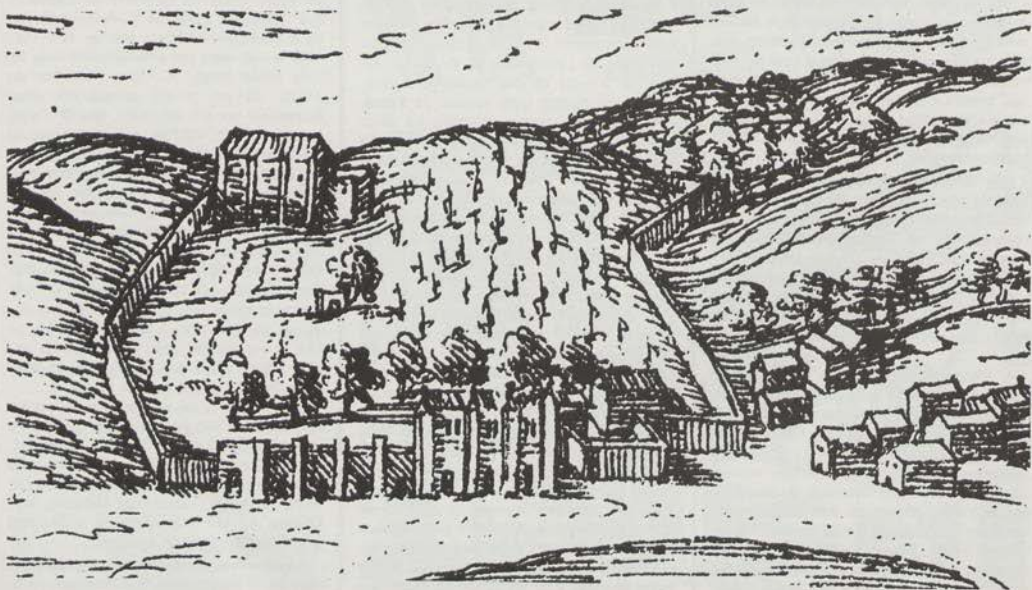
Dois institutos de educação e de ensino se honram, e têm honrado, com o nome do grande lírico: O Liceu Camões (assim intitulado oficialmente desde 9 de Setembro de 1908 e cujas origens são estudadas pela Dr.ª Maria de Jesus Gomes Pais Monteiro, em **Olisipo**, n.º 142-143, biénio de 1979-1980) e o Externato Luís de Camões.

Nos nossos apontamentos, deparam-se-nos cinco construções que ostentam ao ar

O Convento e a Igreja de Santa Ana nos finais do séc. XVI. Na parte inferior a porta ou postigo de Santa Ana.



O Mosteiro dos Jerónimos nos finais do séc. XVI.



livre a figura convencional, na verdade, mas nestes casos artística: no prédio mandado edificar, em 1860, por Manuel Nunes Cordeiro, hoje da Companhia das Águas (EPAL), na Avenida da Liberdade, com um medalhão da autoria de Assis Rodrigues (Júlio de Castilho, **Memórias de Castilho**, 2.ª edição, tomo III, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1929, p. 89); Padrão dos Descobrimentos, em Belém, estátua, obra de Cottinelli Telmo e Leopoldo de Almeida (1940); Biblioteca Nacional, estátua, e Faculdade de Letras, pintura (1958).

No Alto de Santa Catarina, encontramos em expressivo monumento, a representação enérgica do Adamastor, trabalho escultórico de Júlio Vaz Júnior.

Finalmente, a homenagem mais comovedora, que o Poeta obteve em quatro séculos: o cenotáfio do Panteão de Santa Engrácia, junto de mais de sessenta grandes portugueses — chefes do Estado, santos, navegadores, poetas e políticos (1966).

5. Num registo da Casa da Índia (1500-1643), «visto» por Faria e Sousa (e aqui se usam as aspas para satisfação dos duvidosos, que põem entraves ao depoimento do biógrafo), fala-se de Luís de Camões, filho de Simão Vaz e Ana de Sá, «moradores em Lisboa, à Mouraria». O Padre Manuel Correia, cura da igreja de S. Sebastião da Mouraria (declaração sua), no livro que dedicou ao Poeta também o dá por lisboeta: e não havia ele de saber esse dado especial, de quem tratara e de quem se mostrava amigo e foi comentador? Nos textos não se refere — em prosa ou verso — ao velho bairro, mas tal omissão nada significa: como nada significam as referências a Coimbra (na **Lírica**, apenas quatro, duas delas em versões de um soneto) ou a Alenquer (num passo irrelevante) ou as posições de outros locais, por simples inferências de carácter genealógico. Se o problema fosse **quantitativo**, poderíamos os de Alfama chamar o seu sítio «a pátria de Camões», pois que dele se mostra conhecedor e o indica em quatro ocasiões. Aceitamos a hipótese de ter sido a Mouraria o berço feliz, onde veio ao Mundo o «corpo da maior alma que deitou Portugal». Uma nota bibliográfica sobre este tema ocuparia, por certo, um espaço que nos parece conveniente aproveitar melhor — pois não será difícil ao leitor encontrá-la.

Também num ponto alto e extremo da Mouraria, vamos encontrar a casa, onde terá fechado para sempre — como diria Telmo Pais — «aquele olho que valia por dois» e que ele virá pela última vez «tão sumido e encovado já», no adro de S. Domingos. Nela foi mandada colocar, em 1867, uma lápide por ordem do proprietário Manuel José Correia, que com justa vaidade quis memorar para sempre o prestígio do local: «Nesta casa, segundo a tradição documental, fale-

ceu em 10/6/1580 Luiz de Camões. O actual proprietário Manuel José Correia mandou pôr esta lápide em 1867». Os eruditos vieram, na altura e depois muito mais tarde, negar a exactidão que os dizeres queriam exprimir. A lápide, contudo, ficou e será ela a **verdade** para quem ali passe e leia. (vid., por exemplo, Augusto Vieira da Silva, **Dispersos**, II, 269-273).

A pequena distância, situou-se até o fim do século XIX, o Mosteiro de Sant'Ana, que recolheu o corpo de Camões, até à sua deslocação para o Mosteiro dos Jerónimos — se acaso a ossada é a verdadeira...

Houve quem quisesse, e vigorosamente mas debalde, transformar o velho casarão, muito arruinado ao tempo, num cemitério ou panteão nacional. Surgiram dúvidas por um lado, interesses pelo outro, e hoje vemos lá o Instituto Bacteriológico Câmara Pestana, a partir de 1900. No entanto, três lápides apresentam, com suposta precisão, o ponto sagrado em que o Poeta descansou três séculos e, Deus sabe!, talvez ainda repose.

Nestes sítios viveu os derradeiros anos da sua triste e dolorosa existência como os primeiros presumivelmente esperançosos, da infância; entre eles o poderão prender às pedras esquecidas e soltas sobre que caminhar. Reportando-nos a Faria e Sousa, é ainda na Mouraria que Camões ocupa algumas das suas horas de muitos dos seus dias na conversação com os frades dominicanos, no grande convento, ao fundo da encosta de Sant'Ana. Talvez fosse esta a razão de Garrett ao marcar o **último encontro** de Telmo Pais com o Poeta, à porta da igreja, onde ia a entrar a um mês da sua morte, portanto **em meados de Maio de 1580...** À força de recriarmos esta cena, chegamos a acreditar que **aconteceu**. E António Carneiro imaginou (em 1929) num quadro grandioso, agora em São Paulo, Brasil, Camões lendo **Os Lusíadas** aos dominicanos.

O Dr. José Hermano Saraiva aceitou por algum tempo a possibilidade de Camões ter vivido no Palácio dos Condes de Linhares, ao Arco de Jesus (Alfama), mas afastou tal hipótese, pois na altura em que D. Francisco Noronha e D. Violante de Andrade foram habitar no local já o Poeta não se encontrava ao serviço deles (**Elementos para uma nova Biografia de Camões**, pp. 62-63; e **Vida Ignorada de Camões**, pp. 104-105; aconselha-se a leitura de Norberto de Araújo, **Peregrinações em Lisboa**, X, pp. 24-27, e informa-se de que Luis Pastor de Macedo corrigiu para as Cruzes da Sé o ponto em que nasceu D. João I).

Insistindo na sua tese dos amores do Poeta com D. Violante de Andrade, o Dr. José Hermano Saraiva dá a sugestão de se concretizar a ideia do Museu de Camões, no panteão dos Condes de Linhares, em São Bento de Xabregas, hoje transformado em

dependências de uma fábrica. Verdadeira ou não, todavia muito sugestiva, a teoria do ilustre camonólogo, parece-nos de aceitar a proposta — com a vantagem de salvar algo do muito que diariamente se continua a perder em Portugal de histórico, tradicional, etnográfico e artístico. (Vid. as duas obras deste autor, respectivamente nas pp. 63, 73 e 76, e pp. 321 e 396 a 398; de J. M. Cordeiro e Sousa, «O Panteão dos Condes de Linhares em S. Bento de Xabregas», in **Olsipo**, n.º 18, pp. 96 a 103, de Abril de 1942).

A tradição erudita não duvida de que o nosso lírico (e aqui foi o lírico, de certeza, e não o épico ou o dramático...) frequentou os paços do Castelo, de Enxobregas, da Ribeira e de Santa Clara (este onde actualmente estão os Tribunais Militares) — e não há que negá-lo. Fidalgo, aparentado com gente influente, de elevado talento, com amizades nas camadas mais altas da sociedade da época, as referências nas suas páginas «quase demonstram» a presença na corte de D. João III: seria fastidioso ir agora rebuscar e reproduzir as suas relações sociais, desde o historiador Diogo do Couto ao Duque de Aveiro, desde o endinheirado Estácio da Fonseca (**Auto de El-Rei Seleuco**) a D. Francisca de Aragão.

Outro sítio lisbonense onde, por seu mal, se demorou desde 16 de Junho de 1576 a 7 de Março de 1553, foi o Tronco; cerca de oito meses e três semanas, bem dolorosos, se bem pudermos conceber as condições de higiene, de saúde e de dignidade de uma prisão quincentista. Onde era o Tronco, isto é, a cadeia? Parece que houve mais do que uma. A gravura de Bráunio, de cerca de 1596, indica, sob o n.º 131, o Tronco, que ficava na freguesia de São Nicolau, como se lê numa nota de Luis Pastor de Macedo ao vol. IV de **A Ribeira de Lisboa**, de Júlio de Castilho, 2.ª edição, p. 226 (de 1942). Hoje existe um **Pátio do Tronco**, que atrai a atenção de olisipógrafos mais emotivos, notando a proximidade entre as traseiras dos cinemas Condes e Odeon e o Rossio (onde Camões feriu o «outiço» de Gaspar Borges Corte Real): «tudo é caminho chão», como se canta na trova popular.

A igreja das Chagas, construída em 1542, ficou por tradição literária como ponto do primeiro encontro entre o Poeta e D. Catarina de Ataíde: Gonçalves Crespo escreveu um poema lindo e Columbano proporcionou-nos um desenho admirável deste **acontecimento**. A análise do dado biográfico pelo Dr. José Hermano Saraiva (**Vida Ignorada de Camões**, p. 185) derruba a historista: já em 1972, o autor desista linhas pusera a dúvida sobre a autenticidade deste singular encontro (Paulo Caratão Soromenho, **Camões em Lisboa**, separata de **Olsipo**, local n.º 18).

Finalmente, um assunto, que assume interesse excepcional: Qual o lugar em que o



A prisão do Tronco nos finais do séc. XVI.

Um trecho da Mouraria nos finais do séc. XVI, adjacente a muralha fernandina. A porta da Mouraria é o n.º 51.



O Palácio do Conde de Linhares nos finais do séc. XVI (n.º 138).

Poema foi composto e impresso? Duas hipóteses somente: na Baixa ou na Costa do Castelo?

6. E, para terminar iremos agora pôr em ordem os pontos citadinos, que Camões fixou, conforme os sítios, os arruamentos, os templos e o Rio.

A.B. Um velho, velhíssimo bairro de Lisboa, em que os homens do Paleolítico e do Neolítico, os Romanos, os Visigodos e os Mouros deixaram vestígios da sua estadia, desde o monte do Castelo à lada do Tejo, será o ponto da cidade mais vigorosamente inscrito na mente do Poeta: Alfama. Por duas vezes o topónimo nos surge, incluído em prólogos, nos quais a gente alfamese se encontra na atitude de criticar o próximo, pelo que a sua língua de prata é recuada. Repare-se em como ambas as formas paremiológicas se completam, não permitindo que alguém escape à observação justiciera.

Em **Os Anfitriões** («edição popular para comemorar o tricentenário de Luis de Camões, príncipe dos poetas peninsulares», Lisboa, editor Miguel Leitão), comédia que já se admitiu como feita nos tempos de Coimbra, mas que antes se deve crer composta na Capital, pois nela ocorre uma das frases em questão, assistimos a uma engraçada cena da pretensa conquista de Bromia, por Filiseo. Desesperado da resistência dela, exclama (Acto I, c. 3, p. 27):

**Pois, Senhora, a quem vos ama
Sois tão desarrazoadas,
Quero tomar outra dama:
Que não digam os de Alfama
Que não tenho namorada.**

Este temor dos de Alfama repete-se na Carta III («a um amigo, em que dá novas de Lisboa»: **Lirica**, ed. dos Drs. José Maria Rodrigues e Afonso Lopes Vieira, Lisboa, 1932, p. 383), onde certa mulher, de porte duvidoso, «disse ao seu homem: **Não me sirvais, cavalheiro. I-vos com Dios, que eu mudarei o vinte a parte onde não digam os de Alfama que não tenho guardador.**» [Não se entende claramente aquele «mudarei o vinte a parte...»: talvez referência a qualquer anexim ou regra de jogo, em que **vinte** exprima um valor máximo de pontos — talvez um alvo a atingir, que por artifício se desloque a fim de não ser alcançado por outrem. Deste modo, ela poderia, «mudando o vinte», livrar-se das máis línguas dos de Alfama. Será isto?].

O autor do presente trabalho, meditando a proposta do Dr. Afonso Lopes Vieira de que cada terra citada em **Os Lusíadas** inscrevesse os versos numa lápide em lugar público (Obidos foi a primeira que concretizou a sugestão), resolveu à **escala doméstica** reproduzir as duas frases em estudo num painel de azulejos, no terraço da sua casa em Alfama.

Como veremos, abaixo, Camões ainda se ocupa do bairro por duas vezes.

C. Em **Os Lusíadas**, a Praia do Restelo serve de palco a duas cenas impressionantes — a partida da armada do Gama e a intervenção do Velho (Canto IV, 84 a 104), em 1497: 56 anos passados tem o Poeta ocasião de recriar esses momentos solenes — o princípio de um facto dos mais notáveis da História Universal e, por contraste, a pungente meditação sobre «a glória de mandar, a vã cobiça desta vaidade a quem chamamos Fama.»

D.E.F.G.H. Da restante toponímia lisboeta, há que ordenar vários arruamentos: a) [...] um mouro da estrebaria do Carneiro» (**Carta III**, ob. cit., p. 382) deverá interpretar-se como personagem, possivelmente escravo, que trabalhava numa estrebaria do Beco do Carneiro, em Alfama, sítio de certa notoriedade, pois a planta de João Tinoco, de 1650, o indica. É hoje uma estreitíssima passagem, íngreme, cujos telhados se tocam, em parte com degraus, entre a Rua da Regueira (Rigueira, na pronúncia popular) e as escadarias de Santo Estêvão; b) Na acima citada Carta II (p. 380), num período confuso (e que já deu ocasião a interpretações complexas de linguagem cifrada: vide Fiama Hasse Pais Brandão, **Linhas das Cartas de Camões**, em **DN**, de 26-III-1981), declara o Poeta: «Eu já o crismei há poucos dias e lhe pus nome o Malcozinhado, porque sempre acharei nele que comer, quer bem, quer mal.» Indirecto se tem entendido esta frase como impeditivo do espaço ao longo da Ribeira Velha, desde o Campo das Cebolas à Rua da Alfândega e que acompanhava (e acompanhava) a muralha moura, sobre a qual ou a ela unido se vê ainda o restante de alguns palácios: dos Condes de Vila Flor, Duques da Terceira e Visconde da Abrigada (fundado no século XVI); dos Condes de Linhares e Condes de Coculim, agora da Casa Sommer (séculos XVI-XVII); do Duque de Aveiro (século XVIII); dos Atouguias Correias, Senhores de Belas (século XVIII); e também o Arco de Jesus, a Casa das Varandas, a Casa dos Bicos, o espaço do demolido Terreiro do Trigo, a Casa de Tinop (o cronista de Lisboa João Pinto de Carvalho) e o Instituto Virgílio Machado (Vid. Norberto de Araújo, **Peregrinações em Lisboa**, X, pp. 20-27); c) No **Auto de El-Rei Seleuco (Comédias)**, edição acima citada, no prólogo, p. 2), «diz o Mordomo, ou Dono da Casa» (que se identifica como uma personagem histórica — Estácio da Fonseca, amigo do Poeta): «[...] querendo outros novos acontecimentos, que se vão aos soalheiros dos Escudeiros da Castanheira, ou de Aíhos Vedros e Barreiro, ou converse na Rua Nova em casa do boticário; e não lhe faltará que conte». Era a celeberrima Rua Nova dos Ferros, de El-Rei, mais modernamente representada pela Rua dos Capelistas ou do Comércio; d) Na **Carta III** (p. 381),

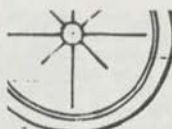
temos notícia de dois casos conflituosos: «Vosso comborço [arrante de uma mulher em relação ao marido dela], Dinis Boto foi espantado nesse Rossio uma boca de noite, e não se sabe donde veio este desastre mais que quanto os homens alcançam por sua lança; mas não é para espantar se isto de longe se guarda por quem por amor de Lia dá isto, e mais se há-de passar». À entrada do Largo de São Domingos, perto do Teatro Nacional, do nosso tempo, havia um chafariz, há muito desaparecido; e) na mesma **Carta III**, (pp. 381-382), acrescenta o Poeta ao período transcrito: «E porque este senhor não cuidasse que era **solus peregrinus in Jerusalem**, lhe fez companhia daí a uns dias Gaspar Borges Corte Real, à porta de Pêro Vaz.» A porta de Pêro Vaz não há-de ser um topónimo, mas como tal valia para identificação de um local (lembremo-nos de que os números de polícia das portas apenas apareceram nos começos do século XIX na Cidade).

I.J.L.M.N.O. É na **Carta II** (pp. 378-379) que o Poeta conta: «Outras damas há que, ainda que não sejam tão formosas como Helena, são altivas, como são umas beatas de São Domingos e outras que conversam os Apóstolos.» Hesita-se em supor que o autor estivesse a pensar na igreja de S. Domingos ou na de S. Roque (cujos irmãos jesuítas eram chamados Apóstolos), mas sim que as beatas tinham especial devoção no contacto com aqueles padres.

Nos casos que se seguem já se aceita tratar-se de templos lisboetas. Continua Camões: «Estas se geram de viúvas honestas, e de casadas que têm os maridos em Cabo Verde; assim que, umas por casar, e outras por lhes Deus trazer os maridos, de cuja vinda elas fogem, nunca lhes escapam as quartas-feiras em Santa Bárbara, as sextas em Nossa Senhora do Monte, os sábados em Nossa Senhora da Graça, dias do Espírito Santo.» Vejamos, pois:

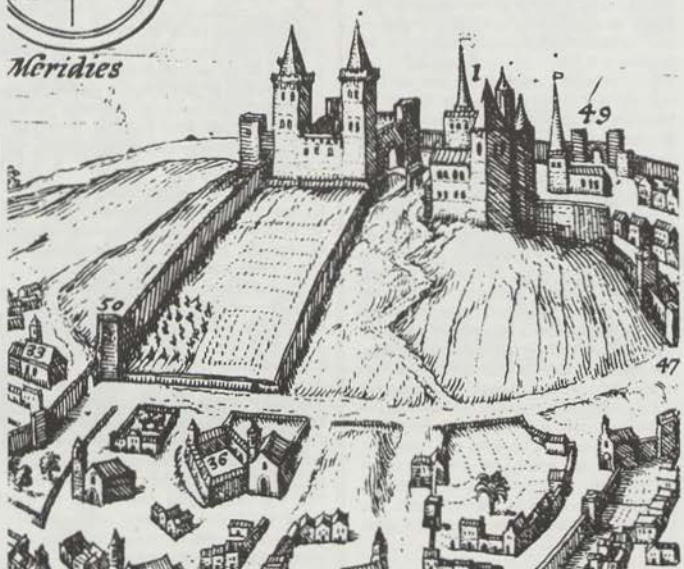
a) Santa Bárbara é na actualidade um **sítio**, até porque ali se concentram várias instituições que o caracterizam: era há três séculos designado por Fontainhas, prova de serem os terrenos ricos de água. Lá existia uma antiga capela dedicada à defensora contra os perigos das trovoadas, que veio a desaparecer, sem deixar rasto, em 1885. (Norberto de Araújo, **Peregrinações em Lisboa**, IV, cap. VIII); b) Nossa Senhora do Monte: aqui foi martirizado S. Gens, mas a capela está desviada um tanto do lugar do martírio. A tradição lisboeta deu-lhe culto especial, pois era (e ainda hoje é) na cadeia de S. Gens que as grávidas se sentiam para terem partos felizes. (Norberto de Araújo, ob. cit., VIII); c) Nossa Senhora da Graça: Durante o longo Verão de 1147, por aqui se demoraram os companheiros de D. Afonso Henriques, durante o cerco para a conquista de Lisboa aos Mouros. Já o Outono viera há um

A Costa do Castelo nos finais do séc. XVI,
 entre a Torre de S. Lourenço (n.º 50)
 e a porta da Alfama (n.º 47),
 na actual Rua do Milagre de Santo António.
 Superfórmate o Castelo de S. Jorge
 e o Paço da Alcaçova.



Meridies

Oriens



Um trecho da Baixa
 nos finais do séc. XVI.

mês, quando o êxito chegou. Ainda nessa centúria, nasceu o Convento de Nossa Senhora da Graça, celebrizado no passar dos séculos. Integrou-se na cidade com a construção da muralha fernandina, de 1373 a 1375 (Norberto de Araújo, ob. cit. VIII).

Na mesma **Carta II** (p. 379), há afirmações maliciosas: «Também cozem neste forno frades de S. Francisco, que andam com as calças desatacadas e os lombos recheados, e assim os de Santo Elói, que tem que dar [...]». A exemplo do que se fez anteriormente, anotemos da mesma fonte: d) Do primeiro quartel do século XIII até 1755, o convento, construído no Monte Frágoso (posteriormente Alto de São Francisco), dedicado ao Santo de Assis, foi-se desenvolvendo em grandeza e em riqueza; destruído no terramoto, tentou-se a sua reconstrução, que não foi terminada conforme o plano. Ficou como casarão, aplicado a variadíssimos fins (Norberto de Araújo, ob. cit., XII); e) O convento de Santo Elói foi fundado pelo bispo de Lisboa, D. Domingos Jardo, em 1286 e muito danificado pelo cataclismo de 1755. A sua época áurea decorreu no século XVI, pela proximidade do Paço de Leonor de Lencastre (Norberto de Araújo, ob. cit., II).

Um sexto templo é a capela de Nossa Senhora dos Remédios, ao fundo da rua com o mesmo título, à beira do Largo do Chafariz de Dentro, fundada no século XVI pelos pescadores e homens do mar de Alfama: o terramoto deixou-lhe um lindo portal manuelino. Tem um poço de água santa (ainda procurada), azulejos historiados, cinco quadros de Gregório Lopes, um compromisso iluminado da Irmandade (verdadeira obra de arte) e três imagens muito devotas: a de Nossa Senhora dos Remédios, a de S. Pedro Gonçalves Telmo e a de Santa Clara (há muito retirada do culto). Camões não fala propriamente da capela, mas na **Carta IV**, enviada da Índia, escreveu: «Se das damas da terra quereis novas, as quais são obrigatórias a uma carta, como marinheiros à festa de S. Frei Pero Gonçalves, sabei que as portuguesas todas caem de maduras [...]» (p. 385).

P. O Rio Tejo é evocado pelo Poeta em 37 versos da Lírica e qualificado com 19 adjetivos. Não se afirma que seja sempre o **Tejo de Lisboa**, mas sê-lo-á na maioria dos casos. O Mondego aparece em quatro versos, o Douro em três, o Guadiana num somente. Não significará esta simpatia pelo grande rio algo que una Camões a Lisboa? Em duas oportunidades lhe chama **pátrio** (uma se assemelha a nota pessoal): é sacro, é grão; tem som grave, areias de ouro; é aurífero, é áureo, rico; mostra-se claro, cristalino, puro; é sereno, suave, brando, manso e doce... e frio. Numa altura de pessimismo, e por contraste com momentos felizes, o Tejo corre turvo e descontente.

Camões conhecia bem o seu Rio e conhecia bem a sua Cidade.



Túmulo de Luís de Camões
primeiramente colocado no
Transepto, do lado direito
da nave dos Jerónimos.

A HISTÓRIA DE LISBOA EM OS LUSÍADAS

Luis de Camões traçou uma panorâmica da história de Portugal em **Os Lusíadas**, nos cantos terceiro e quarto. Narrou ainda diversos aspectos dessa história e referiu-se a várias figuras mais proeminentes em diferentes passos do poema, muito especialmente no canto sétimo, quando Vasco da Gama explica ao Catual o significado das figuras representadas nas bandeiras.

Nestas narrativas da história pátria, surge, como não podia deixar de ser, alguns aspectos da história de Lisboa. Uma análise dessa presença da história de Lisboa no conjunto de narrativas da história de Portugal em **Os Lusíadas**, parece-nos justificar-se, porquanto nos permitirá avaliar como Camões considerava a história de Lisboa no conspecto da história portuguesa.

Significativamente, a referência mais recuada no tempo, que se encontra em **Os Lusíadas** à história de Lisboa, respeita à sua fundação. Camões não quis deixar de referir a origem, como surgira a cidade que era então e de há muito a capital do reino:

**Ulisses é, o que faz a santa casa
À deusa que lhe dá língua facunda
Que se lá na Ásia Trola insigne abraça
Cá na Europa Lisboa ingente funda. (!)**

Como se vê, Camões refere-se à origem lendária de Lisboa, a qual na altura em que escrevia o seu poema estava vulgarizada e era aceite geralmente.

José Maria Rodrigues (?) e Epifânio da Silva Dias, (?) concordantemente, apontam o poema de André de Resende **André Vicentius Levita et Martyr**, cuja primeira edição foi publicada em Lisboa no ano de 1545 (?), como a fonte que Camões teve presente (?).

Allás, Epifânio da Silva Dias aponta ainda da antiguidade que atribuem outros autores a fundação de Lisboa a Ulisses (?).

Mas deve-se acrescentar que na **Urbis Ulisiponensis Descriptis** de Damião de Góis, publicada em 1554 (?), se lê:

«Strabão, dá-lhe o nome de Ulisseam, e parece atestar, seguindo a informação de Asclepiades Miriliano, que foi fundada por Ulisses.

Este Miriliano presidiu, de facto, na Turde-tânia, a um desafio literário, e escreveu um livro sobre a gente daquela região. Diz ele que em Lisboa, no templo de Minerva, se encontram pendentes alguns objectos, tais como escudos, festões, esporões de navios, que pareciam fazer alusão às viagens de Ulisses.

Julgam muitos autores que deste passo não se deduz satisfatoriamente que Lisboa fosse fundada por Ulisses. Contudo, eu sinto maior inclinação para adoptar o testemunho de tão ilustre escritor do que para aderir à opinião de quem, sem motivo suficiente, escarnece desse modo de ver. Tanto mais me inclino para isto quanto é certo que Solino,



Panel de azulejos da portaria do Mosteiro de S. Vicente de Fora representando a tomada de Lisboa em 1147.

varão extraordinariamente culto, também segue o parecer de Strabão. Mais o nosso André de Resende tão apreciado de todos os doutos, adopta e confirma, em diversos pontos dos seus escritos, a mesma opinião.» (8)

Este cuidado em registar em *Os Lusíadas* a origem de Lisboa, parece-nos significativa. A importância que Camões atribuiu à cidade e ao seu papel na história portuguesa é certamente o motivo que o levou a não deixar de incluir as origens da cidade, de indicar, quem fora o seu fundador.

A referência seguinte é ao cerco e conquista de Lisboa em 1147.

Parece lógico e estar perfeitamente dentro da mesma atitude valorativa, que, na sequência cronológica, depois de ter indicado as origens de Lisboa, nos diga as circunstâncias da sua incorporação definitiva.

Assim, dedicou nada menos de cinco estâncias a descrever o cerco e a conquista de Lisboa em 1147 (9). Tão longa narrativa, os pormenores que dá desse cerco, o cuidado com que se informou a respeito dos factos ocorridos, o que o levou a ler, pelo menos, duas obras históricas, ambas manuscritas nessa altura, permitiu ao poeta dar-nos uma descrição do cerco historicamente mais cor-

recta do que as dos cronistas de Quinhentos (10). Tudo isto indica a importância que Camões atribuiu à Lisboa conquistada aos mouros, que considerou pertinentemente o Prof. Veríssimo Serrão ser então «a cidade mais poderosa que os árabes detinham na zona ocidental da Península (11) e portanto à importância da sua incorporação definitiva no território português. E para além disso, bem explicitamente, Camões enquadrou a narrativa dessa conquista, em expressivas quanto significativas afirmações:

**E tu, nobre Lisboa, que no mundo,
Facilmente das outras és princesa**

**Tu, a quem obedece o mar profundo,
Obedeceste à força portuguesa (12)**

**Que cidade tão forte por ventura
Haverá que resista, se Lisboa
Não pode resistir à força dura. (13)**

Foi também certamente a importância que para Camões teve o cerco e a conquista de Lisboa em 1147 que o levou a referi-lo novamente no canto oitavo, aludindo então ocorrências milagrosas relacionadas com esse acontecimento:





A conquista de Lisboa em 1147. Pintura de José Avetiar Rebelo

**Não vês um ajuntamento de estrangeiro
Trajo, sair da grande armada nova
Que ajuda a combater o Rei primeiro
Lisboa, de si, dando santa prova?
Olha Henrique, famoso cavaleiro
A palma que lhe nasce junto à cova
Por eles mostra Deus milagre visto. (14)**

Trata-se de Henrique, cruzado alemão, combatente do cerco de 1147, morrendo durante o pretenso assalto à cidade e enterado em Lisboa, verificando-se passado pouco tempo ocorrências extraordinárias junto de sua sepultura.

Dois circunstâncias são de referir e acentuar. A fonte deste passo de **Os Lusíadas** deve ter sido a **Crónica de D. Afonso Henriques** de Duarte Galvão. (15) Assim o considerou José Maria Rodrigues (16); e Epifânio da Silva Dias, em nota a essa estância do poema, aponta igualmente a mesma fonte (17). Todavia tanto no **Indiculum**, como na Crónica narram-se os milagres em seguida à descrição do cerco e da conquista de Lisboa (20).

Ora em **Os Lusíadas** o cerco de Lisboa aparece no canto terceiro e os milagres do

Cavaleiro Henrique no canto oitavo. Portanto, a inclusão destes no poema não obedece à preocupação estrita de seguir a fonte mas adquire diferente significado (21).

Como se verifica pelo referido passo do canto oitavo, Camões volta a tratar do cerco de Lisboa e então evoca os milagres do Cavaleiro Henrique. Isto significa o desejo de mais uma vez se referir ao cerco de 1147, o que só é explicável pela importância atribuída a esse acontecimento.

Por outro lado, esses milagres ocorridos na sepultura do Cavaleiro Henrique não parece terem tido repercussão de maior. A forma como Camões a eles alude, não parece traduzir da sua parte que lhes concedesse significado especial. Portanto, como explicar que se lhes refira, quando no seu tempo corriam tradições de outros milagres certamente de mais vulto e aos quais se poderia atribuir mais repercussão?

Fê-lo Camões decerto por esses milagres se deverem a um combatente do cerco de Lisboa em 1147, e apenas por essa razão.

Portanto, em conclusão, poderemos dizer, que dada a maneira como Luis de Camões trata em **Os Lusíadas** do cerco de Lisboa em 1147, lhe atribui no conspecto da história portuguesa uma importância excepcional.

Como se sabe, o movimento revolucionário que afastou Leonor Teles do poder e o entregou ao Mestre de Avis eclodiu em Lisboa, daí irradiando para boa parte do País. E esse movimento revolucionário integra-se nitidamente na ambiência social da Lisboa dos fins do séc. XIV e a ela se prende intimamente. A situação social dos Lisboaetas, o seu cosmopolitismo comercial, os seus interesses económicos ligam-se bem de perto à eclosão desse movimento revolucionário e prefiguram o Portugal quatrocentista e quinhentista. (22)

Camões, em **Os Lusíadas** dedica-lhe três estâncias:

**Alteradas estão do reino as gentes
Com ódio que ocupado os peitos tinha
Absolutas cruzes e evidentes
Faz do povo o furor, por onde vinha;
Matando vão amigos e parentes
Do adúltero Conde e da Rainha
Com quem sua incontínência desonestista
Mais — depois de viúva — manifesta**

**Mas ele em fim, em causa desonrado
Diante dela a ferro frio morre
De outros muitos na morte acompanhado,**

Que tudo o fogo erguido queima e corre

**Quem, como Artinás precipitado
Sem lhe valerem ordens de alta torre
A quem ordens nem aras nem respeito (2)
Quem nu por ruas e em pedaços feito**

**Podem-se pôr em longo esquecimento
As cruzes mortais que Roma viu
Feitas do feroz Mário, e do cruento
Sila quando o contrário lhe fugiu
Por isso Lianor, que o sentimento
Do morto Conde ao mundo descobriu
Faz contra a Lusitânia vir Castela
Dizendo ser sua filha herdeira dela. (24)**

Depois de se referir genericamente à insurreição que eclodiu em Lisboa, contra Leonor Teles e seus partidários, à morte do Andeiro, alude o poeta ao assassinato do Bispo de Lisboa, nos quatro últimos versos da segunda das estâncias citadas.

O texto parece-nos indicar tratar-se de um único caso e de nenhuma maneira sugerir estar-se o poeta referindo a dois ou mais casos. Se o **A quem** se refere seguramente à pessoa referida anteriormente **Quem como Artinás precipitado**, isto é o Bispo de Lisboa, o verso **A quem ordens nem aras nem respeito** parece claramente referir-se a um único caso e a uma única pessoa — e mais ainda se lermos segundo a emenda proposta por José Maria Rodrigues **A quem ordens nem aras tem respeito** o caso e a pessoa a que respeita inequivocamente o verso imediatamente seguinte e último da estância **Quem nu por ruas e em pedaços feito**, ou seja, sem dúvida e sem ter sido posto em dúvida, o Bispo de Lisboa.

Mas também o confronto desses versos com a narrativa de Fernão Lopes na **Crónica de D. João I**, que serviu tanta vez de fonte de **Os Lusíadas**, (25) mostra claramente aludir ao assassinato do Bispo de Lisboa — e apenas a ele — esses versos, que me permito ler novamente:

**Quem como Artinás precipitado
Sem lhe valerem ordens de alta torre
A quem ordens nem aras nem respeito
Quem nu por ruas e em pedaços feito**

e cuja coincidência e concordância com a narrativa desse triste sucesso feita por Fernão Lopes é evidente:

«logo o Bispo foi morto com feridas e lançado a pressa afundo, homem lhe foram dadas outras muitas, comosse gaamçassem perdoança, que sua carne já pouco semtia.

Alli o desnuaor de toda vestidura, damdolhe pedradas com muitos e feos doestos, ataa que se emfadaram delle os homens e os cachopos. (...) E em esse dia logo algúas refeces pessoas lançaram ao Bispo

onde jazia hũu baraçõ nas pernas, e chamando muitos cachopos que o arrastassem (...) E assi o arrastarom pella cidade com as vergonhosas partes descobertas e o levarom ao Rossio, onde começaram de comer os cães.» (26)

Diferentemente o entendem Faria e Sousa. Assim **Quem como Artinás precipitado de alta torre** «fue D. Martins Obispo de Lisboa, que subiendose a la Torre de su Iglesia, huyendo de la furia que corria la Ciudad, desde alli despeñaron impiamente». **A quem ordens** não explica bem Faria e Sousa se respeita ao Bispo ou ao Prior de Guimarães, morto no mesmo local e na mesma ocasião: «Assi arriba el **ordens** vale consagracion, i dignidad de Obispo; aqui vale sencillamente dignidad de **Sacerdote** porque tambien mataron a un Clerigo Prior de Guimaraens, que estava con el Obispo; i despues otros, e

otras personas (sic) — decerto personas — de Religion».

De notar que o Bispo era também sacerdote e que o fora antes de ter atingido a dignidade episcopal pelo que, mesmo dentro deste interpretação, continuava a palavra **ordens** a ser-lhe aplicada. Além disso não se nos afigura haver motivo, nem o indica Faria e Sousa, para que num verso **ordens** — **sem lhe valerem ordens** — «vale consagracion, i dignidad de Obispo» e logo no verso seguinte **A quem ordens** «vale sencillamente dignidad de Sacerdote».

Mas no mesmo verso

a quem ordens, nem aras, nem respeito se **a quem ordens** respeita ao Bispo ou ao Prior de Santarém, não nos parece expresso bem claramente o pensamento de Faria e Sousa, mas já **nem aras, nem respeito** diria, segundo Faria e Sousa respeito

O cerco de Lisboa em 1147. Gravura de F. Vieira Lusitano



ao caso ocorrido com outra pessoa, noutra local e noutra data, o assassinato da abadessa do Convento de S. Bento, de Évora: «Esto alude a la insignissimamente fea impiedad de que matòr la Abadesa de un convento, avliendo abraçado em el altar con el Santissimo Sacramento».

Por que esta trasmutação? Por que motivo se pode pensar que Camões no mesmo verso salta sem a menor transição de um caso ocorrido em Lisboa para outro caso ocorrido em Évora? Não vemos nada no texto camoniano que indique ou sequer sugira ligeiramente, nem o aponta, mesmo que vaga ou insuficientemente Faria e Sousa.

E mais surpreendentemente ainda, o verso imediato:

**A quem nu por ruas e em pedaços
feito**

Volta a respeitar ao Bispo de Lisboa: «Porque desnudando a algumas pernas, i arrastandolas por las calles, duravan en esso cõ ellas, hasta que se haziam pedaços: i el Obispo desto fue dexado a donde le comieron perros». (7)

Epifânio da Silva Dias parece seguir a mesma interpretação porquanto em nota aos quatro últimos versos da estância que vimos analisando, reaponta o assassinato do Bispo

de Lisboa, e depois da abadessa do Mosteiro de S. Bento, de Évora. (8)

José Maria Rodrigues toma explicitamente a mesma atitude: «o verso 7.º em que se subentende o verbo **valem**, expresso sob a forma infinitiva no verso precedente, alude, me parece, à cruel morte da abadessa de S. Bento, das cercanias de Évora, praticada na Sé daquela cidade. Não lhe valeram as **ordens** dos cônegos que intercederem por ela, nem as **aras** do templo em que se achava, nem o **respeito**, devido às particulas consagradas que tinha nas mãos». (9)

Muito sensatamente disse José Maria Rodrigues **me parece**, porquanto os argumentos apresentados não comprovam a sua interpretação, nem nos convencem.

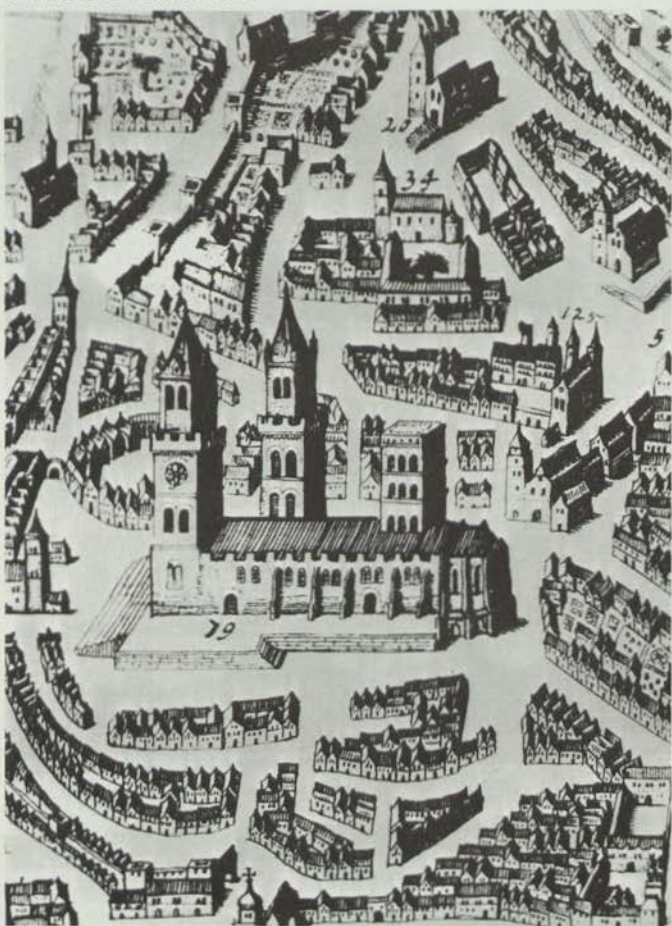
Sem lhe valerem ordens aplica-se evidentemente ao Bispo de Lisboa, assassinado sem lhe valer o respeito devido pelas ordens sacras que ele recebeu como bispo (10) e seguramente não se refere o poeta a não terem acatado o pedido de piedade e o desejo de protecção dos cônegos da Sé de Évora para a abadessa, os quais não foram molestados, nem sequer desrespeitados. Apenas não foram atendidos os seus piedosos e humanitários propósitos. Não lhe valeram as **aras** aplica-se mais adequadamente ao Bispo de Lisboa, assassinado na catedral, diocese de que era prelado, do que a Abadessa do Convento de S. Bento, que se encontrava na Sé acidentalmente, porque aí fora ouvir missa (11). Se a feroz multidão a tem procurado em pouco antes, o seu assassinato nada teria tido a ver com a Sé de Évora. Quanto a **nem respeito** refere-se, parece-nos evidente, a não o ter havido para com o Bispo, para com as ordens sagradas que recebera e para com as aras da sua catedral, onde fora assassinado. E nada, mas absolutamente nada, indica que o desrespeito fosse para com as sagradas particulas.

Consideramos portanto não ser aceitável a interpretação de aludir também Camões ao assassinato da Abadessa do Convento de S. Bento de Évora. Por isso temos que em **Os Lusíadas** se referem na generalidade as crueldades consequentes do movimento revolucionário que eclodiu em Lisboa contra Leonor Teles, e seus sequezes, e se pormenoriza o assassinato do Conde de Andeiro e do Bispo de Lisboa.

Deste movimento, Camões apenas refere concretamente os acontecimentos ocorridos na capital. Considerou portanto que marcando estes o início e sendo a origem do movimento revolucionário, bastava o seu relato, sem ser necessário mencionar os consequentes prolongamentos por diversos pontos do País, muito embora na fonte que estivesse utilizando, a **Crónica de D. João I** de Fernão Lopes tais sucessos venham (12) narrados com pormenor. Finalmente, na última das três estâncias citadas, Camões diz no final que Leonor Teles, depois dos actos

A Sé de Lisboa.

Pormenor da Panorâmica de Lisboa de Braun



de insurreição referidos, **Faz contra a Lusitânia vir Castela**, isto é, distingue a sublevação de carácter interno, da guerra de Castela contra Portugal.

Parece-nos justa esta visão de 1383, que mais pormenorizadamente analisamos em comunicação apresentada à Academia Portuguesa da História em 1969. (2)

Encontramos ainda mencionada em **Os Lusíadas** um aspecto da história de Lisboa, a criação da Universidade, mas colocado em Coimbra, erro que não é da responsabilidade do poeta, mas da fonte que ele seguiu, a Crónica de Rui de Pina, pois aí se inspirou para as três estâncias respeitantes ao reinado de D. Dinis, no parecer de José Maria Rodrigues, (3) aliás como foi esse cronista quem informou o poeta para muitos outros trechos históricos de **Os Lusíadas** (4). E Rui de Pina seguiu neste ponto como em quase todos os outros, a crónica de 1419 (5) Rui de Pina na sua **Crónica de D. Dinis** intitulou um dos seus capítulos de «Como El Rey D. Dinis ordenou em Coimbra lo primeyro Estudo que ouve em Portugal» (6) e Camões, seguindo-o:

**Fez primeiro em Coimbra exercitar-se
O valeroso officio de Minerva (7)**

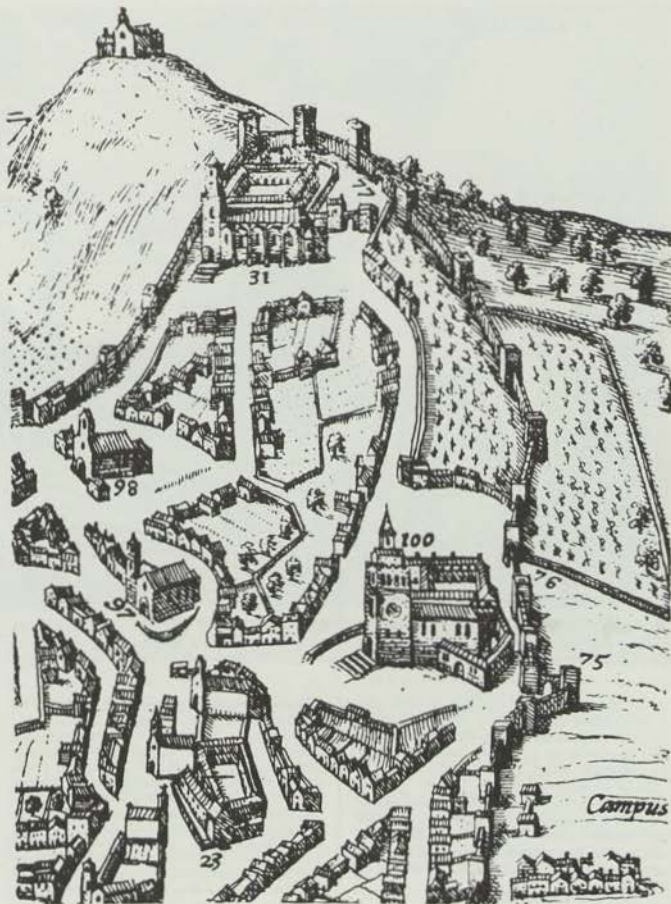
versos aos quais Epifânio da Silva Dias após em nota a indicação do já mencionado trecho da **Crónica de D. Dinis**, por Rui de Pina. (8)

Da análise das referências à história de Lisboa inseridas nos quadros que da história de Portugal nos dá **Os Lusíadas**, parece-nos retirarem-se duas conclusões, que se nos afiguram de indescritível interesse.

Para além da referência à lendária fundação da cidade, por Ulisses, então aceite como verdadeira, Camões narra o cerco e conquista de Lisboa em 1147 e o movimento revolucionário que aí eclodiu em 1383. São indiscutivelmente dois acontecimentos de grande relevância na história da cidade, decerto dos mais importantes, senão os mais importantes da sua história até então. Camões escolheu-os criteriosamente e com boa visão histórica, assim como justificadamente apontou a criação da Universidade, colocando-a em Coimbra por errada informação, de certo de Rui de Pina.

Por outro lado é de considerar que, pela forma como se referiu a esses episódios da história de Lisboa, quis acentuar relevância e significado decisivo nos destinos da grei.

Em **Os Lusíadas** aparece assim a história de Lisboa com a valorização que ela de facto tem dentro da história do País e com um realce que talvez a nenhuma outra história local seja atribuído nesse poema.



Pormenor da Panorâmica de Lisboa de Braun.
O n.º 23 representa o edifício da Universidade de Lisboa.

(3) **Os Lusíadas** de Luis de Camões comentados por Augusto Epifânio da Silva Dias, 2.ª ed. Porto, 1918, vol. II, pág. 99.

(4) António Joaquim Anselmo: **Bibliografia das Obras Impresas em Portugal no Século XVI**. Lisboa, 1926, p. 304, n.º 1046; Armando de Gusmão **Livros Impresos no século XVI existentes na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora**, Évora, 1964, vol. I, p. 220-221, n.º 908 e especialmente os **Livros Antigos Portugueses** por D. Manuel II, Londres, 1932, vol. II, pp. 171-177.

(5) Sobre esta obra escreveu o Professor Doutor José Pina Martins num dos seus eruditos comentários do Catálogo da Exposição Bibliográfica, Iconográfica e Medalhística de Camões, Lisboa, 1972: «texto muito importante de um dos maiores humanistas portugueses, com um poema anotado pelo próprio autor, possuindo observações de grande interesse doutrinária e erudito.» Por neste texto que

pela primeira vez apareceu a palavra **Lusíadas**, embora o termo já tivesse aparecido muito antes, ainda que em sentido diferente» (pp. 261-282, n.º 550).

(6) Ob. cit. vol. II, p. 99.
(7) António Anselmo **Bibliografia das Obras Impresas em Portugal no Século XVI**, p. 104, n.º 384 e especialmente os **Livros Portugueses de D. Manuel II**, vol. II, p. 440-4.

(8) «Strabo vero Vyseam, & ab Vyse conditam esse, ex-verbis Asclepiadis Myriano videtur asserere. In enim Myriano in Turdania ludo litterario praefuit, atque de gentibus ipsis regionis librum conscripfit, prodiditque etiam Ollisipone in templo Mineruae, fragmenta quadam suspensa tunc extare, videlicet permas, apuistra nauiumque rostra Vyssis errores indicantia.

Ex quo sane loco satis liquere arbitrantur quidam Ollisiponem ab Vyse conditam esse. Nobis tamen tanti viri testimonio adhaerere placebit potius, quam

(1) Canto oitavo, estância 5.
(2) **Fontes dos Lusíadas**, 2.ª ed., Lisboa, 1979, págs. 19-20.



O Paço da Ribeira anteriormente ao Terremoto de 1755.

illorum dicta comprobare, qui id nullo certo argumento caillare conantur.»

— **Lisboa de Quinhentos — Descrição de Lisboa**, texto latino de Damião de Góis, tradução de Raul Machado, Lisboa, 1937, pp. 24-25.

(9) Canto terceiro., estâncias 57 a 61.

(10) Cremos tê-lo demonstrado no nosso estudo «As fontes da descrição da tomada de Lisboa em Os Lusíadas», Lisboa, 1973. Separata das «Actas da I Reunião Internacional de Camonistas», publicado também nesse ano na **Revista Municipal** n.º 134-135.

(11) História de Portugal, Lisboa, 1977, vol. I, p. 36.

(12) Canto terceiro, estância 57.

(13) Canto terceiro, estância 61.

(14) Canto oitavo, estância 18.

(15) Duarte Galvão, **Crônica de D. Afonso Henriques segundo o manuscrito da Torre do Tombo**, cap. 36, ed., de José Bragança, Lisboa, p. 172.

(16) **Fontes dos Lusíadas**, pp. 51-52.

(17) Ob. cit., vol. II, p. 107.

(18) Veja-se a nota estuda indicada na nota 10.

(19) **Portugal e Monumenta Historica — Scriptorum**, vol. I, pp. 92-93.

(20) Cap. 34 — «Como el-rei D. Afonso Henriques ordenou de ir cercar Lisboa, e tomou das gentes estrangeiras que para isso houve em sua ajuda»: cap. 35 — «O que el-rei D. Afonso Henriques fez, depois de entrada e tomada a cidade de Lisboa, e do que falou e passou com as gentes estrangeiras que nisso foram»: cap. 36 — «Do milagre que Deus mostrou pelo Cavaleiro Henrique atemão, que morreu quando a cidade de Lisboa foi entrada.» Duarte Galvão, **Crônica de D. Afonso**

Henriques segundo o manuscrito da Torre do Tombo, ed. de José de Bragança, Lisboa, s.d.

(21) Camões não se refere, nem terá conhecido o túmulo do Cavaleiro Henrique no mosteiro de S. Vicente de Fora, porquanto D. Rodrigo da Cunha nos diz na sua **História Eclesiástica da Igreja de Lisboa**, na sua primeira parte publicada em 1642 não se saber onde se encontravam os restos mortos do Cavaleiro Henrique (cap. XXXIII, 8 p.). Actualmente uma lápide indica o local onde pretensamente eles se encontram, mas trata-se de facto de uma sepultura forjada, talvez no séc. XVII (Júlio de Castilho, **Lisboa Antiga — Bairros Orientais**, 2.ª ed. Lisboa, 1936, vol. VII, p. 22, nota 1 de A. Vieira da Silva e p. 25).

(22) «E na Lisboa do séc. XIV, a cidade das várias gentes, que se forma o ambiente e a feição cosmopolita que vai caracterizar a nação nos séculos seguintes», Jaime Cortesão em **Os Factores Democráticos na Formação de Portugal** em História do Regime Republicano em Portugal, Lisboa, 1930, vol. I, p. 79.

(23) Referindo-se a correções feitas a este verso escreveu José Maria Rodrigues: «A correção não pode ser senão tem, por troca de uma letra» — **Fontes dos Lusíadas**, p. 253, nota 2.

(24) Canto quarto, estâncias 4, 5 e 6.

(25) «A principal fonte das numerosas oitavas concernentes ao reinado do Mestre de Avis é, como se pode supor, a respectiva crônica de Fernão Lopes» — José Maria Rodrigues **Fontes dos Lusíadas**, p. 244.

(26) **Crônica de D. João I**, 1.ª parte, capítulo XII, ed. da Livraria Civilização, segundo o códice 352 da Torre do Tombo, Porto, 1945, vol. I, pp. 29-30.

(27) **Lusíadas** de Luís de Camões Príncipe de los Poetas de España — comentadas por Manuel

de Faria y Sousa — Madrid, 1639, Segundo tomo, coluna 244.

(28) Ob. cit., Porto, 1916, vol. I, p. 214.

(29) **Fontes dos Lusíadas**, pp. 253-254.

(30) Por esse motivo os seus assassinos pediram ao Papa que lhes perdoasse, tendo sido expediada para tal uma Bula de perdão. Veja-se do autor **Fernão Lopes — Alguns elementos para a determinação do seu valor histórico**, separata da 'Brotéria', Maio de 1952, vol. LIV, fasc. 5.

(31) O relato do assassinato encontra-se na **Crônica de D. João I** de Fernão Lopes, 1.ª parte, cap. XLV, edição da Livraria Civilização, vol. I, pp. 90-92. Veja-se Gabriel Pereira, **Estudos Eboresens**, 2.ª edição, Évora, 1947, vol. I, p. 129.

(32) Veja-se a nota 25.

(33) **Aspectos e Problemas da Crise de 1383** in Anais da Academia de História, 1970, 2.ª Série, vol. 19. Tem separata.

(34) As **Fontes dos Lusíadas**, pp. 101-102.

(35) Em **As Fontes dos Lusíadas** veja-se o capítulo V «Camões e Rui de Pina». No entender de José Maria Rodrigues, «uma das principais fontes dos Lusíadas, para as estâncias em que Vasco da Gama narra ao rei de Melinde a história de Portugal, são as numerosas crônicas de Rui de Pina». (p. 85).

(36) **Crônica de D. Dinis**, cap. XIX **Crônica dos Sete Primeiros Reis de Portugal**. Ed. da Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1952, vol. II, p. 62.

(37) Cap. XIII, na **Crônicas** de Rui de Pina, edição do Porto, 1977, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, veja-se a p. 265.

(38) Canto terceiro, estância 97.

(39) Ob. cit., vol. I, p. 184.

BIBLIOTECA MUNICIPAL CAMÕES

A PRIMEIRA BIBLIOTECA PÚBLICA PARA CEGOS, EM PORTUGAL

A Câmara Municipal de Lisboa começou a preocupar-se (de forma irreversível e progressiva), na segunda metade do século XIX, com o analfabetismo e com a pobreza cultural de uma elevadíssima percentagem da população lisboeta.

Para o efeito (decerto como fruto da política de Passos Manuel e do Setembrismo relativamente ao ensino), inscreve esta Câmara, no seu Orçamento para 1862, a primeira verba destinada à instrução (se bem que, desde princípios da Idade Moderna — e à semelhança de outros Municípios do nosso País —, tenha procurado corresponder, de alguma forma, à necessidade de ser ministrado ensino, conquanto elementaríssimo, às classes populares, pagando tença anual a «mestres de ler, escrever e contar»); em 1875, abre as suas duas primeiras escolas primárias, como resultado das suas intenções, em prol da instrução, manifestadas em 1872, dotando, nos anos subsequentes (debatendo-se, não obstante, por determinados entraves), os diferentes bairros da cidade de Lisboa com escolas primárias, sobretudo na década de 80, paralelamente com a fundação de pequenas bibliotecas para uso exclusivo de professores e alunos das respectivas escolas; em 1895, funda a sua primeira biblioteca pública (a Biblioteca Municipal de S. Lázaro), junto da Escola Municipal n.º 1, funcionando ambas, ainda hoje, no mesmo local; a partir de então, esforça-se por difundir a cultura, também pelos diferentes bairros da cidade; em 1963, funda a primeira biblioteca pública para cegos, em Portugal, mercê da oferta de cerca de quatro dezenas de monografias e publicações periódicas, que lhe é feita pela Embaixada do Brasil em Portugal; presentemente, tem este Município, espalhadas pela cidade, 11 bibliotecas fixas e 4 itinerantes, cujo objectivo primordial é **fortalecer** à população de Lisboa os instrumentos

necessários à sua valorização cultural, científica, técnica e profissional e **promover**, na medida do possível, actividades circumbibliotecárias — conferências, colóquios, exposições, escaquismo, exibição de filmes, recitais, — visando contemplar uma zona etária o mais ampla possível.

Mas concentremo-nos no objecto do nosso trabalho, fazendo um breve historial da primeira biblioteca pública para cegos, em Portugal, e evidenciando algumas das suas principais pretensões futuras, sob a égide da sua promotora — a Câmara Municipal de Lisboa.

Após a invenção do sistema braille, importantíssimo acontecimento sócio-cultural que abriu aos cegos de todo o Mundo o acesso aos múltiplos ramos do saber humano, inúmeras bibliotecas para cegos têm sido criadas no Mundo inteiro, quer a nível estatal, quer a nível de autarquias locais.

Em Portugal, só em 14 de Junho de 1963, por iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa, é inaugurada a primeira biblioteca pública para cegos (sem dúvida, mais comparável a um pequeno depósito de livros em braille), no Jardim da Estrela, com leitura de presença, mas cujo acervo documental (oferecido à Câmara pela Embaixada do Brasil em Portugal), constituido apenas por cerca de quatro dezenas de publicações, depressa se revelou insuficiente, pois que os cegos conhecedores do alfabeto braille rapidamente o leram duas ou três vezes.

Para obviar à crescente procura e necessidade de leitura, por parte dos cegos de Lisboa, verificaram-se, subsequentemente, outras ofertas de livros em braille à Câmara, procedentes de pequenas bibliotecas privati-

vas de pessoas cegas que desejaram partilhar o seu espólio bibliográfico com os mais carenciados de saber. No mesmo sentido, também a Câmara mandou imprimir em braille, no Centro Prof. Albuquerque e Castro — Edições Braille (na altura Centro de Produção do Livro para o Cego), alguns exemplares de obras de autores portugueses mais consagrados, havendo estabelecido, logo à partida, com a única Imprensa Braille portuguesa, um contrato, mediante o qual, esta entidade se compromete a enviar à Câmara dois exemplares de cada obra nova que publica (sendo reembolsada pela Câmara do correspondente quantitativo), destinados à Biblioteca para Cegos, o que ainda hoje se pratica.

No decurso da sua história, tem esta Biblioteca passado por vicissitudes que se prendem essencialmente com o crescimento do seu recheio bibliográfico e consequente carência de espaço, com uma certa apatia por parte da própria Câmara (contrariamente ao que se supunha), com a escassez de recursos materiais e humanos, factores que, por si só, definem bem as razões da passividade que caracterizou este serviço durante algum tempo.

Assim, em 1965, o fundo bibliográfico desta Biblioteca transita do Jardim da Estrela para parte das instalações da Biblioteca Municipal de Belém (onde os livros sofrem o primeiro tratamento técnico, sendo contratado para o efeito um especialista na matéria brailológica, o qual se responsabilizará pela Biblioteca para Cegos até princípios de 1978). Posteriormente, será instalada em Pedrouços, novamente em Belém, passará pela Rua de S. Pedro de Alcântara (ao Bairro Alto), instalando-se, finalmente, num imóvel de utilidade pública, no seu 1.º andar esq., Largo do Calhariz, n.º 17, onde se encontra desde Outubro de 1973.

Não obstante as deambulações deste serviço, os seus consulentes (deficientes visuais) usufruíram da modalidade de leitura domiciliária, desde 1965, mediante requisição telefónica, mandatados ou pessoalmente, desde que devidamente identificados, sendo-lhes feita a entrega e recolha das obras solicitadas no domicílio por um funcionário da Biblioteca. Posteriormente, deu-se o alargamento desta modalidade a âmbito nacional, através do envio pelo correio.

No respeitante à aquisição de espécies bibliográficas, sendo bastante diminutas as fontes de obras escritas em braille (quase inexistentes), adoptou-se nos diversos países, desde que o sistema braille foi oficialmente aceite, a criação de serviços de transcrição para braille das obras mais significativas escritas a tinta, como o processo mais eficiente, junto das bibliotecas para cegos. Por tal motivo, existem fundos bibliográficos, em bibliotecas para cegos de determinados países, que rondam o milhão de volumes, ultrapassando mesmo, nalgumas delas, este número em largas centenas de milhares.

Também esta Biblioteca, apesar dos poucos recursos materiais e humanos ao seu dispor, iniciou a tarefa de transcrição, em meados de 1973, ainda nas instalações da Biblioteca Municipal de Belém, cuja continuidade foi grandemente emperrada pelas anacronias da Biblioteca, tendo sido suspensa em fins de 1977, principalmente devido à insuficiência de recursos humanos.

A especificidade desta Biblioteca exigiu, desde o seu início, o recrutamento de pessoal especializado na matéria braillológica, o que se verificou, sim, mas em número muito insuficiente. De 1965 a 1970, apenas dispôs de um funcionário com a devida preparação, a quem competia o tratamento técnico das obras em braille e a responsabilidade pelo serviço, e de mais outro elemento, com carácter irregular, para entregar e recolher os livros no domicílio dos utentes cegos residentes na área jurisdicional da Câmara. Em 1971, viu este serviço aumentado o seu número de efectivos para 2 unidades (foi admitido um Auxiliar de Catalogação para coadjuvar o Bibliotecário). Em 1973, o seu número de efectivos passou para 5 (1 Bibliotecário, 2 Auxiliares de Catalogação, 1 Vigilante de Bibliotecas e 1 Auxiliar de Limpeza). Posteriormente, e gradualmente, o número de funcionários aumentou para 13, dotação actual, acrescido de mais 4 Técnicos Auxiliares de BAD, estes em regime de tarefa, que se tornaram efectivos em Agosto de 1981. Neste momento, o quadro da Biblioteca é constituído por 1 Bibliotecário (responsável pelo serviço), 5 Técnicos Auxiliares de BAD, 4 Auxiliares Técnicos de BAD, 1 1.º Oficial e 2 Auxiliares de Limpeza, exceptuando os tarefeiros.

Paralelamente ao tratamento preliminar e técnico das obras, à tarefa de transcrição e

revisão e ao serviço de leitura domiciliária, outro tipo de apoio se tem vindo a facultar aos utilizadores, embora muito precariamente, com especial incidência a partir de 1978:

- Transcrição de assuntos de mais variada índole e fornecimento de cópias (desde elementos de grafia e de simbologia braille, passando por textos de francês, inglês e alemão, artigos de enciclopédias e de dicionários, até aos extractos das diferentes obras).
- Tradução para português de textos em francês, inglês e alemão, e respectiva transcrição em braille, para apoio a estudantes universitários.
- Gravação em fita magnética (embora sem condições acústicas) de obras, de extractos, de artigos de enciclopédias e de dicionários.

Para a prossecução dos préstimos acima enunciados, com precisão e rapidez no fornecimento, aos utilizadores, de cópias e de fonocópias dos mais variados assuntos, de informações bibliográficas e de súmulas das diversas matérias, tornou-se indispensável a aquisição e a necessária actualização de um fundo bibliográfico a negro, o mais diversificado possível, como apoio aos serviços de transcrição e de gravação desta Biblioteca (rondando já os 10 000 volumes, além dos cerca de 5000 em braille, o que totaliza aproximadamente 15 000 volumes a braille e a tinta). Uma vez adquirido um fundo documental a tinta tão significativo, surgiu a ideia de montar uma biblioteca capaz de responder simultaneamente a deficientes visuais e a utentes com vista, não esquecendo os deficientes motores, com a designação de «Biblioteca Camões», o que foi proposto pela própria Biblioteca à Câmara, e que foi superiormente aceite.

Necessitando esta Biblioteca, para tal fim, de se apetrechar tecnicamente o melhor possível, propôs à Câmara o pedido de um subsídio à Fundação Calouste Gulbenkian, para o efeito, obtendo a imediata concordância superior. Desta forma, em 1975, é atribuído à Câmara Municipal de Lisboa, pelo Conselho de Administração daquela Fundação, um subsídio de 683 688\$00, destinado à montagem da Biblioteca Camões (mais exactamente, para a aquisição de mobiliário e de material específico), atitude que merece o mais reconhecido agradecimento desta Câmara e dos cegos de Lisboa, pois que visa o seu enriquecimento sócio-cultural.

Com idêntica benemerência, é entregue à Câmara Municipal de Lisboa um legado de 50 000 coroas dinamarquesas, em 1979, instituído em testamento pelo falecido representante da Dinamarca em Lisboa, Senhor Hugo Hergel, destinado a ocorrer a encargos com a assistência aos cegos de Lisboa, tendo

sido confiado à Biblioteca Camões a sua utilização, no sentido desta o investir em favor do progresso da tiflogia em Portugal, como expressão da maior homenagem a prestar ao referido diplomata.

O movimento de leitura domiciliária, nos últimos 3 anos, também tem vindo a aumentar consideravelmente, como o provam os mapas de 1978, de 1979 e de 1980 que se seguem:

LEITURA DOMICILIÁRIA

A			
1978			
Sexo	Leitores	Obras	Volumes
Masculino	620	806	3156
Feminino	310	500	1214
Total	930	1306	4370

B			
1979			
Sexo	Leitores	Obras	Volumes
Masculino	798	1032	3880
Feminino	386	466	1426
Total	1184	1498	5306

C			
1980			
Sexo	Leitores	Obras	Volumes
Masculino	902	1331	4924
Feminino	484	783	2413
Total	1386	2114	7337

O aumento do movimento de leitores constatado em 1980, relativamente aos dois anos transactos, deve-se ao facto de esta Biblioteca começar a ter alguma possibilidade de satisfazer solicitações de bibliografia específica sobre assuntos determinados, o que, necessariamente, se traduz num maior número de obras requisitadas. Só é possível fornecer este tipo de informação aos utilizadores, em virtude de termos iniciado a indexação, principiando, assim, a constituição do catálogo de assuntos.

II

Estamos, efectivamente, em presença de uma Biblioteca, cuja especificidade a distingue de todas as outras existentes em Portugal, visto destiná-la simultaneamente a consulentes **deficientes** (sobretudo **visuais**) e **não deficientes** (contemplando uma zona etária o mais ampla possível), com o objectivo de, dentro de uma perspectiva cultural e recreativa mais profícua e adequada ao progresso da comunidade, possibilitar o convívio social entre uns e outros e desmistificar concepções erróneas impostas pela tradição, ru-

mo à verdadeira integração social de deficientes.

Assim, no intuito de permitir ao deficiente visual localizar a Biblioteca em igualdade (relativa) de circunstâncias com o utilizador com vista e de se alertar o público em geral das características da Biblioteca, figurarão (na rua) na ombreira do lado direito da porta principal do imóvel 2 placas — uma para as pessoas com vista, em caracteres latinos, ostentando a inscrição «CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, BIBLIOTECA CAMÕES, 1.º Andar»; outra para as pessoas cegas, com caracteres braille, com os mesmos dizeres, colocada abaixo da campinha.

A Biblioteca Camões está quase completamente equipada, de modo a poder fornecer aos seus utilizadores um eficiente funcionamento de 4 salas: 1 Sala de Leitura (S.L.), 1 Sala de Estudo (S.E.), 1 Sala Infantil (S.I.) e 1 Sala de Actividades Circumbibliotecárias (S.A.). Em todas elas, estarão as mesas e cadeiras, destinadas aos utentes, assinaladas a tinta e em braille e dispostas com determinada uniformidade, de forma a que os consulentes cegos possam, com a máxima segurança e independência, localizar os lugares livres, em qualquer uma das salas, mediante a consulta de uma chapa (que tem a indicação da sala e do número do lugar respectivo escrita a tinta e em braille) que lhe é entregue na recepção, a qual deverá devolver quando sai da Biblioteca.

Vejamos, sucintamente, as pretensões futuras desta Biblioteca, as quais já foram propostas superiormente, e cuja idealização e planificação se deve, muito principalmente, ao Dr. Orlando de Jesus Monteiro (o responsável por este serviço desde 1965 até 1978):

Quanto aos objectivos, propõe-se a Biblioteca Municipal Camões

- desempenhar um papel relevante no panorama sócio-cultural do Município e, por extensão, no próprio País, de acordo com a sua especificidade;
- servir simultaneamente pessoas deficientes e não deficientes, colmatando, ao mesmo tempo, uma lacuna existente na zona central da cidade, desprovida de bibliotecas públicas;
- promover uma acção dinamizadora no sentido de se obter uma participação real e efectiva dos seus utilizadores, em actividades bibliotecárias e circumbibliotecárias, visando fomentar e desenvolver uma acção cultural e recreativa junto dos mesmos, dentro de uma concepção moderna de verdadeiro alcance de integração social.

Para a consecução dos objectivos supracitados, impõe-se desenvolver várias actividades, de índole bibliotecária e circumbibliotecária, como a seguir mencionamos:



Fachada da Biblioteca Camões.

Uma sala da Biblioteca Camões.



1. LEITURA PÚBLICA

1.1. **Leitura de Presença** — Para além das condições normais de leitura local de qualquer outra biblioteca, facultar-se-á aos consulentes cegos a possibilidade de poderem tirar os seus apontamentos em braille e gravar obras total ou parcialmente.

1.2. Leitura Domiciliária

- Os utentes com vista poderão requisitar as obras pessoalmente ou mandatados, desde que devidamente identificados;
- aos deficientes residentes em Lisboa, será feita a entrega e recolha dos livros no seu domicílio por um funcionário da Biblioteca (o que sempre se praticou relativamente aos deficientes visuais);
- a âmbito nacional, o envio das obras faz-se através do correio (o que já se verifica para com os cegos).

1.2.1. Além dos livros escritos a tinta e em braille, deverão ser fornecidos

- obras total ou parcialmente gravadas (o que, precariamente, já se tem feito);
- fotocópias de trechos;
- pequenos textos dactilografados (o que, de longe em longe, já se tem fornecido);
- fichas de resumo (o que, raríssimas vezes, já tem sido fornecido);
- bibliografias temáticas (já se vai praticando);
- um boletim bibliográfico e informativo (impresso em braille e a tinta), trimestral, contendo referências e análises bibliográficas de obras, segundo as modernas técnicas documentais — instrumento de informação que visa, fundamentalmente, facilitar ao utente cego a rápida apreensão do conteúdo intelectual de determinada obra e, implicitamente, ampliar a sua utilidade mental.

2. AQUISIÇÃO DE ESPÉCIES BIBLIOGRÁFICAS

2.1. A aquisição de obras a tinta efectuar-se-á de modo análogo ao das outras bibliotecas.

2.2. A aquisição das espécies em braille far-se-á por

- compra em Portugal e no estrangeiro;
- transcrição — nos serviços da Biblioteca por pessoal fixo, — por encomenda e — por pessoal voluntário;
- oferta;
- permuta.

3. TRATAMENTO CATALOGRÁFICO —

Comum a braille e a negro, com vista à formação de catálogos (ideados de forma a permitirem ao consulente cego consultá-los com rapidez e sem esforço) e recuperar eficientemente a informação que pretende, tais como: — Topográfico; — de Autores e Obras Anónimas (Onomástico); — de Títulos (Didascálico); — de Assuntos; — de Assuntos Didácticos (que contempla, apenas, os diferentes níveis do ensino em Portugal); — de Assuntos Tifológicos (que será uma área especializada); — de domínios mais significativos do saber humano, através da elaboração de fichas de resumo e análises.

4. ACÇÃO DINAMIZADORA — Visa o esclarecimento do público utente da Biblioteca e a participação do mesmo no processo de desenvolvimento cultural da própria Biblioteca, animação que se consubstancia em actividades circumbibliotecárias, as quais são, também com um carácter de complementaridade e de complementaridade da acção escolar, nomeadamente:

- intercâmbio com as escolas, visando o melhor conhecimento recíproco do papel desempenhado pelo binómio escola-biblioteca;
- participação da biblioteca nas actividades escolares e circumbibliotecárias;
- participação da escola nas actividades bibliotecárias e circumbibliotecárias;
- sessões de leitura comentada de textos circumbibliotecários, a hora do conto, e outros;
- realização de conferências, colóquios, mesas-redondas, actividades afins;
- exposições bibliográficas, fotográficas, filatélicas, numismáticas, de âmbito tifológico e outras;
- recitais de música e poesia;

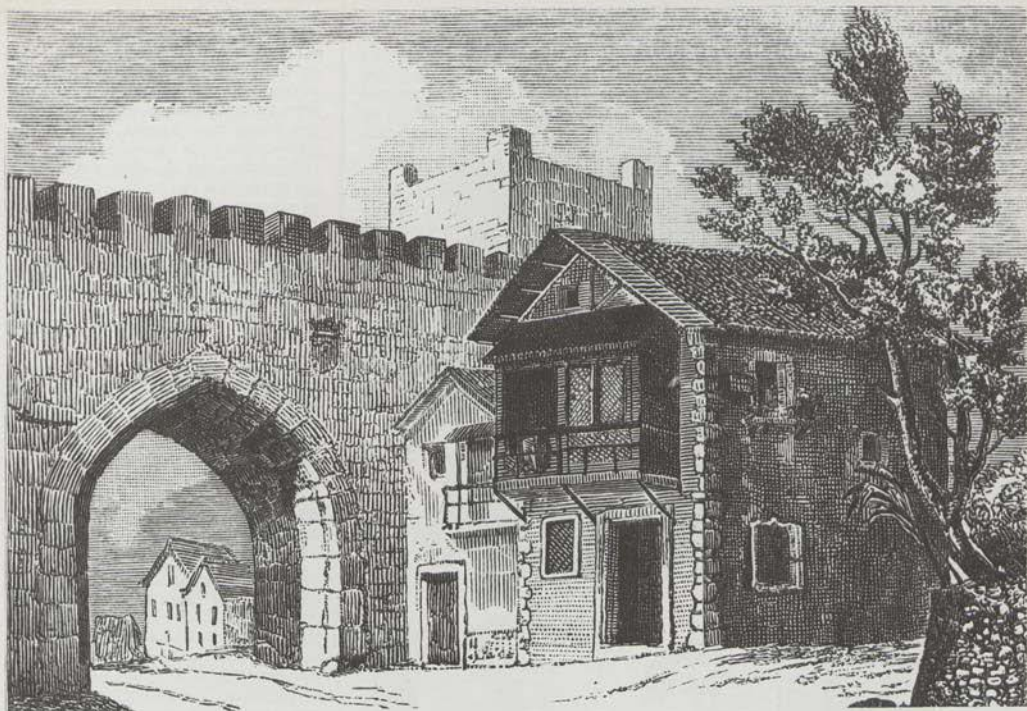
h) actividades escaquísticas (para o efeito, já possuimos o material indispensável e adequado à pessoa cega);

- realização de acções com carácter formativo — como cursos de reciclagem, cursos de braille, actividades pré-escolares e complementares da escola, divulgação das bibliotecas e do importantíssimo benefício prestado à comunidade, visto que é a partir do número e da qualidade das bibliotecas de um país que se deve medir a cultura e a civilização do seu povo;
- outras manifestações sócio-culturais de objectivos idênticos — a planificar em colaboração com as instituições tifológicas e da deficiência em geral, com as Juntas de Freguesia e escolas das freguesias confinantes com a da Biblioteca.

Em face do exposto, do dinamismo de articulação das actividades integrantes de um projecto desta natureza, que se não pode sujeitar, de maneira alguma, às burocracias morosas, depreende-se facilmente que não nos basta a autonomia técnica: justifica-se, também, certa autonomia financeira e administrativa.

Porque a Câmara Municipal de Lisboa tem vindo, ultimamente, a dedicar a maior atenção a este serviço, estamos certos (excluindo mesmo o impulso do significado do Ano Internacional do Deficiente) de que esta Câmara não desanimará nem deixará de assumir, plena e meritariamente, a responsabilidade de levar para diante o empreendimento que iniciou em 1963, inédito em Portugal, em favor da integração social dos cegos e de todos os deficientes do nosso País.

Se as obras de adaptação e de beneficiação desta Biblioteca se concluírem no terceiro trimestre do ano em curso, incluindo o revestimento acústico da cabina de gravação; se a Biblioteca for equipada tecnicamente (como temos vindo a sugerir superiormente); se for dotada com o quadro de pessoal especializado (também por nós proposto superiormente), talvez tenhamos oportunidade de, ainda em 1982, pôr em prática parte das pretensões expressas nesta breve amostragem do que foi e do que se propõe ser a Biblioteca Municipal Camões.



Casa da Calçada de Sant'Ana onde, segundo a tradição, morreu Luís de Camões. Reconstituição de Júlio Castilho. Gravura de J. Pedroso, «Arte», II, p. 97, 1880.

IRISALVA MOITA

O TRICENTENÁRIO DE CAMÕES EM LISBOA

NUMA EXPOSIÇÃO COMEMORATIVA
DO QUARTO CENTENÁRIO
DA MORTE DO POETA

Integrada nas comemorações do IV centenário da morte de Luís de Camões (1580-1980), promovidas pela Câmara Municipal de Lisboa, os Serviços de Museus Municipais organizaram, no Museu da Cidade, uma exposição iconográfica e documental sobre as brilhantes cerimónias que assinalaram, há cem anos, em Lisboa, o tricentenário da morte do Épico que esteve aberta ao público, entre Junho e Dezembro de 1980.

Com esta Exposição pretendem chamar a atenção para o significado cultural, político e social daquele acontecimento, transformado, mercê das profundas incidências que teve naqueles campos, num dos mais importantes marcos da história portuguesa da segunda metade do século XIX, impondo, definitivamente, a identificação de Camões com a Nação.

Já em 1972, quando das comemorações do IV centenário da publicação de *Os Lusíadas*, os mesmos Serviços tinham tentado uma abordagem do assunto, numa pequena exposição que esteve patente no «foyer» do Teatro Municipal de S. Luís, de que demos notícia em «Lisboa e o seu Município nas comemorações camonianas», publicada no n.º 134/135 de 1972 desta revista. O sucesso dessa pequena mostra animou-nos a re-

FESTAS DO CENTENÁRIO DE CAMÕES

A COMISSÃO EXECUTIVA DA IMPRENSA E OS ATIVISTAS QUE DELIBERARAM OS CARREIOS TRICENTENÁRIOS DA PRODUÇÃO CIVIL



THOMAS BRAGA — RAMALHO ORTIGÃO — EDUARDO COELHO — LUCIANO CORDEIRO — RODRIGUES DA COSTA

PINHEIRO CHAGAS — JAYME BATALHA REIS — MARALLES LIMA — RODRIGO PEQUETO — SILVIA PORTO — JOSÉ LUIZ MONTEIRO — SIMEÃO D'ALMEIDA
J. M. FERREIRA JUNIOR — LUIZ A. THOMAZINI — COLUMBANO BORDALLO PINHEIRO.

A Comissão Executiva de Imprensa
promotora do tricentário de Camões.
In «Occidente», III, 128, 1880.

tomar o assunto, dando-lhe, agora, uma maior amplitude.

Naturalmente, tanto na anterior, como na presente exposição, contentamo-nos em circunscrever o âmbito do acontecimento e seus reflexos a Lisboa, donde, aliás, partiu a iniciativa das comemorações e, onde estas alcançaram maior significado e importância, ainda que, na realidade, se tenham alargado a todo o País, estendendo-se mesmo ao Ultramar e ao Brasil. Também as datas de 8, 9 e 10 de Junho, determinadas oficialmente em princípio, foram, em muito, ultrapassadas.

A Exposição que se intitulava «O Tricentário de Camões em Lisboa — reflexos na

Artes, na Literatura, na Política e na Sociedade», abria, em jeito de introdução, com duas pequenas «mostras», uma dedicada ao ROTEIRO CAMONIANO OLISIPONENSE, reconstituída a partir de documentação contemporânea do poeta, ou baseada em referências e tradições que até nós chegaram — o local provável do seu nascimento e morte, os bairros e edifícios da cidade que mais frequentou ou por onde deambulou, a Cadeia do Tronco, onde esteve preso, a Igreja das Chagas, onde a tradição fixa o encontro com Catarina de Ataíde, casa onde a tradição diz ter residido, etc.; outra dedicada à EDIFICAÇÃO E INAUGURAÇÃO DO

MONUMENTO A LUÍS DE CAMÕES EM LISBOA (1862-1867), acontecimento que tendo precedido, em alguns anos as Festas do Centenário — assim ficaram conhecidas as comemorações de 1880 — prepararam o clima de entusiasmo e exaltação patriótica que transformará aquelas comemorações numa grande festa nacional e popular.

Dispensamo-nos de referir a documentação apresentada para ilustrar este sector, por se encontrar referenciada num folheto dedicado ao Monumento a Luis de Camões, publicado pelo Município, em 1980, para ser distribuído, gratuitamente, pela população.

O sector da exposição dedicado propriamente ao Tricentário de Camões em Lisboa foi, por sua vez, planeado visando os três seguintes aspectos:

- I. O programa da celebração do Terceiro Centenário da morte de Camões e as principais figuras intervenientes nos acontecimentos.
- II. As cerimónias que integraram as comemorações do Tricentário em Lisboa.
- III. O Tricentário da Morte de Camões, nas artes, e na literatura, na política e na sociedade.

Porque a exposição, quando patente ao público, apenas dispôs dum catálogo policopiado, vamos dar, de cada uma das epígrafes enunciadas, uma pequena notícia, seguida da relação das principais espécies iconográficas, bibliográficas e documentais com que se encontrava ilustrada. Parece-nos importante fazer uma resenha da documentação exposta, não só por uma questão de arrumação dos materiais reunidos, mas porque foi possível apresentar algumas espécies pouco conhecidas ou, mesmo, ainda não utilizadas.

I. O PROGRAMA DA CELEBRAÇÃO DO TERCEIRO CENTENÁRIO DA MORTE DE CAMÕES E AS PRINCIPAIS FIGURAS INTERVENIENTES NOS ACONTECIMENTOS.

Por iniciativa da corporação da Imprensa Jornalística de Lisboa, constituiu-se, em Março de 1880, uma Comissão Executiva para a celebração do Terceiro Centenário da Morte de Camões, presidida por Ramalho Ortigão, e de que faziam parte, Teófilo Braga, Eduardo Coelho, Luciano Cordeiro, Rodrigues da Costa, Pinheiro Chagas, Jaime Batalha Reis, Magalhães Lima e Rodrigues Pequito, que esteve na origem e foi o verdadeiro motor de arranque da ideia. Esta Comissão que obteve, desde o início, o apoio da Sociedade de Geografia e da Academia das Ciências, coíheu, também, de imediato, a adesão ao Município lisboense, a que presidia, na altura, José Gregório de Rosa Araújo, e das mais variadas corporações, associações, estabelecimentos de ensino, casas de espectáculo, etc., da capital.

A Comissão Executiva da Imprensa, à qual coube coordenar as várias iniciativas, e que, em resposta ao apelo, lançado nos jornais, e aos convites que enviara, recebera adesões dos mais diversos quadrantes da sociedade, arranca em Abril, com o Programa da cele-

bração em Lisboa do Terceiro Centenário de Luís de Camões, do qual constavam um grande número de actos, cerimónias e iniciativas, algumas das quais, contando com a presença e apoio do soberano ou do governo, revestiram-se de carácter público e oficial; outras, partindo de instituições culturais, associações de classe, agremiações de carácter privado, etc., tiveram âmbito mais restrito, limitando-se, por vezes, a assinalar o acontecimento, com uma conferência, um espectáculo ou uma exposição; outras, ainda, preferiram comemorar o acontecimento, promovendo realizações duradouras, fundações e instituições de carácter permanente (escolas, bibliotecas, asilos, etc.) ou instituindo organismos associativos (grémios, associações, sindicatos, etc.).

A ilustrar este sector, encontravam-se expostas as seguintes espécies: Ampliação fotográfica da gravura **A Comissão Executiva da Imprensa e os artistas que delinearam os carros triunfais da Procissão Cívica**, publicada em «O Ocidente», II, p. 128, 1880;

Busto de D. Luís (mármore), assinado por Anatole Calmels; **Busto de Teófilo Braga** (gesso) assinado por A. Teixeira Lopes; **Retrato de Rosa Araújo** (óleo), por Miguel Ângelo Lupi; **Retrato de Luciano Cordeiro**, litografia colorida (cedida pela família Cordeiro de Sousa); uma série de **Retratos-Caricaturas** de algumas figuras intervenientes nos acontecimentos (**Luís de Camões — o Trinca-Fortes, Anselmo José Braancamp, Ramalho Ortigão, D. Luís e D. Fernando**), litografias coloridas do «Álbum das Glórias», por Rafael Bordalo Pinheiro; (1880-1882); **Programa da celebração em Lisboa do Terceiro Centenário de Luís de Camões**, Lisboa, 1880 (exemplar anotado que serviu a Rodrigues Pequito para ordenar e dirigir a saída do Cortejo Cívico do Terreiro do Paço); **Arquivo Municipal de Lisboa** referente ao ano de 1880, no qual se encontram publicadas as actas das sessões em que foram tratados assuntos referentes ao Tricentenário (cerca de 23 Actas), com destaque para a **Acta da Sessão de 1 de Junho de 1880**, durante a qual o Vereador

Elias Garcia apresentou o programa das iniciativas da Câmara para as comemorações; **Esboço de uma proposta da participação da Câmara Municipal àquelles festejos** (manuscrito do Arquivo Histórico Municipal, Pasta do Tricentenário de Camões, Doc. n.º 1, 1880), dois modelos da circular-convite que a Comissão da Imprensa enviou a várias instituições e grupos (Colecção da Família Cordeiro de Sousa), etc.

II. AS PRINCIPAIS CERIMÓNIAS QUE INTEGRARAM AS COMEMORAÇÕES DO TRICENTENÁRIO


1. Trasladação das cinzas de Camões e Vasco da Gama para a Igreja dos Jerónimos.

Foi com a cerimónia da trasladação das cinzas de Camões e Vasco da Gama, no dia 8 de Junho, promovida pela Real Academia das Ciências, que se iniciaram, oficialmente, as comemorações do Tricentenário de Camões. Depois da cerimónia das exéquias celebradas pelo clero lisbonense na Sé Catedral de Lisboa, na qual a Oração Fúnebre foi pronunciada pelo Dr. José Ferreira Garcia Dinis, e, depois de colocados os ossos de Camões e de Vasco da Gama (estes transportados desde a Vidigueira) nas respectivas galeotas, que se encontravam artisticamente engalanadas, deu-se início ao imponente e vistoso cortejo fluvial, no qual se incorporaram grande número de embarcações embandeiradas. Seguindo rio abaixo, num dia esplendoroso, constituiu um magnífico espectáculo de beleza e colorido. O desembarque fez-se no cais de Belém, partindo daí, a pé, em cortejo, até aos Jerónimos, onde iam repousar as cinzas do Descobridor da Índia e do seu Cantor, aguardadas solenemente por todos os membros da Família Real.

A ilustrar este sector encontravam-se expostas as seguintes espécies: ampliações fotográficas de algumas gravuras publicadas em «O Ocidente», vol. III, 1880: **Vasco da Gama na Ponte de Comando; O Couraçado Vasco da Gama; Vista do Tejo e da Estação dos Vapores de Belém por ocasião das Festas do Tricentenário de Camões; Trasladação dos restos de Camões e Vasco da Gama — Desembarque em Belém no dia 8 de Junho de 1880**; litografia estampada em cetim representando **Vasco da Gama. Alegoria dedicada à Câmara Municipal de Belém**, pelo editor Verol Senior; **Estandarte da Câmara Municipal de Belém**, bordado a matiz e ouro sobre cetim, encomendado, especialmente, para o Tricentenário de Camões; **Relatório feito em nome da Comissão nomeada por portaria de 30 de Dezembro de 1854 para buscar os ossos de Camões**, escrito por José Tavares de Macedo, Lisboa, 1880 (impresso); **Representação da Academia Real das Ciências de Lisboa ao Governo, solicitando a trasladação dos ossos de Vasco da Gama e Luís de Camões para o mosteiro de Santa Maria de Belém**, publicado no «Diário do Governo» de 19 de Maio de 1880 (col. Família Cordeiro de Sousa);

PROGRAMMA
DA
CELEBRAÇÃO EM LISBOA
DO
TERCEIRO CENTENÁRIO
DE
LUIS DE CAMÕES

Commemoração promovida pela corporação da Imprensa Jornalística, auxiliada pela Câmara Municipal, pelo Governo e pelos Habitantes da cidade



LISBOA
TYPOGRAPHIA UNIVERSAL
DE THOMAS QUINTINO ANTUNES, IMPRESSOR DA CASA REAL
110, Rua dos Caldeiros, 110
1880



Luis de Camões — O Trinca-Fortes.
Litografia colorida do «Album das Glórias», de Rafael
Bordalo Pinheiro, 1880.

Oração fúnebre, que nas solenes exéquias celebradas pelo clero lisbonense na Sé Catedral de Lisboa no dia 8 de Junho de 1880 pelos Heróis do Oriente recitou o Dr. José Ferreira Garcia Diniz, prior da Freguesia de Nossa Senhora da Encarnação, Lisboa, 1880 (Impresso); Extracto da Acta da Sessão de 14 de Junho de 1880 da Câmara Municipal do Porto sobre a presença nas cerimónias da transladação dos restos mortais de Vasco da Gama e de Luís de Camões. Manuscrito do Arq. Hist. Municipal (Pasta do Tricentenário de Camões, 1880, Doc. n.º 9-A).

2. Inauguração do Bairro Camões

O «Sindicato dos Terrenos de Santa Marta», presidido por Henry Burnay, então empenhado na construção dum bairro naqueles terrenos, associa, oportunisticamente, este empreendimento às comemorações camonianas. Consegue assim, facilmente, o apoio e aprovação da Câmara que acede dar ao novo bairro, a denominação de «Bairro Camões» pela qual vai ficar conhecido.

O **Auto** da inauguração foi assinado a 9 de Junho de 1880, num pavilhão levantado para o efeito, e contou com a presença do Presidente do Ministério, Anselmo José Braancamp, do Governador Civil e da Vereação Municipal. Para comemorar o acto, Burnay mandou fazer uma lápide onde regista o acontecimento, que entregou à Câmara, durante a cerimónia.

À Câmara vai ser também oferecida, em sinal de deferência, a caneta de ouro que serviu aos presentes para a assinatura do **Auto**.

Cumprindo o que prometera na proposta apresentada ao Município, Henry Burnay não poupa esforços, nem dinheiro, para dar ao acontecimento o brilho e a repercussão desejada. Na noite de dia 10 e seguintes organizou festejos populares para os quais mandou levantar pavilhões, artisticamente ornamentados e caprichosamente iluminados nos jardins do Palácio do Conde Redondo, onde realizou espectáculos de música e outros. Na noite do dia 13, anima as festas com um deslumbrante fogo de artifício, encomendando em Londres, ao pirotécnico Pain.

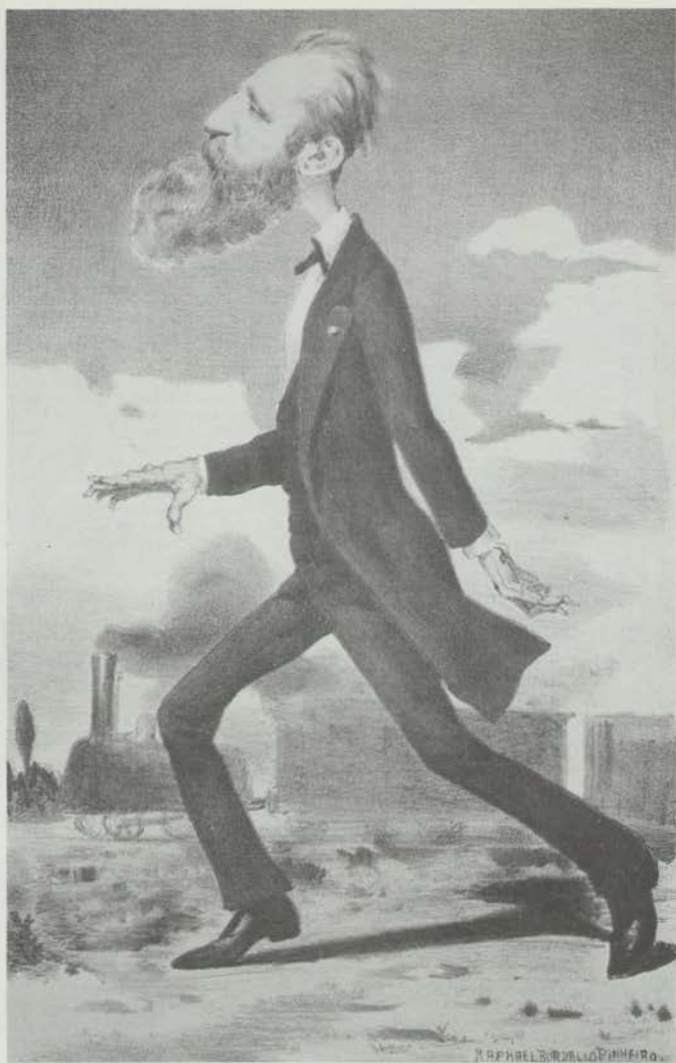
A ilustrar o sector encontravam-se expostas as seguintes espécies: **Caricatura de Henry Burnay** — litografia colorida do «Album das Glórias», por Rafael Bordalo Pinheiro, Lisboa, 1882; fotografia da **cerimónia da Inauguração do Bairro Camões em 9 de Junho de 1880**; ampliação fotográfica da gravura **Festejos do Centenário de Camões. A visita de 11 de Junho de 1880, ao novo «Bairro Camões»**, publicado em «O Ocidente», vol. III, pág. 124, 1880. E, ainda, os seguintes documentos: **Proposta**, assinada por Henry Burnay, como representante do «Sindicato dos Terrenos de Santa Marta», da entrega do «Bairro Camões» à Câmara Municipal de Lisboa, para ser inaugurado durante os Festejos do Tricentenário (manuscrito do Arquivo Municipal de Lisboa. Ano de 1880); **Planta dos Terrenos**



O Cortejo Fluvial que acompanhou as cinzas de Camões e Vasco da Gama, no dia 6 de Junho de 1880, a chegar à Estação dos Vapores de Belém. Fotografia.



Estandarte da Câmara Municipal de Belém, encomendado para o Tricentenário de Camões. Tem bordado a seda e ouro.



Henry Burnay — Compra, vende, troca, empresta, põe, dispõe, fia, fura e faz.

Litografia colorida do «Álbun das Glórias» de Rafael Bordaio Pinheiro, 1882.

de Santa Marta que acompanhou a proposta de Henry Burnay (desenho); **Auto da Cerimónia da inauguração dos trabalhos para a construção do Bairro Camões nos terrenos de Santa Marta**, em 9 de Junho de 1880 (manuscrito do Arq. Hist. Municipal, Auto n.º 43); **Lápide Comemorativa da Inauguração do «Bairro Camões»**, dedicada à Cidade de Lisboa pela Empresa Promotora do «Bairro Camões». Desenho apenso ao «Auto da inauguração», Arquivo Histórico Municipal; **Bairro Camões. Programa da Companhia de Crédito Edificadora** (impresso); **cartas** assinadas por Henry Burnay para a Câmara Municipal de Lisboa, **enviando fotografias da lápide e oferecendo a lápide e a pena de ouro que serviu para a assinatura do Auto da Inauguração do**

«Bairro Camões» (Pasta do Tricentenário, Arq. Hist. Municipal); **Bilhete de admissão no «Bairro Camões» para a festa que se realizou no dia 11 de Junho de 1880 e para os divertimentos da Sociedade Recreios Campestres na Gruta de Camões, a S. Bento.** Lisboa, 1880-1881 (impresso); **convite dirigido a Eduardo Coelho para a inauguração do Bairro Camões** (col. da Família Cordeiro de Sousa).

3. O Cortejo Cívico do dia 10 de Junho de 1880

Considerada a cerimónia clímax das comemorações, a Comissão Executiva da Imprensa pôs na organização e execução do Cortejo Cívico ou Cortejo Triunfal do dia 10, grande cuidado, planificando o percurso, exigindo traje de gala e envolvendo os actos em grande solenidade. Para abrilhantar o Cortejo ou Procissão Cívica, as várias organizações eram convidadas a fazerem-se acompanhar de um carro alegórico, tendo-se, assim, incorporado no Cortejo, um certo número de artísticos carros, projectados pelos artistas mais eminentes da época, que alternavam com vistosos carros em forma de açafate, postos pelo Município à disposição da Comissão para receber as flores ofereci-

das com destino ao pedestal da Estátua de Camões.

Para as cerimónias a Câmara Municipal mandou construir, no Terreiro do Paço, um pavilhão projectado por José Luis Monteiro e um outro, mais pequeno, no percurso para a Praça de Camões.

Pelas 12 horas do dia 10 de Junho, começaram a convergir os convidados para junto do Pavilhão Municipal, no Terreiro do Paço, no interior do qual D. Luis que, por pressão do governo, se recusara a incorporar-se na Procissão Cívica, assinou o *Auto do Cortejo Cívico*, na presença da Corte e do Ministério. Utilizou, neste acto, uma pena de ouro que a Comissão da Imprensa ofereceu, depois, ao Município, em reconhecimento pelo importante apoio que dele recebera.

A medida que iam chegando as diversas corporações e associações da cidade, com os respectivos estandartes desfaldados, tomavam os lugares que lhe estavam previamente atribuídos na planta. À frente postou-se a Câmara Municipal de Lisboa, representada pelo seu Presidente José Gregório da Rosa Araújo, e toda a Vereação, empunhando o seu rico estandarte, bordado a ouro e prata sobre «faïlle» branco, encomendado, especialmente, para esta cerimónia. Seguiam-na, representações do comércio da capital, da indústria, do exército, da marinha,

A noite de 11 de Junho de 1880 no novo «Bairro Camões».
Gravura de Caetano Alberto, segundo desenho de base nova.



Disposição Geral do Cortejo Cívico no dia 10 de Junho de 1880, na Praça do Comércio.

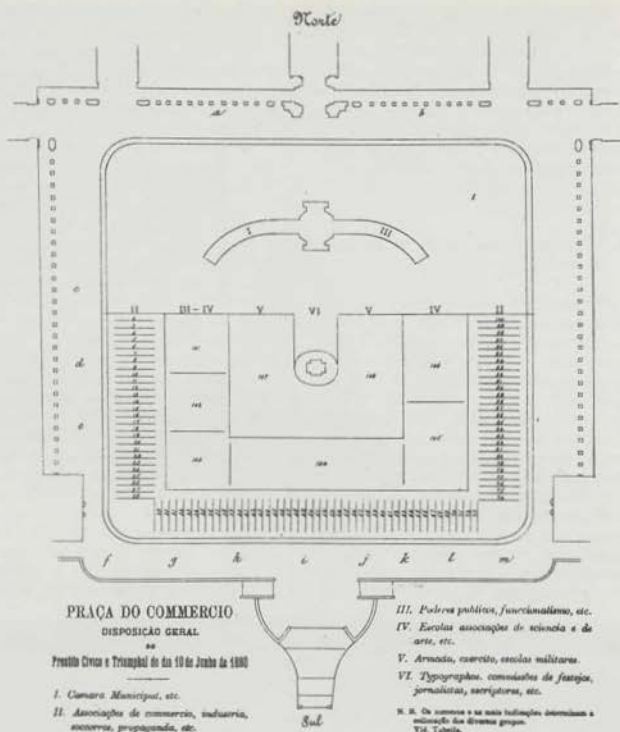
Itinerário do Cortejo Triunfal em 10 de Junho de 1880.
Folhas soltas, impressas.

funcionalismo público, corpos escolares representantes das Artes, da Imprensa, das Colónias, numa cobertura completa das forças da nação, cada uma precedida dum carro alegórico e empunhando o respectivo estandarte.

As 13 horas em ponto foi içada a bandeira azul e branca num mastro colocado no Arco da Rua Augusta onde, em grandes letras, se lia: A CAMÕES / A PÁTRIA AGRADECIDA. No momento em que a bandeira subia no mastro, salvaram todas as fortalezas e navios de guerra ancorados no Tejo, ao mesmo tempo que era lançada do Castelo de S. Jorge uma girândola de foguetes. É, então, que o cortejo começa a desfilar, precedido pelas bandas de todos os regimentos que executaram, em conjunto, a *Marcha Triunfal dedicada a Camões* composta para esta cerimónia, por José Fernandes Escasena. Em marcha lenta, através da Rua Augusta, o cortejo dirige-se ao Rossio que contorna, regressando à Praça do Pelourinho, através da Rua do Ouro. Depois de uma breve paragem em frente dos Paços do Concelho que ostentava a fachada ricamente decorada, em homenagem ao Município, como o símbolo da Cidade onde, possivelmente, nasceu Camões, sobe a Rua Nova do Almada e, pela Rua Garrett, alcança a Praça Luís de Camões, para onde converge nova concentração. Ouvem-se discursos e atiram-se flores, num clima de verdadeira apoteose. É, então, que se ouvem os primeiros gritos contra a coroa e a monarquia, prenúncio da situação de ruptura que se irá agravar, sucessivamente, até ao lance final, em Outubro de 1910.

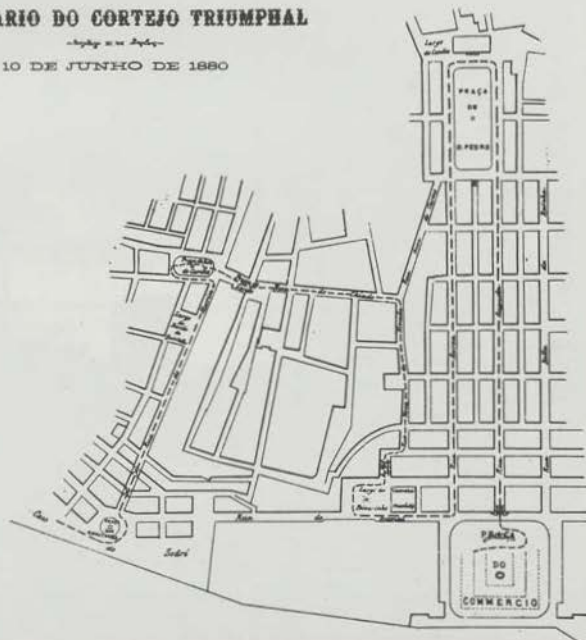
Depois de dar a volta à praça, numa derradeira homenagem ao Épico, o cortejo desce a Rua do Alecrim, sempre em formação rigorosa, acabando por dispersar na Praça dos Remolares, diante da Vereação Municipal, postada em sentido e com o estandarte destraldado.

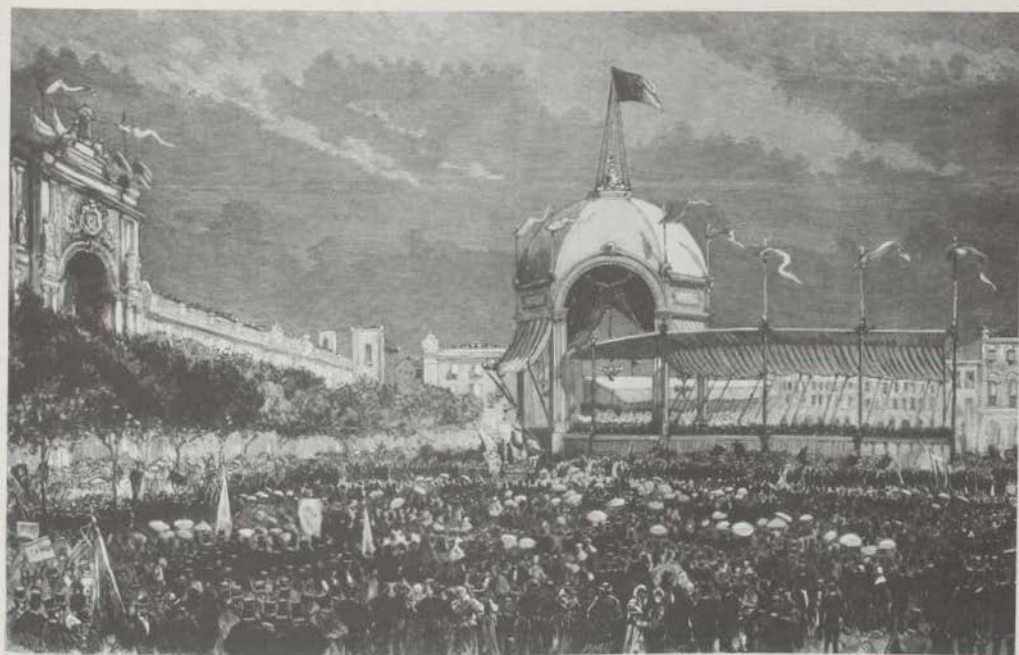
A ilustrar o sector encontravam-se expostas as seguintes espécies: ampliação fotográfica de gravuras publicadas em «O Ocidente», vol. III, e respectivo «Suplemento», 1880 e em «Le Monde Illustré», 1880, nos quais foram publicados vários aspectos do Cortejo Cívico e das Iluminações da Cidade, nomeadamente: **O Pavilhão da Praça do Comércio na ocasião de ser assinado o**



ITINERARIO DO CORTEJO TRIUNPHAL

10 DE JUNHO DE 1880





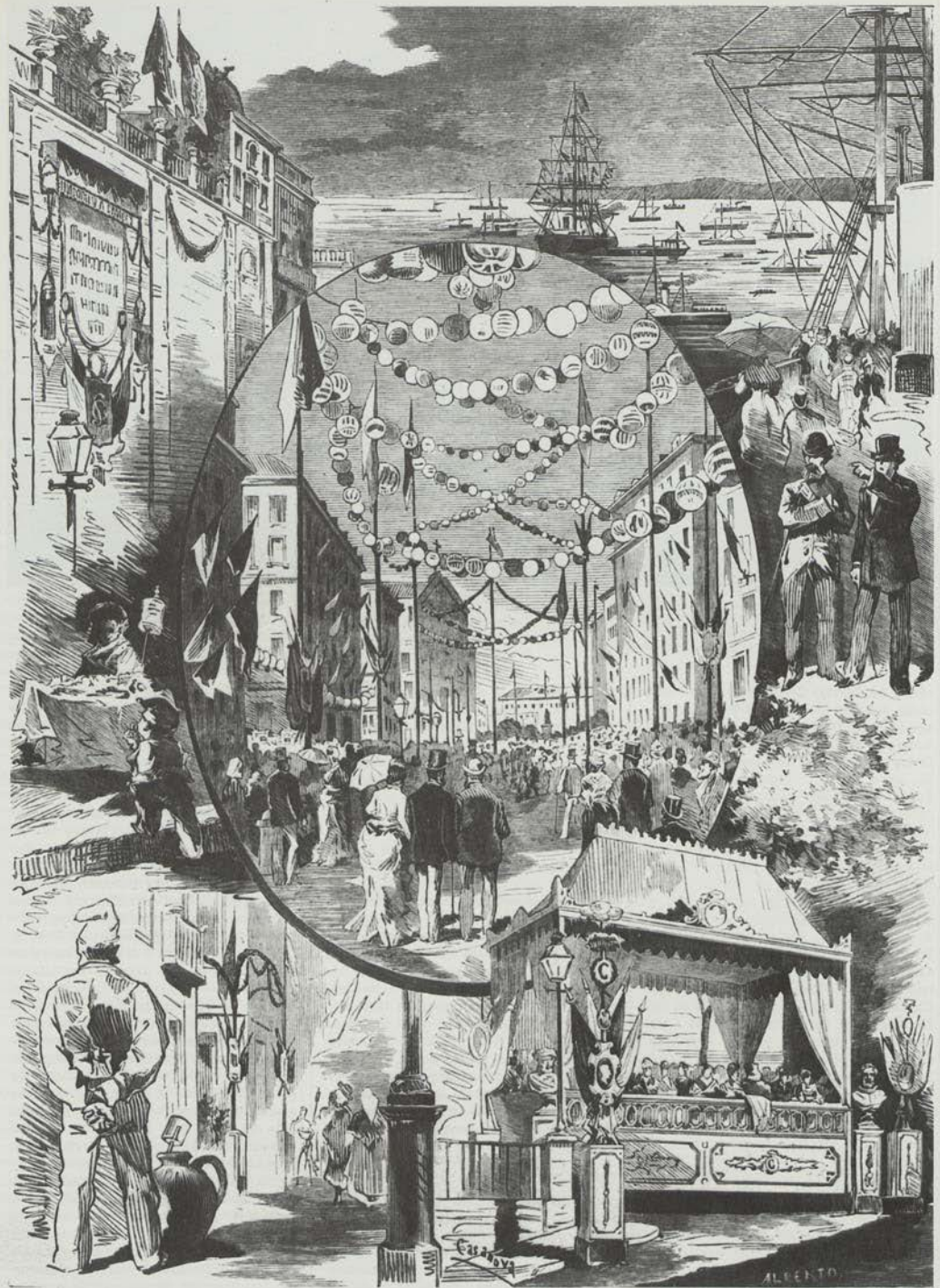
La procession civile passant devant la tribune royale, sur la place Terreiro do Paço.

Gravura. Desenho de A. Scott (croquis de Casanova).
«Le Monde Illustré», 24^a année, n.º 1213, 26 de Junho de 1880.

«Auto do Cortejo Cívico»; La procession civile passant devant la tribune royale, sur la place Terreiro do Paço; (Le Monde Illustré, de 26/VI/80); A chegada do Cortejo Cívico à Praça Luis de Camões, no dia 10 de Junho de 1880; Iluminações na Rua Aurea e na Praça de D. Pedro, etc. Um desenho original, a lápis, de E. Casanova, representando o Palanque Real do Terreiro do Paço. Na parte inferior deste desenho assinaram as principais personagens intervenientes na organização do Cortejo Cívico, delineadas sobre fotografia, representando, o Conjunto de Sete Têmporas, com aspectos do Cortejo Cívico, respectivamente: Carro Triunfal das Colónias; Carro Triunfal da Arte; Carro Triunfal da Imprensa; O Cortejo Cívico à Chegada à Praça Luis de Camões; Grupo com os Estandartes da Sociedade de Geografia de Lisboa e da Câmara Municipal de Lisboa; Carro da Câmara Municipal com Corbeille; Carro Triunfal da Agricultura. Este conjunto pertenceu à coleção camoniana de A. Carvalho Monteiro, adquirida pela Câmara em 1980. Ainda que não se encontrem assinadas, são atribuídas a E. Casanova e destinavam-se a servir de base a litografias. Um quadro a óleo e têmpera representando o Ramo de Flores oferecido pela Rainha Dona Maria Pia, para ser colocado na Estátua do Épico (provenientes da mesma coleção); 11 fotografias do «Álbum de Henrique Nunes», dedicado ao Tricentenário, representando o Pavilhão do Terreiro do Paço e os seguintes

carros triunfais: O Carro da Imprensa; o Carro da Marinha, o Carro da Guerra, o Carro das Artes, o Carro do Comércio e Indústria, o Carro dos Estudantes da Infantaria e Cavalaria, o Carro da Agricultura, o Carro dos Alunos do Instituto Agrícola, o Carro das Colónias, e o Carro com a «Corbeille» oferecida à Câmara Municipal; o Estandarte em «faïlle» com as armas de Lisboa, bordadas a ouro e prata, encomendado pela Câmara Municipal para o Tricentenário; um exemplar da Circular convidando as várias entidades a incorporarem-se no Cortejo Cívico, datada de 20 de Maio de 1880, e que foi enviada às Academias, Sociedades Científicas, Associações, Caixas, Corporações, etc. (Col. da Família Cordeiro de Sousa); Itinerário do Cortejo Triunfal — 10 de Junho de 1880 (Folha impressa); Disposição geral do Préstito Cívico e Triunfal do dia 10 de Junho de 1880 na Praça do Comércio (Folha impressa); Auto comemorativo da reunião na Praça do Comércio dos mandatários das diversas instituições convocadas pela Comissão que promoveu a celebração do 3.º Centenário do poeta Luis de Camões... (manuscrito do Arq. Hist. Municipal, auto n.º 44); pergaminho com a Dedicatória que acompanhou a coroa depositada junto ao pedestal da estátua de Camões, datado de 10 de Junho de 1880; Carta da Comissão Executiva da Imprensa saudando e agradecendo à Câmara Municipal de Lisboa... datado de 19 de Ju-

nho de 1880; Ofício de António Pinto Magalhães Aguiar, Presidente da Câmara Municipal do Porto, dispendo-se a fazer-se representar no Cortejo; e Carta da Comissão Executiva da Imprensa de Lisboa, oferecendo à Câmara Municipal de Lisboa e pena de ouro com que vai ser aberto o Auto do Cortejo Cívico, datado de 5 de Junho de 1880. Os três últimos documentos são manuscritos do Arq. Hist. Municipal (Pasta do Tricentenário). Bilhetes de admissão para as tribunas mandadas armar pela Câmara Municipal de Lisboa; Aviso preventivo contra os ladrões, mandado afixar nas ruas de Lisboa pelo Governo Civil, por ocasião dos Festejos; Bilhetes de Livres Trânsito para veículos em Lisboa; Edital do Governador Civil de Lisboa regulando o trânsito de trens, durante os Festejos; Cartazes mandados afixar pela Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, durante os Festejos; Recibos da Comissão de Imprensa, etc. Carta de agradecimento de João Baptista Gregório e Almeida, Presidente da Junta da Paróquia da Pena, pelo donativo de 200 000 réis para distribuir por ocasião dos festejos do Tricentenário de Camões; documento em pergaminho com a Dedicatória que acompanhou a coroa depositada no pedestal da estátua de Camões, datada de 27 de Junho de 1880, oferecida pela Junta da Paróquia da Pena para o Arquivo Municipal (Arq. Hist. Municipal. Pasta do Tricentenário de Camões, Doc. 6, 1880).



Festas do Centenário de Camões — na Rua do Alecrim — o Tejo — o Chiado — na Rua Augusta — Pavilhão na Rua Nova do Almada.

Gravura de madeira de Casarão Alberto; desenho do natural de Casanova. Publicada em «O Occidente», III, p. 121, 1880.

4. O Banquete oferecido à Imprensa e à Câmara Municipal de Lisboa, no dia 4 de Julho de 1880

O Banquete oferecido no dia 4 de Julho à Imprensa e à Câmara Municipal de Lisboa num Pavilhão levantado nos jardins do Palácio dos Condes de Redondo, constituiu o fecho natural das comemorações e também o ajuste de contas. Oradores inflamados atacaram abertamente o governo e o soberano pela sua atitude de distanciamento em relação às comemorações camonianas, ao mesmo tempo que faziam recair, por inteiro, o brilho e elevação que alcançaram os festejos sobre os grupos e instituições mais próximas do povo, tirando daí largos dividendos políticos.

Como meio de prosseguir com a luta iniciada e não deixar morrer o ideal então acordado, foi neste Banquete que os promotores da celebração combinaram constituir uma comissão encarregada de, anualmente, organizar homenagens a Camões, transformado agora num símbolo com forte carga política.

A ilustrar esta secção encontravam-se expostas as seguintes espécies: fotografia do **Banquete oferecido à Comissão Executiva da Imprensa e à Câmara Municipal de Lisboa**; e ampliação fotográfica da gravura representando **O banquete**, publicada em «O Occidente», vol. III, 1880.

5. Outras homenagens e manifestações

As iniciativas da Comissão da Imprensa de Lisboa, da Sociedade de Geografia, da Academia das Ciências e da Câmara Municipal de Lisboa, vieram juntar-se um grande número de outras manifestações de índole diversa, partindo de estabelecimentos culturais, agremiações e associações, grupos filantrópicos, casas de espectáculo, etc., que alargaram o período das comemorações para além e para aquém dos limites oficialmente determinados. Todos quiseram dar o seu contributo, na medida das suas possibilidades.

De entre as numerosas conferências, sessões públicas, espectáculos, concertos, exposições, etc., realizados em Lisboa, dedicados a Camões, registaremos aqui, as seguintes: *Sessões solenes* com conferências dedicadas a Camões na Academia das Ciências, no dia 9 de Junho; no Instituto Geral de Agricultura, no dia 5 de Junho; no Salão da Trindade, no dia 16 de Maio; no Colégio Parisiense, no dia 7 de Junho; na sede da Associação Tipográfica Lisbonense; na Escola do Exército, no dia 6 de Maio; na sede da Associação dos Melhoramentos das Classes Laboriosas, no dia 7 de Julho. *Sarau Literário e Artístico* no Salão da Trindade, no dia 9 de Junho, promovido pelos estudantes de Lisboa. *Concerto* no Coliseu dos Recreios, no dia 9 de Junho, oferecido pela «Associação Música 24 de Junho», onde foi

cantado o «Coro Laudatório», com versos de A. X. Rodrigues Cordelero e música de F. Freitas Gázu; *Espectáculo Teatral de Gala* no Teatro Dona Maria II, levando, em estreia, o drama «Luis de Camões» de Cipriano Jardim, escrito propositalmente para as comemorações. *Sessões de Homenagem* promovidas em todos os Teatros de Lisboa, com a coroação do Poeta pelos actores a terminar o espectáculo. *Acto de Homenagem dos estudantes de Lisboa* depondo uma coroa de bronze, modelada e fundida pelos próprios alunos, no pedestal do Monumento a Camões. *Exposições* na Sociedade de Geogra-

fia, onde esteve patente nos dias 8, 9 e 10, uma colecção iconográfica e bibliográfica referente ao Centenário; nos Jerónimos, onde esteve exposta a Custódia de Belém; no Museu de Artilharia, a Peça de Diu; na Biblioteca Nacional, a Camoniana daquela biblioteca. *Outras Exposições*, embora não versando assunto camoniano, foram também dedicados ao Poeta: na Associação Promotora de Belas-Artes, dedicada aos artistas contemporâneos; no Museu Colonial; a exposição de espécies de fauna e flora portuguesas, no Museu Agrícola; exposição no Museu e Laboratórios do Instituto Industrial e



O Carrão Triunfal da imprensa. Projecto de José Luis Monteiro. Fotografia de Henrique Nunes.



O Carrão Triunfal das Artes. Projecto de Simões de Almeida. Fotografia de Henrique Nunes.

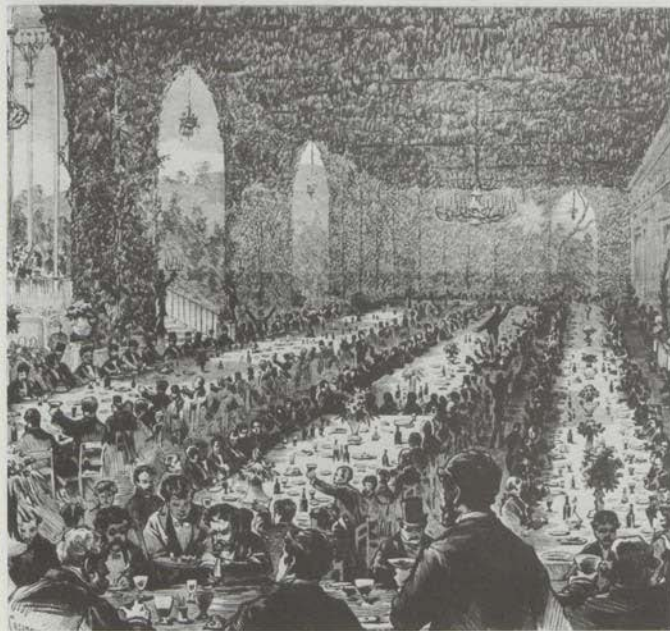
OCCIDENTE

REVISTA ILUSTRADA DE PORTUGAL E DO
ESTRANGEIRO

ANNO III - N.º 62
15 DE JULHO 1880

3.º ANNO - VOLUME III - N.º 62
15 DE JULHO 1880

REDAÇÃO - ATELIER DE GRAVURA - ADMINISTRAÇÃO
LISBOA - R. de S. Bento, 12 - LISBOA
Cada exemplar de subscrição, dentro do prazo estabelecido de 12
meses, e dirigido a Francisco Antonio das Neves, administrador do
jornal.



O Banquete oferecido à Comissão executiva da
Imprensa e à Câmara Municipal de Lisboa, no dia 4
de Julho de 1880.

Gravura de Caetano Alberto, seg. desenho de Casanova, in
«O Occidente», III, p. 117, 1880.

Comercial; exposição da documentação artística e arqueológica, no Museu do Carmo, etc. *Iluminações Artísticas*, organizadas pela Câmara Municipal de Lisboa e moradores, nos dias 8, 9 e 10 de Junho, em todas as ruas da Baixa, edifícios públicos, especialmente a praça e o monumento de Luís de Camões, que foi, para a circunstância, iluminada a luz eléctrica. *Espectáculos de Fogo de Artificio*, promovidos pela Câmara Municipal de Lisboa na Avenida da Liberdade, e, pelo Sindicato dos Terrenos de Santa Marta, no Bairro Camões. *Festa de Caridade* em benefício das creches de Lisboa, no Bairro Camões, no dia 1 de Agosto de 1880. *Bodas* aos pobres de Lisboa, cedidos pela Câmara Municipal de Lisboa, que também deu um subsídio para ser distribuído pelos pobres da freguesia da Pena; alimentação melhorada aos presos civis e militares das cadeias de Lisboa; uma ração de carne (900 kg) a distribuir pelos pobres da cidade; feriado pago, concedido pela Câmara, aos operários da construção civil, no dia 10 de Junho; *Récitas* na Sociedade Estudantina Camões; *Corrida de Touros* no Campo de Sant'Ana no dia 9 de Junho, etc.

A ilustrar o sector encontravam-se expostas as seguintes espécies: Vários opúsculos e outros impressos versando os seguintes assuntos: **Sessão pública da Academia Real das Ciências de Lisboa em 9 de Junho de 1880. Alocução do Vice-Presidente interino João de Andrade Corvo e relatório dos trabalhos da Academia pelo Secretário-Geral interino José Maria Latino Coelho**, Lisboa, 1880; **Flora dos Lusíadas**, Conferências pronunciadas na Sessão pública da Academia Real das Ciências, em 9 de Junho de 1880, pelo Conde de Ficalho; **Panegyrico de Luís de Camões**, lido na Sessão Pública da Academia Real das Ciências de Lisboa, em 9 de Junho de 1880; pelo secretário-geral José Maria Latino Coelho. **Bilhetes de admissão** para a Sessão Solene da Academia Real das Ciências e para o Arsenal da Marinha nos dias 8 e 9 de Junho de 1880; **A Odisséia**



As iluminações da Praça de D. Pedro, nas vistas de 8, 9
e 10 de Junho de 1880.

Desenho de Casanova; gravura de Severini, in «O
Occidente», III, p. 113, 1880.

Camoniana. Romagem aos principais lugares que a estada de Luís de Camões deixou assinalados. Conferência por Pedro Gastão Mesnier, no Salão da Trindade, em Lisboa, a 16 de Maio de 1880; **Programa do Espectáculo do Teatro de D. Maria II** no dia 9 de Junho de 1880; **Programa dos festejos celebrados pela classe dramática portuguesa;** **Bilhete de admissão e Programa da Récita** que teve lugar no dia 6 de Junho de 1880, na Sociedade Taborda, de homenagem a Camões; **Programa e Concerto dado pela Associação Música 24 de Junho**, no dia 9 de Junho de 1880, no Coliseu de Lisboa; **Bilhetes de admissão aos concertos no salão da Trindade e no Coliseu**, e em diversas exposições publicas efectuadas em Lisboa, em Junho de 1880; **Programa do Concerto dado pela «Associação Música 24 de Junho»** no Salão da Trindade, no dia 21 de Junho de 1880; **Programa do Sarau literário promovido pelos estudantes de Lisboa** no dia 9 de Junho de 1880, no Salão da Trindade; **Sessão solene da «Associação Tipográfica Lisbonense»** para comemorar o Tricentenário, Lisboa, 1880; **Bilhetes de admissão para a récita e concerto da «Sociedade Estudantina Camões»;** **Programa da corrida de Touros**, no Campo de Sant'Ana, no dia 9 de Junho de 1880; **Bilhetes de Bodo**, distribuídos em Lisboa nos dias dos Festejos.

III. O TRICENTENÁRIO DA MORTE DE CAMÕES EM LISBOA, NAS ARTES E NAS LETRAS, NA POLÍTICA E NA SOCIEDADE

1. Nas Artes e na Literatura

O período de profunda motivação camoniana que vai da edificação do Monumento a Camões (1862-1867) até às comemorações do Tricentenário (1880) e que se irá manter vivo e produzir novas obras sobre a mesma temática nos anos subsequentes, conhecendo um momento, novamente alto, quando das comemorações do 4.º Centenário do Descobrimento do Caminho Marítimo para a Índia (1898), deixou, naturalmente, numerosas e variadas repercussões nas Artes e na Literatura, contando-se, por largas centenas, o número de obras, das mais diversas espécies, artísticas ou artesanais (pinturas, gravuras, esculturas, medalhas, barros, faianças, peças de ourivesaria, etc.) de temática camoniana, então, criadas. É também numerosa a bibliografia produzida versando o tema Camões e a sua obra (poesia, ficção, teatro, estudos críticos, etc.), não esquecendo as composições musicais que os acontecimentos inspiraram.

Diversas e dispares, quanto à qualidade, reflectem todas, porém, o clima de exaltação patriótica, então vivido.

Para corresponder a encomendas de editores ou a convites oficiais, produziram-se numerosas obras nos mais diversos campos artísticos, contando-se por umas boas dezenas, os retratos e bustos do Poeta executados naquele período e as composições plásticas inspiradas em passos da sua vida e obra.

Retrato de Luís de Camões.
Desenho e gravura de Columbano Bordalo Pinheiro, publicado em «Os Lusíadas», edição de Gabriel Português de Letura do Rio de Janeiro, comemorativa do Tricentenário, 1880.



Retrato de Camões.
Gravura de Pedrozo, publicada em «O Panorama», 2.º ano,
5.ª série, n.º 44, 1867.



Retrato de Camões.

Gravura, segundo desenho de Rafael Bordalo Pinheiro,
publicado em «O 10 de Março», Porto, 1880.



Retrato de Camões.

Desenho de Manuel de Macedo; gravura de Caetano Alberto, publicado em «A Revolução», Junho de 1880.



Retrato de Camões.

Gravura de F. Pastor, publicada em «Portugal a Camões» —
Publicação Extraordinária do Jornal de Viagens. Porto, 10 de
Junho de 1880.



Busto de Luís de Camões.
Gesso patinado de José Teixeira Lopes, 1880 (assinado).

Busto de Luís de Camões.
Reprodução em gravura de J. Christino, do busto de Simões de Almeida para o Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, segundo desenho de Soares dos Reis. Publicado em «A Arte», número comemorativo do Tricentenário, 1880.



Na realidade, quase todos os artistas contemporâneos dos acontecimentos tentaram o retrato de Camões, tendo sido possível constituir, com eles, uma verdadeira galeria. Se, alguns artistas que retrataram o poeta, continuam a inspirar-se na iconografia tradicional, outros, como Columbano, Rafael Bordalo Pinheiro, Pedrozo, Manuel de Macedo, Pastor, preferiram aproximar-se do tipo português comum, quando não tomaram para modelo um tipo real, como aconteceu com o retrato imaginado por Columbano para a edição de *Os Lusíadas* consagrada às comemorações do Tricentenário pelo Gabinete Português de Leitura (1880), para o qual posou o poeta João de Deus!

Também os escultores foram sensíveis à iconografia camoniana e, desde 1860, quando do projecto do Monumento a Camões, foram aparecendo bustos do poeta, alguns assinados por Manuel Maria Bordalo Pinheiro (o *Busto de Camões destinado à Gruta de Macau*), por José Teixeira Lopes, Alberto Nunes ou por Simões de Almeida que, além do belo *Busto de Camões* que compôs para o Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, e da *Estatua de Camões* e de mais algumas figuras dos Descobrimentos que criou para o mesmo Gabinete (os gessos encontram-se na Sociedade de Geografia de Lisboa), é também, o autor dum *Medalhão com a effigie do Poeta* e duma deliciosa *Estatueta representando Inês de Castro*.

A iconografia de Camões enriqueceu-se ainda com uma série de *Medalhas e Medalhões* cunhados para comemorar o «Centenário», assinadas por Simões de Almeida, Molarinho, Francisco Augusto de Campos, Freire, Maia, etc.

Porém, não só a figura do Poeta motivou os artistas, *Os Lusíadas* foram também fonte de inspiração constante, destinando-se as obras neles inspiradas, na sua maior parte, à ilustração das belas edições do poema que, então, se publicaram.

Já anteriormente às comemorações, vários artistas se tinham interessado pelo tema camoniano, não esquecendo Domingos António Sequeira (1768-1837) que, além duma trágica *Morte de Camões* (Museu Nacional de Soares Reis), é autor dum grupo representando *Camões e o Jau*, cujo paradeiro se desconhece, e F. Metrass (1825-1861), autor do célebre quadro do Museu Nacional de Arte Contemporânea representando *Camões na Gruta de Macau*, dos quadros *Últimos momentos de Camões*, *Camões lendo os Lusíadas a D. Sebastião na Penha Verde*, *Sintra* e, ainda, do quadro *Camões* que apresentou na Exposição Universal de Paris de 1855. Na colecção Monteiro de Carvalho adquirida pela Câmara, existe, deste artista, uma pequena tela representando *A Morte de Camões*. Também Manuel Maria Bordalo Pinheiro (1815-1880) foi entusiasta camoniano, entusiasmo que, aliás, transmitiu a toda a família, sendo autor dum óleo, *Camões e o Jau*, e do *Busto de Camões* (1863), destinado à Gruta de Macau, já aqui referido.

Para ilustração da edição de *Os Lusíadas* de 1878, com prefácio de M. Pinheiro Chagas, Soares dos Reis (1847-1889) que tam-

bém modelou um *Busto de Camões* (1880), compôs uma série de gravuras inspiradas em episódios do poema, enquanto Henrique Pousão (1859-1884) cria um retrato do poeta para ilustração de *Os Lusíadas de Luís de Camões transcritos por mil e um admiradores do Poeta*, com prefácio do Visconde de Juromenha.

É, porém, sob o clima de grande exaltação que os preparativos para as comemorações do Tricentenário geraram e no rescaldo desse clima que se irá manter vivo durante um longo período, que vai brotar grande parte da obra camoniana, ficando alguns artistas, como Columbano Bordalo Pinheiro (1857-1929), apaixonados pelo tema para o resto da vida. Este artista, além das ilustrações que compôs, por encomenda, para a edição de *Os Lusíadas do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro*, 1880 e para a *Edição Manuscrita de Os Lusíadas*, aparecida em 1883, é autor de algumas composições de grande aparato, inspiradas na vida do Poeta e no seu Poema (que se encontram no Museu Nacional de Arte Contemporânea, no Museu Militar, no Museu Grão-Vasco), e de numerosos esboços, quase todos reunidos no Museu Nacional de Arte Contemporânea.

As cerimónias do Tricentenário encontraram, por outro lado, verdadeiros cronistas gráficos dos acontecimentos nos artistas Enrique Casanova (1850-1913) e em Rafael Bordalo Pinheiro (1846-1905), o primeiro reproduzindo em desenhos e aguarelas primorosas os actos mais significativos, e o segundo, criticando-os, através de numerosas caricaturas. E. Casanova, um artista de origem espanhola que acabava de chegar ao nosso País, compõe uma série de apontamentos, a lápis e a aguarela (utilizando, por vezes, uma base fotográfica), sobre vários momentos do Cortejo Cívico, das quais se fizeram litografias e gravuras que vão aparecer na «*Illustration Française*» e em «*O Occidente*».

Aos artistas plásticos vieram juntar-se ceramistas, como Clíka que dedica ao Centenário um vistoso prato decorado com o episódio do «*Naufrágio de Camões*»; ourives, como Leitão & Irmão, autor dum bonito medalhão em prata com baixo-relevo simbolizando «*A Visão do Adamastor*»; além dum grande número de obras artesanais, anónimas, dos materiais mais diversos.

Interessante foi o contributo que as festas do Centenário vieram dar no campo da decoração artística, algumas, como o imponente conjunto de Carros Triunfais, incorporados no Cortejo Cívico, executados sob projecto dos melhores artistas contemporâneos, alcançaram um nível de beleza e inventiva extraordinária. De não esquecer, também, os Pavilhões que José Luis Monteliro projectou e que a Câmara mandou levantar no Terreiro do Paço e noutros pontos do percurso. Até no domínio das iluminações públicas e da decoração das ruas e praças, engalanadas em jeito de arraial, ao efeito decorativo veio sempre juntar-se um exigente nível artístico.



Medalha comemorativa do Tricentenário de Camões. Prata e bronze. Ass. F. A. C. (Francisco Augusto Campos). Variante da medalha do mesmo autor, comemorativa da inauguração do Monumento a Luís de Camões.



Medalha comemorativa do Tricentenário de Camões e do Assentamento da Pedra Fundamental do Novo Edifício do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro. Prata e bronze. Ass. Janvier. 1880.



Medalha comemorativa do Tricentenário de Camões, dedicada à Imprensa. Prata e bronze. Ass. Molarinho (José Arnaldo Nogueira Molarinho).



Medalha da Sociedade de Geografia de Lisboa, comemorativa do Tricentenário de Camões. Prata e bronze. Ass. L. C. (Luciano Cordeiro) e C. L. (Casimiro Lima). 1880.



Camões declamando «Os Lusíadas».

Desenho de Rafael Bordalo Pinheiro para ilustração da edição manuscrita de «Os Lusíadas», de 1883, com prefácio de M. Pinheiro Chagas.

Foram muito numerosas as obras literárias dedicadas a Camões e à sua obra (poesia, prosa, ficção, teatro, crítica, etc.), publicadas em Comemoração do Centenário, em volume, em folhetos, folhas soltas, jornais, revistas, etc.

Não sendo possível fazer aqui a sua revisão completa como, também, por falta de espaço, não foi possível apresentá-las na exposição, limitamo-nos a endereçar os interessados para algumas obras que inserem bibliografia sobre o assunto, já publicadas: José do Canto, **Colecção Camoniana. Tentativa de um catálogo metódico e remissivo**. 1895; Francisco Cassaco, **Camoniana da Biblioteca Nacional de Lisboa** (exemplar único); Teófilo Braga, **Bibliografia Camoniana**. Imprensa de Cristóvão A. Rodrigues, 1880; Carlos Cirilo da Silva Vieira, **Catálogo do Repositório Camoniano**. Lisboa, Imprensa da Academia Real das Ciências, 1882. E, ainda, a obra de Xavier Coutinho, voltada, especialmente, para as artes plásticas. **As Belas-Artes no Centenário de Camões** (1580-1880). Tip. Elzevieriano, 1880.

Entre as espécies que ilustravam este sector contavam-se: **Retratos de Camões** (lito-grafias e ampliações fotográficas em várias obras, da autoria de Pedrozo, Pastor, Manuel de Macedo, Rafael Bordalo Pinheiro, Columbano, etc.); **Bustos de Camões** assinados por Simões de Almeida, reproduzido em gravura publicada no número especial de «A Arte», dedicado ao Terceiro Centenário de Luís de Camões, 1880; assinado por José Teixeira Lopes (gesso patinado), 1880; e ainda três bustos do poeta, dois em gesso, um deles patinado de dourado, e um em barro cozido, todos anónimos; **medalhão com efígie do poeta**, de perfil, em baixo-relevo, em barro e bronze, assinado por Simões de Almeida, 1880; **medalhão** em ferro e em bronze, **com a efígie de Camões**, de frente, anónimo; ampliações fotográficas das **ilustrações desenhadas por Soares dos Reis e gravadas por J. Pedrozo para «Os Lusíadas»**, edição com prólogo de M. Pinheiro Chagas, 1878; ampliações fotográficas das **ilustrações originais publicadas em «Os Lusíadas» de Luís de Camões**, ed. de E. Blel, 1880, e algumas das placas de aço das mesmas gravuras; ampliações fotográficas das **ilustrações desenhadas por Rafael Bordalo Pinheiro e Columbano Bordalo Pinheiro para a Grande edição manuscrita dos Lusíadas pelos contemporâneos**, prefaciada por M. Pinheiro Chagas, publicada em 1883; ampliação fotográfica das **ilustrações de Columbano Bordalo Pinheiro para servirem de moldura a dois sonetos de Gonçalves Crespo**, publicados em «O Occidente», III, p. 97, 1880; **ilustração do mesmo artista**, publicada no folheto «Portugal a Camões» e em «Poematos do Conde de Sabugosa», p. 63, 1882; gravura de M. Macedo representando **Camões salvando os Lusíadas do Naufrágio**, interpretação do óleo de Slingeneyer, publicada em «O Occidente», III, p. 101-102, 1880; gravura de M. Macedo representando **Camões lendo os Lusíadas a D. Sebastião na Penha Longa de Sintra**, publicada em «O Occidente», vol. III, p. 1880; ampliação fotográfica da gravura de Luís de Aragão, **Allegoria dedicada ao Tricentenário de Camões**, inserta no vol. III, da A. C. Teixeira de Aragão, 1880, e um exemplar desta obra que o autor dedica ao Centenário; litografia intitulada **Luís de Camões perante o século XVI e o século XIX**, folha volante distribuída, como recordação, no dia 10 de Junho de 1880. Reproduções fotográficas de algumas das pinturas de tema camoniano de F. Metrass, Manuel Maria Bordalo Pinheiro e Columbano Bordalo Pinheiro, etc., cujos originais se encontram em alguns Museus do País. Entre os originais expostos figuraram: um óleo de Metrass representando **A Morte de Camões e Camões escrevendo os Lusíadas**, dentro dum arco ogival, aguarela, de E. Casanova, 1880, ambos provenientes da colecção Monteiro de Carvalho, adquirida recentemente pela Câmara. Algumas reproduções dos originais de Columbano que se encontram espalhados por vários Museus.

Completavam este sector algumas peças de cerâmica, entre os quais: um grande **prato de faiança policromo, decorado com o episódio «Naufrágio de Camões»**, assi-



Na igreja das Chagas —

Proxima vida a nobis e do throno
 Da terra principal de egypci e guardi
 In thar mentes euras e bresis
 O thar li em mays de proxima finis.

E se fudji e me thar arbuti melior
 A cana e rita, timida e covado.
 Nup - me e nure sua p. affluente
 Em thar e extranea communi bomo.

Canas, ou nite ad ea, me, arbuti.
 Nure gati de gata de canas
 - Quem os gata nure! - me, me.

E a cana, se nure, e longula de nure
 Por que em thar os thar e nure
 A cana nure thar de nure.

- Trinta annos depois -

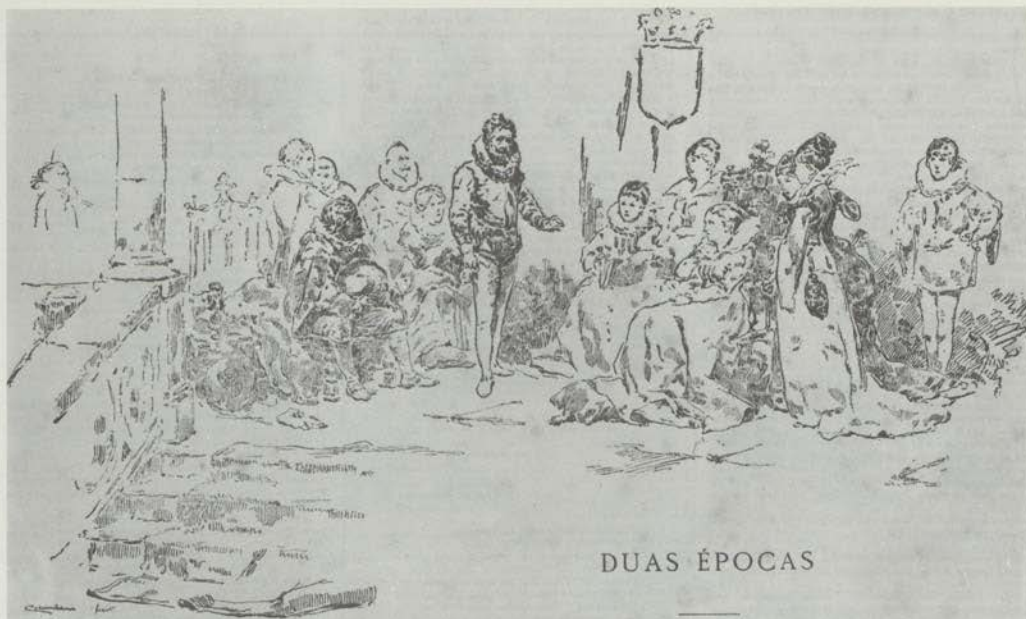
Justi de em thar de nure e gati
 Por me nure de nure de nure
 Canas e gati a gati de nure, em
 Nure de nure nure nure de nure.

Ey em em em em thar de nure
 Subitane e nure de nure em nure
 Ji de thar os nure em nure
 Nite de nure, que thar nure!

Canas nure e a gata de nure
 E nure de nure, em em nure, nure
 R. nure de nure de nure de nure.

Va de nure e gati, e nure nure
 N. em em nure, em e nure
 De nure de nure e nure nure.

Jonas Gropo



A LEITURA DOS LUSIADAS

DUAS ÉPOCAS

I

Na corte requintada e florentina
Que a princesa Maria rodeava,
Em que a pedante erudição latina
Ao soneto gigante se casava;

II

Alegres madraigas da mocidade!
Torneios e saraus em que brilhou!
Existência feliz que uma saualde
Na sentida elegia transformou;

Página camoniana — **Camões na Corte da Infanta Dona Maria.**

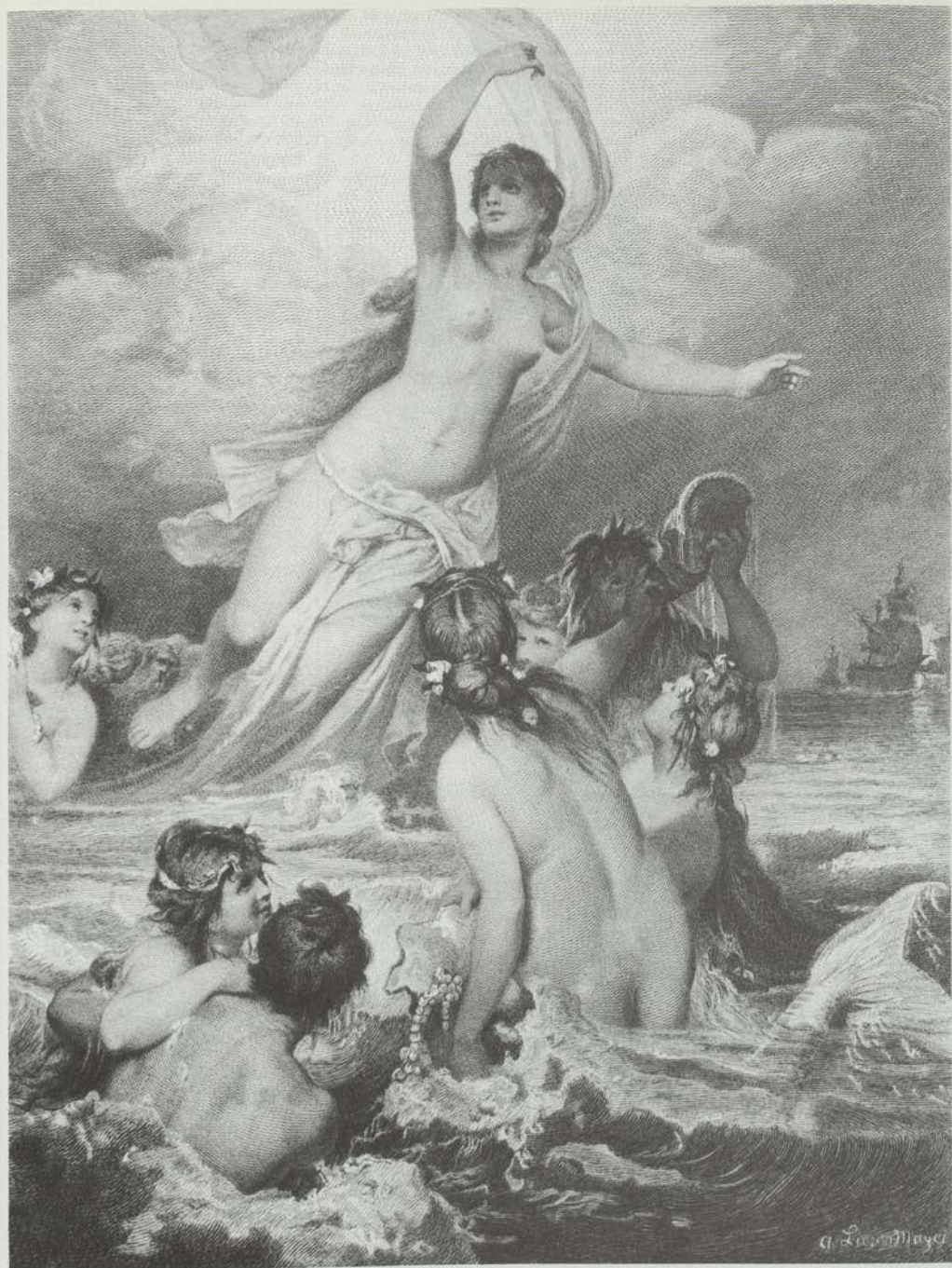
Desenho de Columbario Bordoal Pinheiro, publicado em «De Portugal a Camões», p. 13, 1882.

nado por Cifka, 1880; um **medalhão de parede de faiança** policromada e relevada, com a **efígie de Camões, dentro duma coroa de flores**, 1880; **jogo de pratos de faiança** da Fábrica de Sacavém, **decorados com a efígie de Camões** estampada, reproduzida do retrato do poeta imaginado por Vitor Bastos, publicado no «Arquivo Pitoresco»; vários outros **pratos de faiança, com inscrição alusiva ao Tricentenário**; **jogo de pratos de faiança** (Serreguemines) decorados, por estampagem, **com cenas de Os Lusíadas**, extraídas da edição monumental de 1817; **copo de vidro facetado com a efígie de Luis de Camões**, da Fábrica da Marinha Grande (1890); **medalhão em prata**, da Ourivesaria Leitão & Irmão, **reproduzindo**, em baixo-relevo, o «**Episódio do Adamastor**»; pregadores, brincos, botões de punho, lenços, etc., com iconografia camoniana.

Na mesma secção figurava, ainda, uma colecção de **medalhas comemorativas do Tricentenário**, em prata, bronze e cobre, alumínio, chumbo, **dedicadas a Camões**, da iniciativa da Comissão dos Festejos do Porto, assinada por J. Sousa; da Comissão dos Festejos de Lisboa, assinada por Francisco Augusto de Campos; dedicada à Imprensa, assinada por Molarinho; outra assinada por Freire; outra ainda assinada por Maia; da Comissão Académica, assinada por Maia, 1881; da Sociedade de Geografia assinada por Luciano Cordeiro. Algumas **medalhas de suspensão comemorativas do mesmo acontecimento**, uma delas, assinada por Maia. **Medalhas comemorativas de algumas**

Fundações e Instituições, ou outras efemérides, dedicadas ao Tricentenário, como a medalha comemorativa do assentamento da pedra fundamental do edifício do Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro, assinada Janvier, 1880; da fundação do Ateneu Comercial de Lisboa, assinada por Maia, 1880; da fundação da Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses, assinada por Maia, 1880; da inauguração do Monumento a Camões em Coimbra, assinada por Maia, 1881; da fundação da Associação Humanitária Luis de Camões, 1888; modelo em gesso que serviu à cunhagem do anverso de algumas medalhas comemorativas do Tricentenário, com busto do poeta, virado à esquerda, coroado de louros, etc.

Não tendo sido possível, como já referimos, por falta de espaço, apresentar todas as obras que se publicam, então, sob a égide de Camões e de *Os Lusíadas* (história, poesia, teatro, etc.), limitamo-nos a expor **exemplares das mais belas edições de «Os Lusíadas»**, publicadas em comemoração do Tricentenário: a edição da Imprensa Nacional, com prefácio de M. Pinheiro Chagas, 1878; a edição publicada pelo Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, com prefácio de Ramalho Ortigão, 1880; edição prefaciada por Teófilo Bragá, 1881; *Os Lusíadas* de Luis de Camões, transcritos por mil e um admiradores do poeta, edição manuscrita, com prefácio do Visconde de Jorumenha; grande edição manuscrita de *Os Lusíadas* pelos contemporâneos, prefaciada por Manuel Pinheiro Chagas, 1883; edição monumental, publicada por Emilio Biel, rica-



Vênus intercede pelos portugueses.
Gravura sobre aço para ilustração de «Os Lusíadas», edição de
E. Biel, 1880.

Prato de faiança dedicado «A Luís de Camões os Patriotas de 1880».

Prato de faiança dedicado «A Luís de Camões os Patriotas de 1880». Outra versão.

Prato de faiança com a efígie de Camões, comemorativo do Tricentenário. Fábrica Constância, 1880.

Prato de faiança com a efígie de Camões, comemorativo do Tricentenário do Poeta, 10 de Junho de 1880. Ass. M. J. Dias.

mente ilustrada, com estudo de José da Silva Mendes Leal, 1880. Encontrava-se, também, exposto, um exemplar de **Os Lusíadas por Luís de Camões**, edição da Empresa do Diário de Notícias comemorativa do Tricentenário da Morte do Poeta, especialmente dedicada aos leitores e assinantes daquele jornal e de que existem poucos exemplares.

Ainda que numerosas as composições musicais dedicadas ao Tricentenário de Camões, por razão de espaço, apenas se encontravam expostas as seguintes: **Marcha Triunfal**, dedicada a Camões por José Fernandes Escazena, composta especialmente para o Cortejo do Tricentenário, 1880; a **Ode Sinfónica** de Augusto Machado; **Armas e Letras** composta por José Viana da Mota, com apenas 12 anos de idade, 1880; e o **Coro Laudatório** de A. X. Rodrigues Cordeiro, com música de F. Freitas Gazul, que foi cantado no dia 9 de Junho de 1880, no Concerto do Coliseu dos Recreios.

2. Na Política e na Sociedade

A clara intenção dos organizadores dos festejos do Tricentenário, entre os quais se encontravam algumas das principais figuras do nascente Partido Republicano (Teófilo Braga, Magalhães Lima) e activistas socialistas, como Jaime Batalha Reis, de se aproveitarem, politicamente, das comemorações, ficou bem expressa desde o PROGRAMA DAS CELEBRAÇÕES, no qual os promotores declaravam pretender que aquelas mostrem ao

mundo «a força moral dum povo» para que este possa julgar «de quais são, na constituição geral d'este país, os órgãos em que residem os mais fecundos elementos d'essa força». Por outro lado, a própria atitude de se terem constituído, a si próprios, em Comissão Executiva dos Festejos, arrebatando uma iniciativa que, como todas as grandes iniciativas tomadas até então, deveria partir do rei e do governo e, ainda, a atitude de dispensarem as cerimónias tradicionais, como a Parada Militar e o Te-Deum, que substituíram por um arrogante Cortejo Cívico, não deixava dúvida sobre as suas pretensões de provocar um claro afrontamento. A atitude inteligente pareceria ser a de, por parte do Governo e do Rei, aceitar o desafio, o que, porém, não aconteceu. Assim, o brilho que as Comemorações alcançaram, apesar do distanciamento da Coroa, pode ser habilmente aproveitado pelo nascente grupo de oposição à monarquia, que, chamando a si a responsabilidade inteira do acontecimento, fortalece-se com o prestígio que as Comemorações Camonianas alcançaram. Encorajados com este triunfo, atrevem-se a fazer as primeiras críticas à monarquia, ainda veladas, nos discursos pronunciados no dia 10, junto do Monumento a Camões, mais agressivas durante o *Banquete oferecido à Comissão da Imprensa e à Câmara Municipal de Lisboa*, no dia 4 de Julho. A união entre várias tendências oposicionistas, cimentada sob a égide de Camões que, de ora em diante, será o grande glorificado ou vilipendiado, vai permitir-lhes, apesar das divergências ideológicas existentes, congraçarem esforços para alcançar o objectivo comum, isto é, o derrube da monarquia.

Por isso, não é sem razão que os críticos têm considerado as Comemorações do Tricentenário como o motor de arranque do nascente Partido Republicano que, robustecido com o apoio popular então recebido, toma consciência da sua força e da responsabilidade que daqui em diante lhe compete, iniciando, com determinação, uma luta que, com altos e baixos, prosseguirá até à vitória final em 5 de Outubro de 1910.

A apreciação política dos acontecimentos foi feita aliás no próprio momento e directamente, por Rafael Bordalo Pinheiro que sobre eles fará uma completa reportagem caricatural, publicada em vários números do «António Maria». As críticas e o aproveitamento político do poeta vai ser retomado pelo grande caricaturista, em números posteriores, reacendendo-se por alturas do *Ultimatum*, quando a Monarquia desce ao ponto mais baixo do seu desprestígio. É para angariar fundos para a subscrição nacional, quando do *Ultimatum*, que Rafael Bordalo Pinheiro modela a placa de barro com baixo-relevo alusivo ao «Episódio do Adamastor», datada de 1890, peça que também figurou na Exposição.

Não foram também para desprezar as repercussões sociais do Tricentenário, em parte, implícitas no movimento político que, então, se gerou e resultou do espírito associativo que os nascentes partidos de influência socialista vinham desenvolvendo e que originou uma movimentação intensa, que deu motivo a realizações múltiplas, com im-

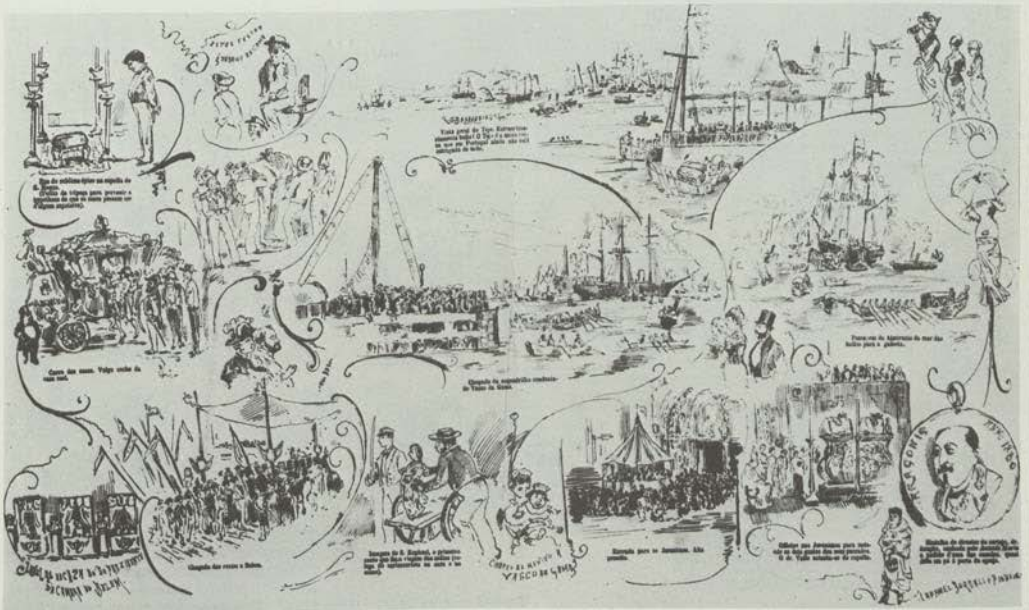


A procissão cívica — D. Luís troca a Procissão Cívica pela Procissão do Corpo de Deus.
 Caricatura de Rafael Bordalo Pinheiro, in «O António Maria», de 27 de Maio de 1880, p. 177.



Trasladação dos inúmeros ossos de Vasco da Gama e do seu Cantor.

Caricatura de Rafael Bordalo Pinheiro, em «O António Maria» de 10 de Junho de 1880, p. 192-193.





portantes reflexos no campo cultural, assistencial e até económico. A simples enumeração das fundações e instituições emergentes do Centenário, nascidas sob o pretexto de homenagear o Épico ou colando-se a essas homenagens, dão ideia da importância e extensão social do acontecimento. Passaremos, por isso, a enumerar algumas delas, começando pelas iniciativas que partiram da Câmara Municipal de Lisboa que, em comemoração do Tricentenário, inaugurou, pelo menos, um Jardim de Infância no Passeio da Estrela, em Dezembro de 1880; duas Escolas Primárias Centrais, uma para o sexo masculino e outra para o sexo feminino; uma Biblioteca Camoniana no Arquivo Histórico Municipal; uma Biblioteca Popular na Escola n.º 1, a S. Lázaro, por iniciativa da Associação de Professores; uma nova rua na cerca do extinto Convento de S. Bento. Aceita dar a denominação de Rua Garrett, à antiga Rua do Chiado, em homenagem conjunta a Camões e a Garrett, o autor do poema «Camões». Pensa ainda adquirir a casa onde a tradição diz ter morrido Camões, para nela instalar uma Biblioteca Popular, o que não chegou a realizar, devido ao preço exorbitante pedido pelo proprietário. Com o fim de promover o desenvolvimento das artes, ciências e letras, institui 2 Prémios Camões. O primeiro, no valor de 500\$000 réis, a adjudicar, de 5 em 5 anos, pela Academia das Ciências ao autor do melhor livro português publicado no decurso daquele período; e o segundo, com idêntico valor, a ser adjudicado, no mesmo espaço de tempo, pela

Crónica do Centenário — Camões agradece aos altos poderes do Estado não terem ido à sua procissão e terem-no feito republicano. Caricatura de Rafael Bordalo Pinheiro, em «O António Maria», de 17 Junho de 1880, p.197.



O Banquete no Bairro Camões. Caricatura de Rafael Bordalo Pinheiro, em «O António Maria», 8 de Julho de 1880, p. 224-225.

Academia das Belas-Artes, à melhor obra portuguesa de pintura ou de escultura. Institui um *Subsídio de Camões*, na importância de 240 réis, a ser adjudicado, de 5 em 5 anos, pela Escola Médico-Cirúrgica, à melhor aluna que tenha concluído durante aquele período, o curso de medicina naquele Instituto.

Muitas outras instituições associaram-se às homenagens promovendo as realizações mais diversas: a Associação dos Empregados do Comércio e Indústria institui o *Prémio Camões* para galardoar o melhor estudante do Instituto Industrial e Comercial; a Caixa Económica Operária inaugura um *Gabinete de Leitura* e um *Curso de Instrução Primária*; a Associação dos Ourives funda um *Asilo para Crianças Abandonadas*; a Associação Comercial de Lisboa inaugura uma Estação de Socorros a Náufragos; a Associação dos Empregados do Comércio de Lisboa funda o *Ateneu Comercial de Lisboa*; O Grémio Lusitano inaugura uma *Biblioteca*; a Associação «Civilização Popular» funda uma *escola em terreno cedido pela Câmara Municipal de Lisboa*, na Rua Borges Carneiro; a Junta Distrital funda o *Hospício Camões* para educar e tutelar crianças abandonadas de mais de 7 anos de idade; a Associação dos Funcionários do Estado funda o *Colégio Camões*, com um curso de Humanidades, destinado aos filhos dos funcionários do Estado; a Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses funda uma *escola de instrução Primária*, denominada *Escola Luis de Camões*. Inaugura-se, em Belém, no dia 10 de Junho de 1880, o *Teatro Camões*; e, a 9 do mesmo mês, inaugura-se, com foros de acontecimento oficial, o *Bairro Camões*, iniciativa do Sindicato dos Terrenos de Santa Marta.

As comemorações foram também aproveitadas por alguns grupos profissionais para instituírem associações de classe. Criam-se: a *Associação dos Professores da Instrução Primária* que, em seguida, funda um *Grémio* para conferências e discussões pedagógicas e uma *Biblioteca Pedagógica*, com subsídio do Município; a *Associação dos Artistas Dramáticos* que, em seguida, funda uma *Caixa de Pensões* para a classe Dramática; a *Associação dos Melhoramentos das Classes Laboriosas* que se propõe criar um *Curso Elementar de Ciências Naturais*; a *Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses* que se propôs, desde logo, fundar uma *Biblioteca do Jornalismo Português*, um *cofre de coadjuvação editorial* e um *júri para os conflitos da Imprensa*; cria-se a *Associação Humanitária Camões*, em 10 de Junho de 1880; a *Associação Camonidum Academia*, etc.

Para documentar a profunda incidência política que tiveram os acontecimentos decorrentes das comemorações do Tricentenário da Morte de Luis de Camões e do aproveitamento político do poeta, dispusemos da rica **coleção de caricaturas de Rafael Bordalo Pinheiro** que apresentamos em ampliações fotográficas e que se encontram publicadas em sucessivos números do «António Maria», iniciando-se a reportagem do *Centenário* com a caricatura intitulada *Preparativos para o Centenário* (A. M., 13/

A ILLUSTRACÃO

DIRECTOR-PROPRIETARIO: MARIANO PINA

Anno VII — N.º 4.

PARIS, no 10 de FEVEREIRO de 1890.
Escrivição em Paris, c.º, Quai Voltaire.

100 réis cada numero.



A ESTATUA DE CAMÕES ENVOIADA EM CREPE.

A Estátua de Camões envolta em crepes, quando do
último inglês de 1890.
Composição de Luis Tinayre, em «A Illustração», VII, Paris,
1890.

5/1880, p. 160/161), e encerrando com a caricatura que representa **O Banquete no Bairro Camões** (A. M. 8/7/1880, p. 224/225), num total de cerca de três dezenas; continuando, porém, o grande caricaturista a fazer o aproveitamento do poeta em números posteriores daquele jornal (A. M. 10/1/1803, p. 24), e, depois, em **Pontos nos II** (30/7/85, p. 100/101), voltando à carga, neste último jornal, durante a crise provocada pelo Ultimatum Inglês (p. II, 13/3/1880, p. 84/85; 27/2/1890, p. 68/69; 2/10/1890, p. 313), completamos o repertório com a representação destas últimas.

Este sector rematava com uma grande ampliação fotográfica da gravura publicada em «A Ilustração», de Mariano Pina, vol. VII, Paris, 1890, representando **O Monumento a Camões envolvido em crepes**, composição de L. Tinayre.

Em complemento da reportagem crítica de Rafael Bordalo Pinheiro, figurava uma litografia colorida de J. Navarro, **Camões agradecendo à Comissão do Centenário**, publicada em «O Penacho» de Junho de 1880, p. 76/77, e mais duas caricaturas de tema camoniano, publicadas no mesmo jornal (13/7/1880 e 20/6/1880), além dum **Retrato-Caricatura de Camões**, litografia colorida, publicada em «O Sorvete», número dedicado às comemorações (10/7/1880, p. 7), sem

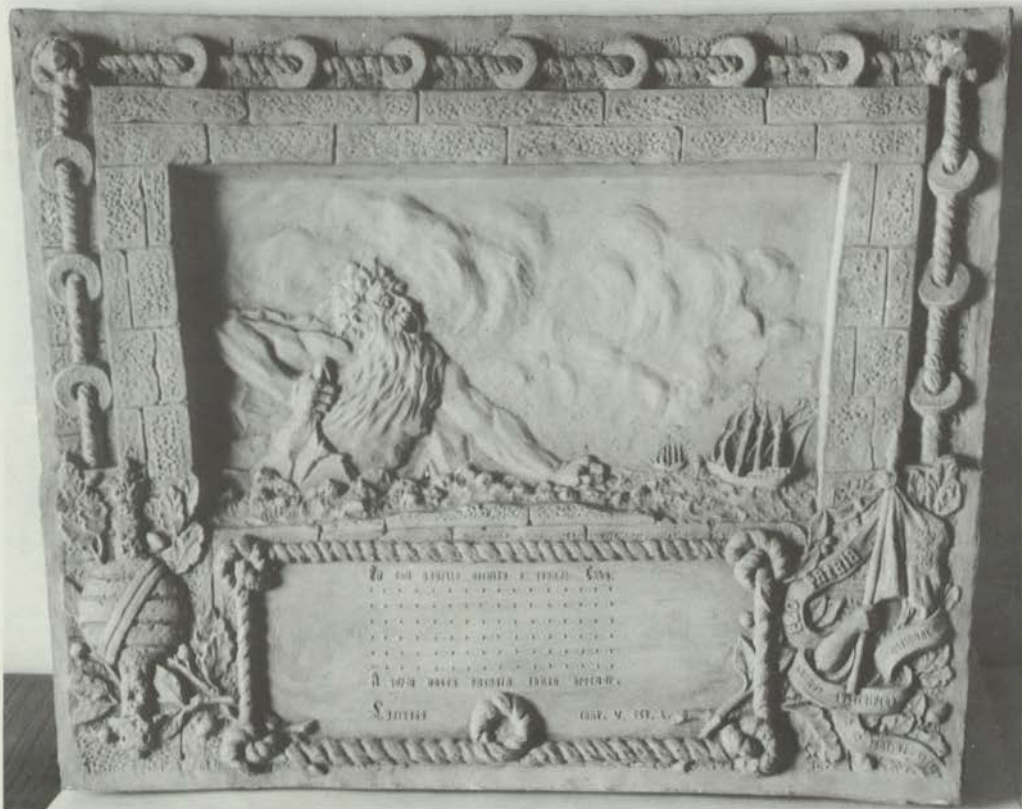
assinatura, mas com toda a probabilidade, de Sebastião Sanhudo. No mesmo número deste jornal publicaram-se outras caricaturas de crítica aos acontecimentos.

Para ilustrar o sector dedicado às repercussões sociais do Tricentenário de Camões dispusemos das **medalhas emitidas para comemorar algumas fundações culturais e filantrópicas** que, então, se criaram (já citadas ao referirmos a coleção das medalhas), **Estatutos das agremiações fundadas**, **Actas de inaugurações**, **Diplomas de sócios** da Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses e do Ateneu Comercial (ambos ilustrados por Rafael Bordalo Pinheiro); da Associação Humanitária Camões, de Associação Camonidum Academia, etc.

Pro Pátria.

Modelo em gesso para placa de barro com baixo-relevo alusivo ao episódio do Adamastor. Assinada por Rafael Bordalo Pinheiro, e datada de 12 de Janeiro de 1890. Destinava-se a angariar fundos com vista à grande subscrição nacional então aberta.

NOTA: Além das espécies pertencentes à Câmara Municipal de Lisboa (Museu da Cidade, Arquivo Histórico e Gabinete de Estudos Olisiponenses), figuraram na exposição alguns documentos cedidos pela Família Cordeiro de Sousa (neste caso, foi sempre indicada a proveniência), à qual agradecemos a colaboração prestada.



UMA PRECIOSA COLEÇÃO CAMONIANA ADQUIRIDA PELO MUNICÍPIO EM 1980

Em Junho de 1980, quando procedíamos à montagem da exposição camoniana que a Câmara Municipal de Lisboa organizou em comemoração do IV Centenário da morte de Luis de Camões, tivemos, ocasionalmente, conhecimento estar à venda, no «Mundo do Livro», Largo da Trindade, n.º 11, boa parte da importante coleção camoniana que pertencera ao capitalista-bibliófilo A. A. Carvalho Monteiro, o que, de imediato, nos levou a contactar aquele livreiro e, uma vez feita a sua avaliação e reconhecido o seu interesse olisiponense, resolvemos propor a sua aquisição para o Museu da Cidade, o que, por determinação do, então, Vereador dos Assuntos Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, Dr. Gomes de Pinho, veio a acontecer de seguida.

Ainda que o Livreiro, Sr. João Rodrigues Pires, não nos tivesse podido dar completo esclarecimento sobre a origem desta preciosa coleção e, apenas, vagamente, a ligasse a Carvalho Monteiro, a sua composição — em grande parte constituída por documentos relacionados com as comemorações do Tricentenário da Morte de Camões (1880) e do IV Centenário da Descoberta do Caminho Marítimo para a Índia (1898) e integrando coleções de originais que sabemos foram encomenda daquele bibliófilo — confirmam aquela origem, tanto mais não haver notícia da existência de outras coleções camonianas com idêntica importância e características.

Homem de vastos recursos e muito culto, António Augusto Carvalho Monteiro, o «Monteiro dos Milhões», foi entusiasta camonista, procedendo como um verdadeiro mecenas quando das brilhantes celebrações com que Lisboa comemorou o Tricentenário da Morte de Camões, usando com largueza a sua fortuna e influência, fazendo encomendas a artistas e escritores, ou patrocinando a célebre

edição manuscrita de **Os Lusíadas** que não chegou a concluir-se. Dela fizeram parte a importante coleção de edições raras de **Os Lusíadas**, vendida para os Estados Unidos da América e o quadro representando «**Camões na prisão**», adquirido, há anos, pelo Centro de Profilaxia.

A parte da desmantelada coleção agora adquirida pela Câmara é constituída por algumas centenas de espécies muito diversificadas, iconográficas, bibliográficas e documentais, de que fazem parte óleos, aguarelas, desenhos, gravuras, medalhas e medalhões, bustos, manuscritos, insignias diversas, símbolos e emblemas, lenços, pratos, copos, pregadores, simples objectos de carácter anedótico ou de sabor popular, todos, porém, com ornatos ou inscrições de temática camoniana. Na sua maior parte é constituída por espécies relacionadas com as várias acções desencadeadas em comemoração do Tricentenário de Camões (1880), valorizada, porém, com algumas espécies valiosas de cronologia anterior, entre as quais, um desenho original de Domingos A. de Sequeira e um óleo de F. Metrass, além de um número razoável de espécies relacionadas com as comemorações do IV Centenário da Descoberta do Caminho Marítimo para a Índia (1898), também de temática camoniana, e, ainda, originais e chapas de cobre destinadas à ilustração de algumas das mais belas edições de **Os Lusíadas**, etc..

A importância que atribuímos a esta coleção levou-nos a afirmar, na proposta para a sua aquisição, constituir o acto da sua compra, possivelmente, a mais significativa homenagem consagrada pelo Município ao Poeta no ano das comemorações do IV Centenário da sua morte.

Segue-se a lista de algumas das espécies da coleção que consideramos mais interessantes.

1 — Camões, doente, recebe a notícia da invasão de Felipe II e pronuncia a célebre frase: «Ao menos morro com a Pátria...».

Desenho a tinta da China, sobre papel. Estudo.

Ass. Seqr.º Fecit (Domingos António de Sequeira).

Por baixo, a inscrição manuscrita: «Quem jámais ouviu dizer que em hum tam pequeno theatro como este nobre leito a sorte teria podido dar o espectáculo de tamanhas infellicidades... ao menos morro com ella Vida de Camões».

Dims: 530 X 430

N.º de inv.º 530 X 430



2 — Cena de interior com Camões, um fidalgo (Conde de Vimioso?) e o Jau.

Óleo sobre tela. s/assinatura e s/data (Séc. XIX).

Dims: 460 X 540 mm

N.º de inv.º 543/5227

A cena desenvolve-se no mesmo ambiente representado no desenho anterior, o que, de certa maneira, aproxima estas duas espécies.

- 3— **Morte de Camões.** Junto do catre, um frade lendo uma oração.
Óleo sobre tela
Ass: F. Metrass (nas costas)
Dims: 205 X 250 mm
N.º de inv.º 452/5226



- 4— **Camões, sentado, toca guitarra e tem junto de si, no chão, os Lusíadas, um elmo e uma espada.**
Aguarela sobre papel
Ass: F. de Serpa
Dims: 235 X 155 mm
N.º de inv.º 432/5027



5 — **Camões, sentado, anota «Os Lusíadas»**, enquadrado por um arco em estilo manuelino.

Aquarela sobre papel

Por baixo, à esquerda, E. CASANOVA Sob os seus pés, em caracteres góticos, uma cartela com duas estrofes de «Os Lusíadas».

Dims: 320 X 165 mm
N.º de inv.º 460/5327

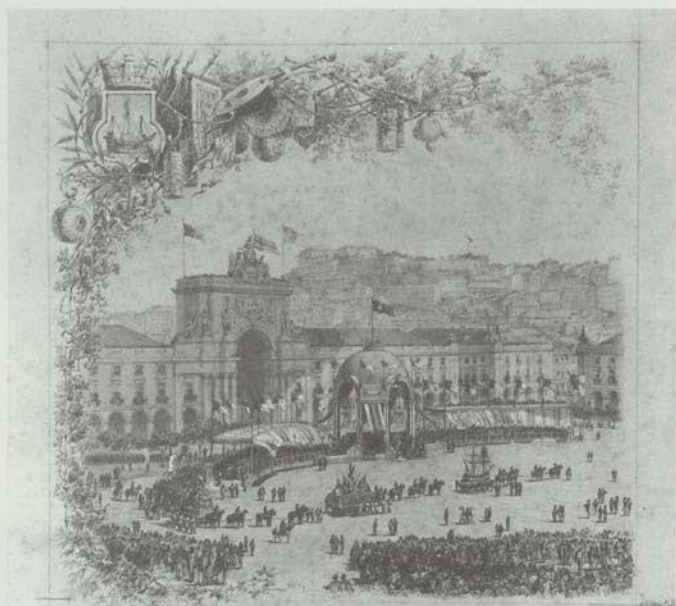
6 — **Palanque Real no Terreiro do Paço**,

na altura em que começavam a convergir as várias corporações para se integrarem no Cortejo Cívico. Ilustração para frontispício de página.

Desenho a lápis e guache S/ ass. (E. Casanova)

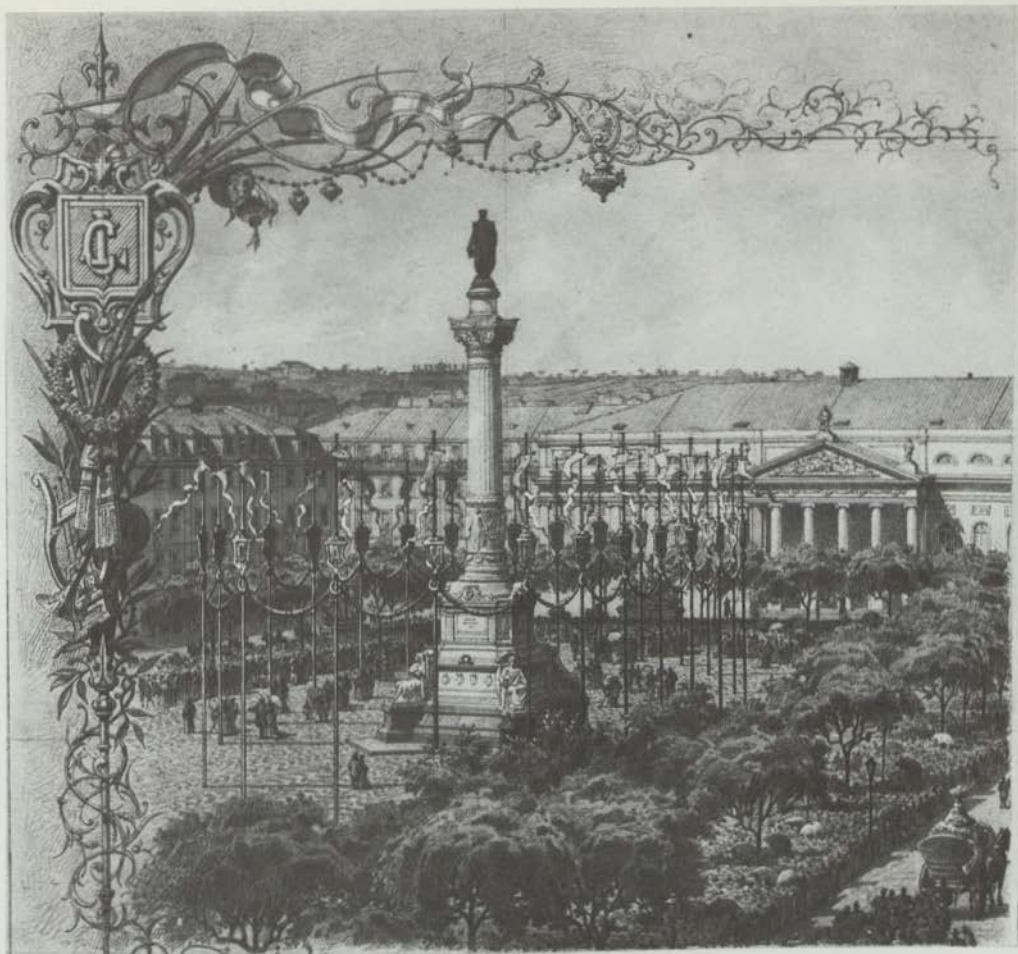
Sobre a parte inferior, assinaturas de algumas das personagens mais influentes nas celebrações do Tricentenário.

Dims: 415 X 270 mm
N.º de inv.º 449/5037.



R

J. G. Rodrigues Caldeira
deix. Jardim
António de S. João de Paiva
Francisco Xavier de Almeida
Estrela Costa



7— O Cortejo Cívico dando a volta à Praça do Rossio que se encontra engalanada
Desenho a lápis com toques de guache, destinado à ilustração de página.
S/ass. (E. Casanova) e s/data (1880)
Dims: 420 X 320 (total)
N.º de inv.º 1400/5254



8— **Cortejo Cívico:** Pormenor vendo-se os estandartes da Sociedade de Geografia de Lisboa e da Câmara Municipal de Lisboa.

Têmpera sobre uma base em que foi utilizada a fotografia, litografia, colagem, guache e lápis

S/ass. (E. Casanova)

Dimis: 235 X 345

N.º de inv.º 434/5028

9 — **Cortejo Cívico: Galeão Português —
Carro Tribunal das Colónias.**

Têmpera sobre uma base em que foi
utilizada a fotografia, litografia, cola-
gem, guache e lápis.

S/ass. (E. Casanova)

Dims: 235 X 345 mm

N.º de inv.º 442/5032



10 — **Cortejo Cívico: Carro Triunfal das
Artes**

Têmpera sobre uma base em que foi
utilizada a fotografia, litografia, colagem,
guache e lápis.

S/ass. (E. Casanova)

Dims: 235 X 345 mm

N.º de inv.º 438/5030



12 — **Cortejo Cívico: Carro Triunfal da
Agricultura**

Têmpera sobre uma base em que foi
utilizada a fotografia, litografia, cola-
gem, guache e lápis

S/ass. (E. Casanova)

Dims: 235 X 345

N.º de inv.º 444/5034



11 — **Cortejo Cívico. Carro Triunfal das
Colónias**

Têmpera sobre uma base em que foi
utilizada a fotografia, litografia, colagem,
guache e lápis.

Dims: 235 X 345

N.º de inv.º 436/5029



13 — **Cortejo Cívico: Carro com a «Cor-
belle» oferecida à Câmara Muni-
cipal de Lisboa**

Têmpera, sobre uma base em que foi
utilizada a fotografia, litografia, cola-
gem, guache e lápis

S/ass. (E. Casanova)

Dims: 235 X 345

N.º de inv.º 440/5031



- 14 — **Cortejo Cívico: Colocação das Coroas** oferecidas na base do Monumento a Luís de Camões, na presença da Comissão da Imprensa e da Câmara Municipal de Lisboa. Têmpera, sobre uma base em que foi utilizada a fotografia, litografia, colagem, guache e lápis
S/ass. (E. Casanova)
Dims: 235 X 345
N.º do inv.º 434/5028

- 16 — **Estudo para o pendão com que a Associação dos Melhoramentos das Classes Laboriosas** se apresentou no Cortejo Cívico.
Aquarela
S/ass.
Dims: 315 X 240 mm
N.º do inv.º 427/5022



- 15 — **Ramo de flores** oferecido pela Rainha Dona Maria Pia para ser colocada na base do Monumento a Camões. Na fita azul e branca, além das armas da Rainha, a inscrição: **M.P. a Luiz de Camões**, sobrepujado pela Coroa Real; e na outra extremidade, **10 de Junho de 1880**.
S/ass. (E. Casanova)
Têmpera a óleo
Dims: 350 X 235 mm
N.º de inv.º 420/5016





- 17 — **Busto de Luís de Camões.** O poeta é representado com coroa de louros e cabeção de folhos. Gesso patinado de ouro. Autor não identificado.
Alt: 700 mm
N.º de inv.º 912/5089

- 18 — **Medalhão com a efigie de Camões.** O poeta é representado de perfil, à esquerda, e enverga um gorjal ao pescoço. À volta, a legenda, TRICENTENÁRIO DE CAMÕES. Por baixo, a data, 1880.
Ass. Simões de Almeida
Bronze
Diâmetro: 125 mm
N.º de inv.º 578/5232

- 21 — **Tinteiro representado a Cabeça de Camões**
Barro cozido, almagrado. Coroa de louros pintada de verde
Alt: 120 mm
N.º de inv.º 175/5223

- 20 — **Busto miniatura de Luís de Camões,** assente sobre plinto.
Barro cozido. Ass. Louro — Cascais. No plinto, esculpido no barro, o nome **Camões.**
Alt: 140 mm
N.º de inv.º 174/5222





19 — **Medalhão com a efígie de Camões.**

À volta, a legenda, Luiz de Camões. Orta decorada com pequenos círculos em relevo. Por baixo, à direita, as iniciais do autor J.J.L.
Bronze
Diâmetro: 300 mm
N.º de inv.º 573/5220

22 — **Medalhão circular decorado com o episódio do Adamastor.** À volta, a legenda. Ó GENTE OUSADA, MAIS QUE, QUANTAS.

Prata gravada e moldada. Ass. Leitão. Diâmetro: 170 mm
N.º de inv.º 570/5217
Encontra-se montado numa moldura em forma de cruz de Cristo.



23 — **Copo de vidro tendo, estampada, o retrato de Luis de Camões,** sobre o qual, a inscrição LUIS DE CAMOES.

Na base, a indicação da fábrica, R. F. Marinha Grande, 1890, e o autor J. T. Mag.º Jr.
Alt: 155 mm
N.º de inv.º 1080/5224





24 — **Medalhão de parede, com a efígie de Camões**, contornada por um bordo formado por uma coroa de rosas em relevo

Faiança policromada
Diâmetro: 440 mm
N.º de inv.º 634/5005



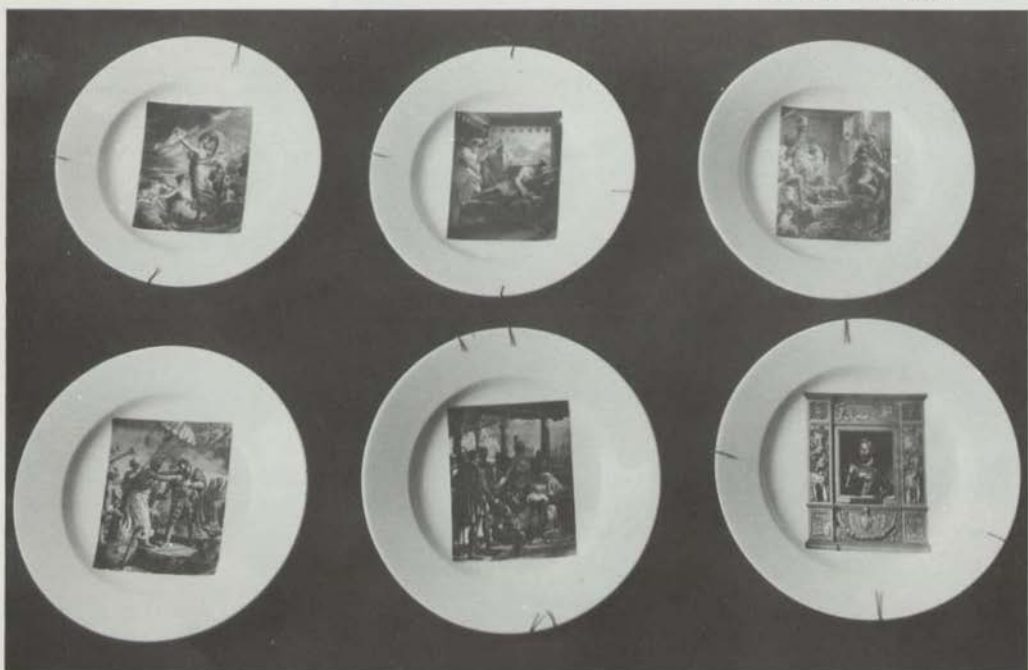
25 — **Grande prato decorado com o episódio «Camões salvando Os Lusíadas»**

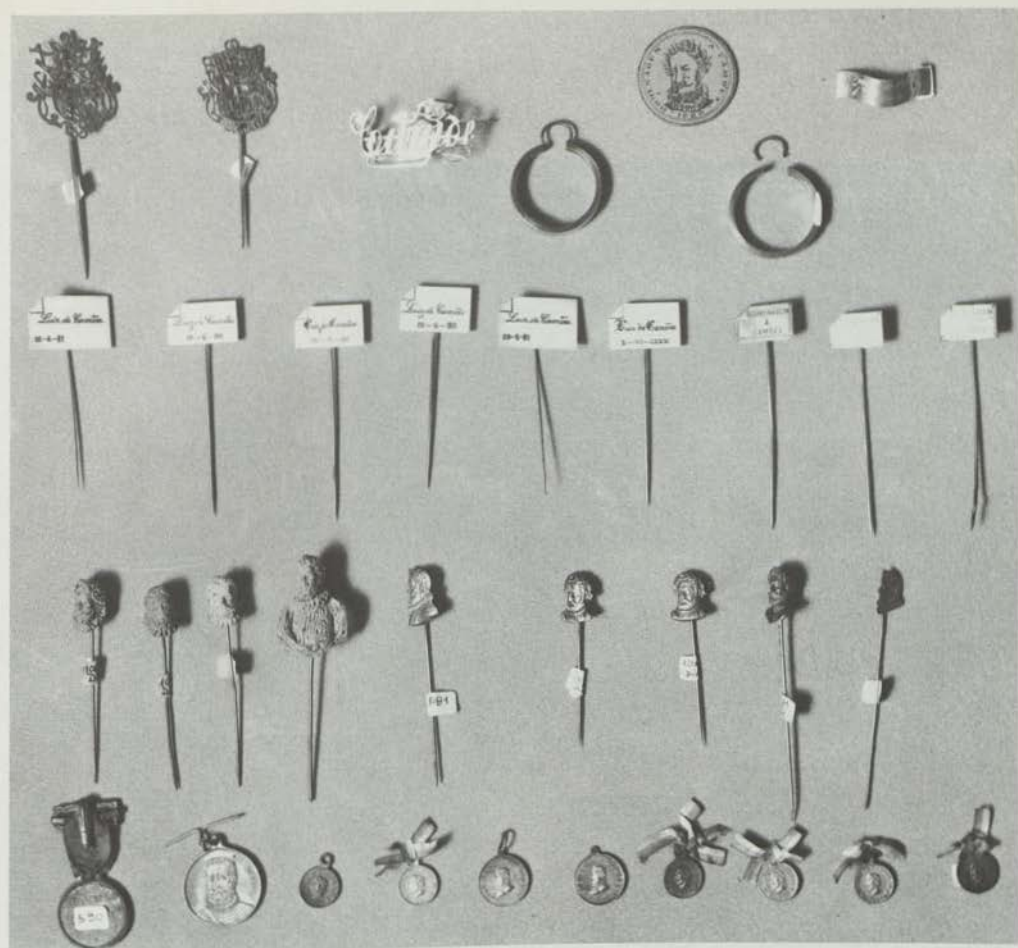
Faiança policromada
Ass. Cifka e a indicação da Fábrica,
B. F. Lisboa, 1880
Diâmetro: 500 mm
N.º de inv.º 635/5006



26 — Prato decorativo com a efígie de Camões, de perfil, à esquerda, coroa de louros e gorjal. A aba completamente decorada com grotescos em relevo.
Barro cozido
Diâmetro: 320 mm
N.º de inv.º 627/4998

27 — Alguns pratos pertencentes ao Serviço de jantar decorado com ilustrações de «Os Lusíadas» da chamada edição do Morgado de Mateus. Faiança branca, estampada a negro. (Ópaque de Sarreguemines).
Diâmetro 220 mm
N.º de inv.º 645/segs./5255

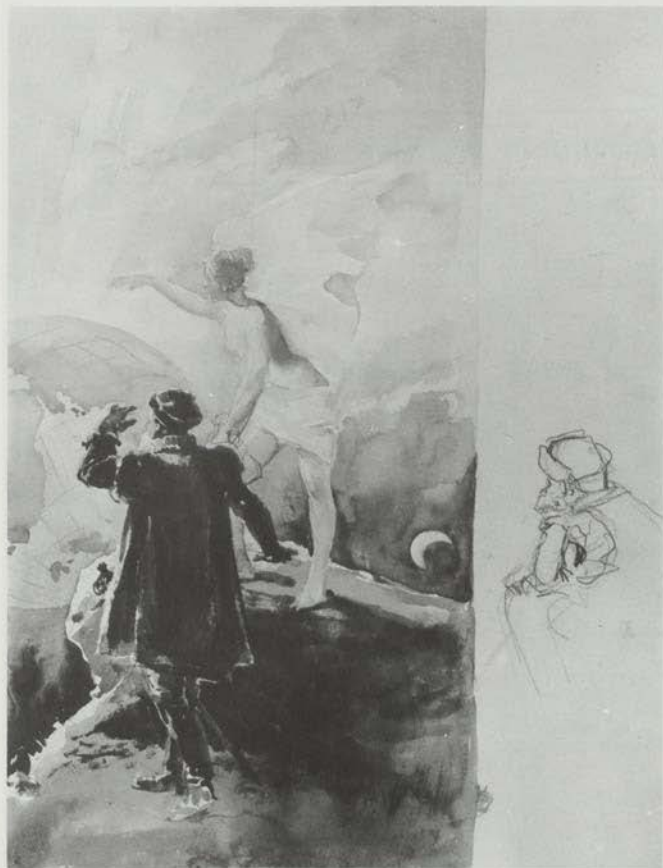




28 — Emblemas, medalhas de suspensão, dísticos, alfinetes e brincos, etc. com inscrições ou motivos decorativos de significado camoniano.



29 — **Mercúrio-Mensageiro aparece, em sonhos, ao Gama**
Aguarela. Original para ilustração dos «Lusiadas»
S/ass.
Dims: 380 X 195
N.º de inv.º 429/5024



30 — **Vénus mostra o mundo a Vasco da Gama**

Aquarela. Original para ilustração dos
«Lusiadas»
S/ass.

Dims: 430/5025

1498 · Recordação do Centenario da Índia · 1898

Descobrimto do Vasco da Gama em Calicut

Reprodução do original do Museu Nacional de História Natural, Rio de Janeiro, sob a direção do Sr. Dr. João de Deus, em 1898.



MEDALHA COMEMORATIVA DO QUARTO CENTENÁRIO DA MORTE DE CAMÕES



ANVERSO

Medalha Comemorativa do Quarto Centenário da Morte de Camões, patrocinada pela Câmara Municipal de Lisboa

Pretendeu-se ao executar a presente medalha, prestar um hino de louvor à Obra Camonianiana, elaborando uma síntese de toda a sua Obra, no trinómio que constitui a própria Arte de Camões:

- O poema épico
- A poesia lírica
- O teatro

Acresce dizer que foi nossa intenção projectar a figura do Homem-Poeta e Guerreiro, para além do espaço e do tempo da sua existência terrena, na medida em que o temporal está inserido no Eterno. Aliás, presidiu à concepção de toda a medalha:

- a intenção de valorizar e perpetuar o símbolo;
- a exaltação do Poeta no próprio compromisso dos seus versos;
- a plasticidade duma técnica inovadora no domínio da medalhística; e ainda
- a escolha de «decassílabos» peçados de amor e verdade que são parte integrante do próprio Ser, Estar e Sentir de Camões.

ANVERSO

No anverso da medalha, pretendeu-se glorificar o Poema Épico.

Em cenas plásticas, extraídas de **Os Lusíadas**, personificou-se o «Velho do Restelo» — protótipo de todos os que eram contrários à fama e glória, procuradas através das Descobertas; e na personificação duma mulher com uma criança e de um Cavaleiro Nobre — o símbolo da despedida e da saudade.

O velho fica na praia — naquela praia do Restelo vindo partir a Caravela Quinhentista que ostenta orgulhosamente em suas velas inchadas pelo vento, a Cruz de Cristo.



REVERSO

A Caravela parte... O casco dela é sustentado por Vénus — símbolo dum maravilhoso pagão greco-latino, que se mistura com o maravilhoso cristão, expresso entre outros elementos, pela Cruz de Cristo, inscrito nas velas e pelas quinas das bandeiras. É a simbiose de deuses pagãos, com o «Deus uno e verdadeiro» tratado no Poema Épico com a sabedoria dum humanista e dum crente em Cristo, simbiose essa que se vai desenvolvendo no desenrolar do poema, com a auidade e a grandeza do génio de Camões.

A Caravela — símbolo da navegação — segue o seu rumo... descobrem o Cruzeiro do Sul, o fogo de Santelmo, testemunham factos atmosféricos desconhecidos para o reino Ocidental; e, a nossa gente transmite ao Mundo por sua própria visão e experiência, o seu contributo à Ciência de então!

Personificando o Gigante Adamastor, plástificou-se o símbolo maior dos grandes obstáculos duma viagem cheia de perigos, de emboscadas e traições.

Finalmente chegam à Costa do Malabar — «términus» glorioso duma jornada difícil — abraço feliz entre dois mundos: o Oriente e o Ocidente.

Muitos regressam à Pátria, com a satisfação e a glória do dever cumprido. O símbolo do seu prémio está personificado na ilha dos Amores — alegria traduzida em cena de amor, expressão dum prazer, doação total das ninfas aos marinheiros portugueses, quase semi-deuses por tão altas façanhas.

Camões domina estas cenas, no sentido vertical da medalha na figura de um homem, com a espada cingida, mas mais do que isso é um símbolo — é uma existência envoada e perdida na sua própria obra; é o ser terrestre transferido para os seus poemas que nunca morrem.

«Para que estes meus versos vossos vejam» (*) — é ainda e sempre o grito que ecoa; versos que compôs para glória da Pátria; versos que nos pertencem por nos terem sido legados; versos que são nossos porque foram ditados na tradução feliz da História duma Pátria, que é nossa e que nos cumpre amar, preservar e conservar.

REVERSO

No reverso da Medalha, fez-se apelo e exaltação aos Poemas Subjectivos e ao Teatro de Camões.

Em cenas plásticas personifica-se «Leonor» que descalça vai para a fonte seguindo pela verdura... — símbolo da recordação do amor, da paixão arrebatada, quando o poeta era estudante em Coimbra — é a força da sua juventude na ansia dos seus amores.

Os Serões da Senhora Infanta — da Infanta Minerva — da Princesa D. Maria em Lisboa — são a Arte da arte de dizer, da arte de compor, da arte de saber versejar; são o encanto melodioso da música ou a graça duma poesia sujeita a «mote» ou a réplica dum poema;

«Perdigão, perdeu a pena
Não há mal que lhe não venha» (*)

Ceuta — é o abrigo dum desterro — é a tempestade guerreira que sempre aflorou no coração de Camões; — é o campo de batalha, onde perdeu um dos olhos, que a tradição diz ser o direito.

Volta à Pátria saudoso... mas é seu destino ir conhecer o Oriente — vai para Macau. Compõe versos — espelha-se neles; fala de si e de quem amou; encobre em anagramas nomes que mais tarde se descobrem.

Escreve teatro — ironiza a gente da sua época; crítica subtilmente pessoas que lhe não são gratas.

A figura de Camões domina estas cenas no sentido vertical da Medalha. Não é só o volume em negativo da figura do anverso — é também uma correspondência de valores, correspondência do mesmo ser, visto numa óptica diferente. Sustenta na mão direita — o símbolo da escrita, que o imortalizou.

Compreende o que é a vida e ama a Arte e parece gritar ainda para nós:

«Porque quem não sabe Arte não na estima» ()*

Uma palma e louros — símbolos da vitória e da fama, misturados com espinhos — símbolos plásticos que se misturam nos sonhos e processos do seu viver. São alegrias e tormentos de quem possui uma alma grande, de quem domina e compreende a Arte e sabe como poucos Amar.

TÉCNICA

Quer o anverso ou o reverso da medalha extravazam, com determinados objectivos, a técnica da medalhística tradicional.

É uma inovação que cabe ao espírito criador, pois a medalha foi inicialmente em cobre e completada com material plástico. É uma experiência escultórica — fruto dum estudo aprofundado da vida e obra dum ser que jamais Portugal produziu.

Houve a intenção formal dum moldado com espaços «côncavos» e «convexos» que ondulam e preenchem todo o espaço da medalha, suggestionando um mar de ondas revoltas — qual mar-da-vida, atribuído do próprio Poeta; é um sopro ou o vento simbólico da Glória poético-artística.

É a liberdade de criar novas concepções que a Arte abre a todos aqueles que a Ela se entregam; é em suma — o símbolo que fala em imagens, em espaços diferentes do desabrochar do pensamento; é o caminho — espaço — forma de uma leitura rica — tão florescente quanto grande e multifacetada era a Poesia de Camões. É a proporção directa de símbolos e imagens que eram a época de Camões e são a nossa também.

Na técnica usada nesta medalha, renova-se o próprio processo tradicional, ou melhor, fez-se evoluir esse processo, abrindo as portas a uma tecnologia inédita.

Para uma mais perfeita compreensão de tecnologia a que presidiu a execução desta medalha, há que em breve referência histórica apontar que se podem usar três processos na técnica da medalhística.

Assim, nos alvares da cunhagem da moeda, de cuja evolução terá talvez surgido a medalha — era uso, quando se tratasse de um metal, conceber-se uma «matriz». Mercê de uma pancada brusca, a matriz deixaria impresso no metal a efígie de um Soberano ou Imperador, ou o símbolo dum metrópole eclesiástica, dum nação de regime absolutista ou republicano. Esse processo evoluiu, mas essa técnica aperfeiçoada ainda hoje é usada na cunhagem da moeda.

Nasce a separação entre a moeda e a medalha, quer pelo seu tamanho, pela sua temática, quer ainda pelo seu próprio valor simbólico e monetário.

A História narra que a medalha para além deste processo primário, começou a utilizar dois outros processos; passando então a servir como símbolo dum facto ocorrido, homenagem a determinadas entidades ou variadas vezes a assinalar a comemoração de datas célebres, perpetuando-se acontecimentos de relevo na pureza dum metal, que mercê de circunstâncias variadas, nem sempre foi metal nobre.

No primeiro processo — medalha de redução — executa-se o modelado da medalha em barro — considerado o material mais fácil de trabalhar pela sua plasticidade — sobre a parte superior e lisa dum volume troncocónico que normalmente mede 30 cm de diâmetro, e tem a espessura de 5 a 6 cm. Isto constituiria o suporte. Sobre ele se iria modelando em barro, as figuras, os símbolos ou os dísticos que a imaginação criadora do escultor transplantava em imagens dum visível que lhe recreando o espírito, fosse perceptível por outrem, no âmbito da sua própria mensagem. De igual modo se procederia para o reverso da medalha, havendo portanto dois suportes iguais — um para o anverso outro para o reverso.

Procede-se em seguida à passagem para «negativo» em material duro. Graças ao desenvolvimento tecnológico, o pantógrafo encarregar-se-á da redução da imagem modelada para o cunho do tamanho pretendido, utilizando o ferro, que depois de «temperado» resulta em aço.

No segundo processo — medalha de fundição — executa-se o modelado do anverso e reverso sobre uma placa de gesso, onde, com pequenos estiletos, espátulas, teques ou goivas se vai abrindo em «negativo» ou «positivo» as formas idealizadas. Este gesso esculpido, depois de impregnado dum substância impermeabilizadora, servirá como molde da própria fundição e a medalha apresenta o tamanho com que inicialmente fora executada.

Segundo quer um, quer outro processo é ainda de tradição medalhística, mas não convencional, que a sua forma seja circular — uma íntima relação com a raiz da sua própria origem — a moeda — que essa, sim, se convencionou ser circular — havendo moedas antigas que hoje são consideradas medalhas dado o seu tamanho e a beleza da sua composição. Aponte-se o caso das «dracmas» ou «moedas galo-romanas».

Na técnica usada nesta medalha, o artista renovou os próprios processos tecnológicos.

Em primeiro lugar moldou uma única chapa de cobre, com espaços «côncavos» e «convexos» que deveriam figurar na própria concepção ideológica da medalha; modelou depois com uma matéria diferente da usual — a plastina — as figuras, os desenhos e os dísticos sobre o suporte de cobre atrás referido, criando nesse mesmo suporte, respectivamente dum e doutro lado o anverso e reverso da medalha.

A descrição do trabalho executado serve de tema ao princípio deste artigo.

Modelados, portanto, na mesma chapa de cobre ambos os lados da medalha, deram origem aos moldes de ambas as faces, sofrendo depois a utilização do pantógrafo para a sua redução. Não foi respeitada a forma circular perfeita, nem houve propositalmente essa intenção. Pretendeu-se ainda que na matéria em que a medalha foi formada, ficasse irregular o rebordo, conferindo-lhe assim uma característica diferente, oferecendo ao leitor algo de insólito e novo, quanto belo, uma leitura mais rica, um diálogo mais vivo que a referida medalha nos poderia proporcionar.

Para além da temática simbólica que a medalha é portadora, na sua forma em geral e no seu preenchimento em particular, como atrás se descreve, houve como que um soprar de «espírito novo» na sua execução, para além da sua concepção — ou melhor — a idealização, a concepção e a execução tecnológica abarcaram-se numa união feliz. Isto contribuirá decerto para o estudo da medalhística no nosso País, um incentivo para os novos, uma revolução para outros, uma novidade para todos, na medida em que há uma evolução de processos quer nos materiais empregados, quer na tecnologia usada, permanecendo somente estável na sua instabilidade o espírito criador, que sabe sempre renovar-se quando idealiza e concebe.

A Câmara Municipal de Lisboa convidou alguns artistas para a execução da Medalha Comemorativa do IV Centenário da Morte de Camões e atribuiu o primeiro prémio ao Professor da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa — Escultor Domingos de Castro Gentil Soares Branco — que no seu «Curriculum Vitae» pode contar com mais um certificado de valor na sua obra de Mestre. Conhecido nos meios artísticos das Artes Plásticas Portuguesas — é ainda um professor que faz da sua Pedagogia um acto de amor e consciência, um princípio verdadeiro e esclarecido de valorização, sabendo dilatar a sua perspectiva de valores ao seu próprio País.

A Exm^a Câmara Municipal de Lisboa está de parabéns, por tão feliz e nobre iniciativa.

(*) Os Lusíadas, Canto I-18.

(*) Lírica de Camões, Edição do Circulo de Leitores, Lisboa, 1973, pág. 114.

(*) Os Lusíadas, Canto V-97.



As comemorações do Ano Camoniano de 1980 no âmbito musical, levadas a efeito pela Câmara Municipal de Lisboa, tiveram múltiplos aspectos que interessa sublinhar; desde logo a especial atenção votada aos compositores contemporâneos que de alguma maneira interpretam a obra do Poeta parece ser de primordial importância. Nestes termos organizou-se um recital de piano e canto «Camões no Lied Contemporâneo Português», a cargo do soprano Elsa Saque e dos pianistas Dinorah Leitão Cruz e Armando Vidal. Foram interpretadas obras de João Arroio, Ruy Coelho, Luís de Freitas Branco, Cláudio Carneiro, Frederico de Freitas, Berta Alves de Sousa, Ivo Cruz, Lopes Graça, Luís Filipe Pires, Maria de Lourdes Martins, Fernandez Gil, João Paes, Croner de Vasconcellos e Joly Braga Santos.

Note-se que a organização do recital suscitou o aparecimento de dois Lieders dados em 1.ª audição mundial, «Busque Amor Novas Artes», de Maria de Lourdes Martins e «A uma dama que lhe jurava» de João Paes. Este recital apresentou-se em 3 de Julho na Cooperativa dos Trabalhadores da Formação Profissional e em 23 de Dezembro de todo o programa, nomeadamente no Porto e em Aveiro.

Ainda no campo da música contemporânea, lançou-se o concurso Musical de Composição «Luís de Camões» aberto a todos os compositores portugueses, brasileiros, dos Países de Língua Portuguesa e de origem familiar portuguesa, destinado a exaltação da figura e obra do Poeta.

Dotado com 3 Prémios, Menções Honrosas, Medalhas camonianas, um Diploma de participação, a ele concorreram 4 composições, uma delas enviadas do Brasil, que estão neste momento a ser apreciadas por um competente júri formado pelos Professores Constança Capdeville, Artur Santos e maestro Joly Braga Santos, que preside. Os resultados serão conhecidos em fins de Abril, nos termos do respectivo regulamento.

Outra iniciativa que consideramos do maior interesse foi a edição de Lieders Camonianos que ainda se encontravam em cópias ma-

nuscritas, embora alguns até de larga divulgação; tal é o caso das «Três Redondilhas» de Croner de Vasconcellos, das referidas obras de João Paes e Maria de Lourdes Martins, «De amor escrevo» de Berta Alves de Sousa, «Amor é fogo que arde» e «Alma minha gentil» de Ivo Cruz e os «Três Sonetos» de Joly Braga Santos.

Estas edições musicais estarão presentes ao público em breve tempo.

Por fim (que não por último) citemos a encomenda ao Maestro Joly Braga Santos de uma ópera destinada a ser estreada no grande concerto Sinfónico Camoniano do Teatro Municipal de S. Luís. Assim aconteceu, no dia 25 de Outubro de 1980; no programa figuravam o Prólogo da Sinfonia Camoniana n.º 2 de Ruy Coelho, «Os Amores do Poeta» (ciclo de 8 poemas de Camões para canto e orquestra) de Ivo Cruz, cantados pelo tenor Vitor Costa «Adagio e Scherzi da Sinfonia Pátria» de Vianna da Motta e, em 1.ª audição, a obra encomendada, o Salmo N.º CXXXVI, «Babel e Sião», com recitação por Varela Silva e parte coral confiada ao Orfeon de Pamplona. Este concerto, a que assistiu o Presidente da Câmara, vereadores e muito público, teve a colaboração da Orquestra Sinfónica da R.D.P. e foi dirigido pelo Maestro Silva Pereira.

Com muito interesse também se revestiram os 3 concertos subordinados ao tema «Música no Tempo de Camões»; foram intérpretes o conjunto «Segréis de Lisboa», dirigido por Manuel Morais, nos dias 20 de Junho no Claustro dos Jerónimos e no dia 19 de Dezembro no Museu da Cidade, e o coral «Poliphonia», sob a direcção de Jorge Manzoni, na igreja dos Jerónimos no próprio dia 10 de Junho.

Estas as realizações musicais organizadas pela Câmara Municipal de Lisboa para comemorar o IV Centenário da Morte de Luís de Camões. Foram, como se pode apreciar, essencialmente voltadas para a valorização da incidência da vida e obra de Camões na criatividade musical contemporânea portuguesa, o que lhes confere um carácter essencialmente dinâmico.

CELEBRAÇÕES DO ANO CAMONIANO DE 1980 NO ÂMBITO MUSICAL

EVOCAR CAMÕES

Espectáculo de Som e Luz oferecido ao povo de Lisboa pela Câmara Municipal de Lisboa com o patrocínio da Philips Portuguesa

Última hora do dia 9 de Junho de 1980.

O terreiro da Torre de Belém começa a encher-se de gente. O terreiro está aberto a todos, e todos acorrem. Alguns sabem que se vai ouvir Camões, a maior parte de nada sabe.

Chegam porque ouvem música, porque vêem grupos que se aproximam da Torre e a Torre sorri iluminada. É a Torre que chama a população de Lisboa num convite amável. E o terreiro regorgita de gente. De repente ouvem-se as doze badaladas. Acabou o dia 9 de Junho. No meio de um silêncio impressionante ergue-se a voz de M. Germana Tânger:

- Primeira hora do Dia de Camões
- Primeira hora do Dia de Portugal

E segue-se o espectáculo de Som e Luz que a Câmara Municipal de Lisboa com o patrocínio de Philips Portuguesa tornam possível.

Até ao último dia de Junho, no terreiro da Torre de Belém, aberto a todos, livre a todos, ouvia-se a alma de Camões, a alma de Portugal.

Foi grandiosamente que a Câmara Municipal de Lisboa comemorou o IV Centenário da Morte de Camões.

Desse espectáculo, disse Domingos Mascarenhas:

«Esta magnífica evocação de Camões exalta Camões e a Pátria e suscita o orgulho dos portugueses pela sua história e pela contribuição que deram à civilização do Ocidente.»

Desse espectáculo, disse o «Diário de Notícias»:

«Ver as coisas a outra luz e ouvir as coisas a outro som, assim se poderá classificar

o espectáculo de inspiração camoniana que decorre no terreiro da Torre de Belém.

Alguns dos trechos mais belos e mais representados de «Os Lusíadas» são apresentados à população da cidade, todas as noites, exactamente num dos locais que não só reúnem as condições mais propícias para a evocação do poeta que fixou a língua e imortalizou um Povo, mas da própria História desse mesmo povo, ao assegurar a independência nacional nos limites do seu território e ao projectar-se noutros continentes e oceanos, criando um mundo através do Mundo.

Durante cerca de uma hora assiste-se junto à Torre de Belém ao desenrolar dos momentos altos da epopeia das Descobertas; ouve-se a voz austera do Velho do Restelo; pressentimos o interogar dos ventos, a rota das estrelas e o clamor das tempestades até à chegada das naus a Melinde. Mas também se visiona o perfil iluminado de Nuno Álvares Pereira, o sonho inquieto da cavalaria medieval e os campos ardentes de Aljubarrota, através das estrofes que recordam a intensa luta pela consolidação da soberania.

Uma série de artistas, entre os quais Paulo Renato, Jacinto Ramos, Armando Cortez, Mariana Rey Monteiro, Varela Silva, Herminia Tojal, João Rosa e Victor de Sousa participam nesta evocação de Camões, promovida por iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa e na sequência de manifestações levadas a efeito, por ocasião do IV centenário da morte do Poeta. Além destes artistas, onde cada qual com o seu estilo, contribuiu para a qualidade e interesse do espectáculo, destaca-se, ainda, a feliz realização de Herlander Peyroteo, cuja experiência e bom gosto, há muito se afirmaram no Teatro, na Televisão e no Cinema.

Até amanhã decorrerá, no terreiro da Torre de Belém, com início às 22,15 horas, a apresentação de um Camões integral que é património comum, insusceptível de aproveitamentos político-partidários. Um Camões que a par da História, também comunica aos portugueses de todos os tempos os valores da liberdade e dignidade da pessoa humana; um Camões que adverte contra o veneno da inveja e as ciladas da traição; um Camões que, em suma, incita, através da luz e som, ao «amor da Pátria não movido de prêmio vil, mas alto e quase eterno...».

